

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL PARANAENSE E A VIGILÂNCIA POLÍTICA NO
PRÉ-GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

ANA KARINE BRAGGIO

**CASCADEL, PR
2013**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL PARANAENSE E A VIGILÂNCIA POLÍTICA NO
PRÉ-GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

ANA KARINE BRAGGIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – PPGE, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: História da Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador:
Prof.º Dr.º Alexandre Felipe Fiuza

CASCADEL, PR
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central do Campus de Cascavel – Unioeste
Ficha catalográfica elaborada por Jeanine da Silva Barros CRB-9/1362

B798 Braggio, Ana Karine
m

O movimento estudantil paranaense e a vigilância política
no pré-golpe civil-militar de 1964. / Ana Karine Braggio.—
Cascavel, PR: UNIOESTE, 2012.

179 f. ; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiuza
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do
Oeste do Paraná.
Bibliografia.

1. Movimento estudantil. 2. Departamento de Ordem
Política e Social (DOPS). 3. Polícia política. 4. Reforma
universitária. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
II. Título.

CDD 21.ed. 371.81

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL PARANAENSE E A VIGILÂNCIA POLÍTICA NO
PRÉ-GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

Autora: Ana Karine Braggio

Orientador: Prof.º Dr.º Alexandre Felipe Fiuza

Este exemplar corresponde à Dissertação de Mestrado defendida por Ana Karine Braggio, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Data:

Assinatura: _____

Prof.º Dr.º Alexandre Felipe Fiuza

Comissão julgadora:

Emmanuel Nicolás Kahan

Paulino José Orso

AGRADECIMENTOS

Neste momento, completados dois anos de estudos e pesquisas que resultaram na elaboração e construção desta dissertação, posso dizer que além do meu interesse no assunto, também fui movida pelas relações que se estabeleceram no meu convívio social, que se expandiram além de meras relações formais, e cada qual, ao seu modo particular, serviu de incentivo ao bom andamento da pesquisa. Portanto, tenho muito a agradecer:

À Deus, por estar sempre me iluminando, e permitindo que eu desfrute da minha vida. Desta vida, que como diz Spinoza, filósofo do século XVII, “[...] não é uma prova, nem um degrau, nem um passo no caminho, nem um ensaio, nem um prelúdio para o paraíso. Esta vida é a única coisa que há aqui e agora [...]”, e é dela que preciso.

Ao meu orientador, professor Dr. Alexandre Felipe Fiuza, pelo tempo que dedicou a este trabalho, por acreditar no meu potencial acadêmico, me guiar e apontar caminhos nos estudos, e, como um verdadeiro amigo, por ter se preocupado também com meu desenvolvimento pessoal.

Ao professor Dr. Emmanuel Nicolás Kahan, que se disponibilizou a fazer parte da comissão julgadora, apesar da distância da Universidade Nacional de La Plata (Argentina) e da Unioeste, acompanhando o desenvolvimento desta pesquisa desde o primeiro semestre de 2012, quando ministrou uma disciplina especial no mestrado, que contribuiu para este trabalho.

À professora Dr^a. Geni Rosa Duarte, que ao fazer parte da banca de qualificação, contribuiu valiosamente para o desenvolvimento deste trabalho, indicando a melhor maneira possível para sua finalização. A ela, os mais sinceros agradecimentos pela simpatia e pelo exemplo de vida.

Aos professores do curso de mestrado, que com eficiência profissional colaboraram para a construção deste estudo e para o meu crescimento intelectual. De modo especial ao professor Dr. Paulino José Orso, que deu força para levar a pesquisa adiante e ser continuada no doutorado.

À assistente da Pós-Graduação em Educação, Sandra M. G. Köerich, que, sempre simpática, atenciosa e de alegria contagiante, ajudou e orientou nas questões burocráticas do curso de mestrado.

Ao Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná, onde realizei visitas para conhecer e pesquisar os documentos da DOPS, em especial ao funcionário Theodoro, que têm um carinho especial aos documentos do arquivo e as histórias neles contidas.

A todos os colegas de turma que compartilharam momentos e experiências, em especial, à Marcia da Silva Magalhães Debiazi, amiga e companheira de todas as horas, que sem dúvidas poderia conceber algumas páginas destes agradecimentos às suas qualidades pessoais e profissionais, porém vou limitar-me a agradecer pelas risadas que completaram nossas viagens de estudos aos congressos e eventos do mestrado, às reclamações que dividíamos em momentos de estresse e dificuldades e as conversas motivadoras.

À turma do 2º ano de pedagogia onde fiz estágio de docência, pela atenção e participação nas minhas aulas.

À CAPES pelo incentivo financeiro, que subsidiou a realização desta pesquisa.

À minha família, meu pai Almir Ricardo, minha mãe Ana Lúcia e meus irmãos Almir Augusto e Ana Larisse, que presenciaram momentos de estresse, me fizeram rir de minhas próprias dificuldades e me distraíram possibilitando acalmar os ânimos para continuar esta pesquisa.

Ao meu amor, Marcio Franz, pela atenção e pela paciência, em ouvir minhas histórias e descobertas, e pela companhia em visitas interessantíssimas ao Palácio Piratini, onde funcionou no ano de 1961 a Rádio da Legalidade, em Porto Alegre, e também ao Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná em Curitiba, onde conheceu os preciosos documentos analisados neste trabalho.

A todos estes citados que acreditaram e deram apoio e força, muito obrigada.

“eu, não sou mais eu, pelo menos não sou o mesmo que era antes”

(Che Guevara).

“[...] A possibilidade não é a realidade, mas é, também ela, *uma* realidade: que o homem possa ou não possa fazer determinada coisa, isto tem importância na valorização daquilo que realmente se faz [...]” (GRAMSCI, 1991, p. 47).

RESUMO

Este estudo propôs analisar as práticas sociais, políticas e culturais do movimento estudantil paranaense, através dos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR), que sendo um órgão de serviço de segurança pública, com função de manter a ordem política e social, produziu documentos sobre as ações estudantis consideradas passíveis de interferir na organização social, desestabilizando-a para que, quando conveniente, pudesse neutralizá-las. Também armazenou materiais produzidos pelo próprio movimento vigiado, que eram apreendidos ou chegavam às mãos desta polícia política por outros meios. Materiais que carregam a possibilidade, mesmo que limitada, de visualização do universo dos vigilantes e dos vigiados. Através da ótica do acervo da DOPS/PR buscamos identificar a ideologia, o projeto sócio-político e cultural, as práticas de difusão, as demandas, o princípio articulatório interno e externo e a organização dos estudantes universitários paranaenses, considerados neste trabalho como um movimento social, durante o período pré-ditatorial. Articulam-se estes elementos ao cenário sócio-político do início da década de 1960, onde nos deparamos com intensas crises na estrutura econômico-social e na superestrutura ético-política que desestabilizaram não só as forças materiais como também as ideológicas, dificultando a sustentabilidade da hegemonia burguesa durante o governo federal de João Goulart (1961-1964), e ao longo do governo estadual de Ney Braga (1961-1965). Esta crise de hegemonia desencadeou dialeticamente a efervescência dos grupos populares, dos movimentos operários, de trabalhadores do campo e dos movimentos estudantis a nível nacional e estadual. A intenção em desvelar nesta pesquisa a vigilância sofrida pelo movimento estudantil paranaense contribui para elevar a importância das práticas sociais do Estado e trazer à tona um fragmento regional da luta nacional que se travou a favor das amplas reformas estruturais e da democratização das universidades, defendidas pelos estudantes, na posição de intelectuais orgânicos, através da reforma universitária, visto que a educação era tida como uma condição necessária para o desenvolvimento do país.

Palavras-chave: movimento estudantil; DOPS; polícia política; reforma universitária.

ABSTRACT

This study has proposed to analyze the social, political and cultural practices of the student movement of Paraná, through the documents from the Department of Political and Social Order of Paraná (DOPS / PR), which as an organ of public safety service, with the function to maintain political and social order, has produced documents about student actions considered likely to interfere in social organization, destabilizing it, so that, when convenient, it could neutralize them. Also stored materials by the own guarded movement, that were seized or came to the hands of this political police by other means. Materials that carry the possibility, even limited, of the vigilant view and guarded universe. Through the optics of the collection of DOPS / PR we looked for at identifying the ideology, the socio-political and cultural project, the dissemination practices, the demands, the internal and external principle of articulation and the organization of university students of Paraná, considered in this work as a social movement, during the pre-dictatorial period. These elements are articulated to the socio-political scenario of the beginning of the early 1960s, where we face several crises in the social-economic structure and in the ethical-political superstructure in which destabilized not only the material forces as well as the ideological, hindering the sustainability of bourgeois hegemony during the federal government of João Goulart (1961-1964), and along the state government of Ney Braga (1961-1965). This hegemony crisis unleashed dialectically the effervescence of popular groups, of labor movements, of field workers and student movements at a national and state level. The intention to unveil the surveillance suffered by the student movement of Paraná in this research contributes to elevate the importance of the social practices of the State and to bring out a regional fragment of the national struggle that was fought in favor of the wide structural reforms and of the democratization of the universities, defended by students, in the position of organic intellectuals, through the university reform, since the education was a necessary condition for the country development.

Keywords: Student movement; DOPS; political police; university reform.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| GRÁFICO 1: Organização Nacional do Movimento estudantil | 116 |
| GRÁFICO 2: Dossiês Movimento Estudantil Paranaense | 137 |
| GRÁFICO 3: Quantidade Documental | 139 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP: Ação Popular

CA: Centro Acadêmico

CAHS: Centro Acadêmico Hugo Simas

CENIMAR: Centro de Informações da Marinha

CEPLAR: Campanha de Educação Popular da Paraíba

CGT: Comando Geral dos Trabalhadores

CIE: Centro de Informações do Exército

CISA: Centro de Informações da Aeronáutica

CODEPAR: Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná

CPC: Centro Popular de Cultura

CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DA: Diretório Acadêmico

DCE: Diretório Central dos Estudantes

DEAP/PR: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná

DEE: Diretório Estadual dos Estudantes

DESPS: Delegacia Especial de Segurança Política e Social

DFSP: Departamento Federal de Segurança Pública

DNE: Diretório Nacional dos Estudantes

DOPS: Delegacia de Ordem Polícia e Social

DOPS/PR: Delegacia de Ordem Polícia e Social do Paraná

ESG: Escola Superior de Guerra

EUA: Estados Unidos da América

FBI: Departamento Federal de Investigação dos Estados Unidos

FDE: Fundo de Desenvolvimento Econômico

FMI: Fundo Monetário Internacional

FUEL: Fundação Universidade Estadual de Londrina

IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INTERPOL: Organização Internacional de Polícia Criminal

ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros

IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM: Inquérito Policial Militar

JAC: Juventude Agrária Católica

JEC: Juventude Estudantil Católica

JK: Juscelino Kubitschek

JOC: Juventude Operária Católica

JUC: Juventude Universitária Católica

LDBEN: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ME: Movimento Estudantil

MEB: Movimento de Educação de Base

MEC: Ministério da Educação e Cultura

MCP: Movimento de Cultura Popular

PBI: Produto Interno Bruto

PNE: Plano Nacional de Educação

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PRP: Partido Republicano Progressista

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

SNI: Serviço Nacional de Informações

STM: Superior Tribunal Militar

SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMOC: Superintendência da Moeda e do Crédito

UBES: União Brasileira de Estudantes Secundaristas

UEE: União Estadual dos Estudantes

UFPR: Universidade Federal do Paraná

UME: União Metropolitana de Estudantes

UNE: União Nacional de Estudantes

UP: Universidade do Paraná

UPE: União Paranaense de Estudantes

UPES: União Paranaense de Estudantes Secundaristas

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

5ª RM/DI: 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria

SUMÁRIO

| | |
|---|-------------|
| AGRADECIMENTOS | v |
| PREFÁCIO | vii |
| RESUMO | viii |
| ABSTRACT | ix |
| LISTA DE GRÁFICOS | x |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | xi |
| INTRODUÇÃO | 15 |
| CAPÍTULO 1: ENTRE A ESQUERDA E A DIREITA | |
| 1.1 Apoio e oposição: as contradições durante o governo Jango | 27 |
| 1.2 “Cadeia da Legalidade”: Os conflitos da renúncia de Jânio Quadros | 32 |
| 1.3 Crise Orgânica: Governo Jango | 39 |
| 1.4 Governo Estadual Ney Braga | 56 |
| CAPÍTULO 2: A VIGILÂNCIA POLÍTICA | |
| 2.1 Uma Questão de Segurança Nacional | 66 |
| 2.2 A organização estrutural da polícia política | 70 |
| 2.3 O Arquivo da DOPS/PR | 85 |
| 2.4 As ações da DOPS/PR através de seu acervo arquivístico | 91 |
| CAPÍTULO 3: REBELDIA FUNDAMENTADA: O PODER DOS JOVENS | |
| 3.1 Intelectuais Orgânicos | 102 |
| 3.2 Os estudantes no movimento social | 105 |
| 3.3 Organização do movimento estudantil paranaense | 122 |
| CAPÍTULO 4: AS AÇÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL PARANAENSE | |
| 4.1 Estrutura arquivística dos dossiês sobre o Movimento Estudantil Paranaense | 133 |
| 4.2 Ideologia e projeto sócio-político e cultural do Movimento Estudantil Paranaense | 143 |
| 4.3 Práticas de difusão, demandas, princípio articulatório interno e cenário sócio-político do movimento estudantil paranaense | 155 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 167 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 171 |
| REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS | 177 |
| REFERÊNCIAS PRIMÁRIAS | 178 |

INTRODUÇÃO

A pretensão desta dissertação é analisar a partir dos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR), de bibliografias, de entrevistas, depoimentos e de documentos do movimento estudantil (ME), as práticas sociais, políticas e culturais do ME paranaense, a partir do campo de relações nas quais se estruturaram e se desenvolveram estas experiências, considerando os conflitos, as alianças, as realizações individuais e coletivas que ocorreram durante o governo presidencial de João Goulart e o governo estadual de Ney Braga¹ até o momento do golpe civil-militar² de 1º de abril de 1964. Assim, *a priori*, as questões que se impõem são: houve a existência de ações políticas e sociais realizadas pelo ME paranaense respondendo ao plano nacional de mobilização estudantil em prol das reformas de base e em especial à reforma universitária? O ME paranaense conseguiu angariar força social junto a outros movimentos e junto à população? Eles conseguiram se aproximar de amplos setores da população e realizar ações com intuito de valorizar a cultura popular, que era vista como um meio de alcançar as reformas? É possível levantar e caracterizar tais ações através dos arquivos da DOPS/PR?

É notório que a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)³, como um serviço de segurança pública, na função de manter a ordem política e social, via no ME uma ameaça ao *status quo*, fazendo com que o movimento fosse passível de vigilância política. Por sua vez, a produção de informações daí advinda esteve eivada de parcialidade e voltada diretamente à construção e invenção do inimigo político do Estado, buscando manutenção da hegemonia social, através da coerção assegurada legalmente no período dito democrático. Tal fabricação de provas, portanto, deve ser colocada frequentemente em suspeição. Além disto, é imprescindível considerar que houve documentos da DOPS/PR “extraviados”⁴, o que contribuiu para distorcer ainda mais a realidade em questão.

¹ O governo Ney Braga durou até 1965, porém vamos considerar nosso recorte até o golpe civil-militar.

² Utilizamos o termo civil-militar quando nos referimos ao golpe de 1964, pois compreendemos que sua consecução não foi interesse somente dos militares, visto que eles contaram com apoio civil.

³ Embora estas delegacias estaduais sejam chamadas de DOPS, há uma alternância do significado da sigla até mesmo na documentação oficial, como Divisão, Delegacia ou Departamento de Ordem Política e Social (FIUZA, 2006, p. 154).

⁴ Dos trinta arquivos existentes na Subdivisão de Informações da Polícia Civil do Paraná em 1991, vinte e três foram transferidos para a estrutura do Departamento Estadual de Arquivo Público, onde

Entretanto, por que utilizar documentos da DOPS/PR e não do próprio ME paranaense? Durante um rastreamento em busca dos materiais utilizados pelo ME estadual para difundir suas ideias e perspectivas de âmbito político-cultural, entramos em contato com a União Paranaense dos Estudantes (UPE) questionando a existência de um acervo documental da instituição. O presidente da UPE da gestão 2011- 2013 informou que existem registros da época, porém dispersos, em posse de ex-militantes do movimento. Os poucos documentos que ele teria acesso seriam em sua maioria fotografias e a maior parte destas não referentes ao período que estudamos⁵. Com este acesso restrito e escasso aos documentos, o método de análise documental se desdobrou principalmente sobre os arquivos da DOPS/PR, que tratam do ME, nos possibilitando

[...] por um lado, recuperar o universo da polícia; e por outro, captar fragmentos do universo dos sujeitos investigados pelo órgão. Com a análise sistematizada dessas fontes temos condições de contrapor esses dois universos, identificando os estigmas e recompondo as tensões sociais características de cada momento histórico (POMARI e PRIORI, 2012, p.106).

Recuperar a produção de informações da polícia e os fragmentos do universo dos sujeitos investigados, só é possível por conta da existência de um arquivo documental da DOPS, que realizava todas as suas atividades baseada nas informações que possuía e armazenava em seu sistema de arquivos.

Os arquivos da DOPS/PR estão alocados no Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (DEAP/PR) localizado na capital paranaense. São organizados em forma de dossiês e separados por assunto. Cada pasta reúne diversos tipos de fontes impressas relativas às atividades de um grupo ou indivíduo determinado. Porém, há três inconvenientes para os pesquisadores, um como já comentamos, o material não foi transferido na íntegra, pois a polícia ficou com parte do acervo. O segundo é a destruição da organização original do arquivo, que tornou difícil compreender como era feito o armazenamento das informações pela própria polícia. Outro é a desorganização temporal e temática em que se encontram os

ficaram conhecidos pela denominação de Acervo da DOPS, os outros sete ficaram sob domínio da polícia após esta realizar uma triagem e alegar conter documentos de interesse para o combate à criminalidade (RONCAGLIO, SZVARÇA E BOJANOSKI, 1998, p.42).

⁵ Há uma preocupação da UPE para fazer seu arquivamento histórico, assim, a atual direção montou um projeto e encaminhou à Universidade Federal do Paraná pedindo auxílio de professores e estagiários para constituir uma equipe de resgate dos documentos.

documentos nos dossiês, tendo documentos fora de ordem e em pastas trocadas, o que já nos era alertado por Schmitt (2011, p.90). Estas questões nos prejudicam enquanto pesquisadores e fazem com que certos documentos, talvez imprescindíveis para o trabalho, passem despercebidos. Apesar destes inconvenientes e de ter ganhado uma nova organização arquivística, fato que dificulta a visão do universo da polícia, este material é o meio que teremos para tentar compreender como a DOPS/PR vigiou as atividades do ME paranaense.

No Arquivo DOPS/PR⁶ existem materiais produzidos pela própria polícia política, como relatórios, informes, comunicados, pedidos de busca e apreensão, radiogramas, entre outros. E também materiais produzidos por sujeitos ou grupos que estavam sob vigilância que foram selecionados e arquivados pela polícia. Esses documentos, muitas vezes apreendidos, serviam como provas incriminatórias para posteriores ações policiais e jurídicas, como diz Silva Catela,

[...] mucho de lo que policías y militares guardaron fueron los materiales que ellos mismos robaron y secuestraron. Los folletos, libros, cartas, apuntes, diarios, fotos que cada policía llevaba como un trofeo a los cajones y carpetas de sus archivos, como forma de prueba contra el “enemigo”, hacen de estos archivos una fuente inagotable para reconstruir la historia de partidos políticos y movimientos de lucha armada, de movimientos estudiantiles y sindicales, etc. (2002, p.212).

Assim, evidencia-se pela existência de documentos do ME neste arquivo que realmente houve no estado do Paraná uma mobilização em prol da contracultura ou da cultura popular. Porém, não podemos desconsiderar que os documentos produzidos pelos vigiados passavam por filtros policiais antes de serem arquivados. Por exemplo, as matérias dos recortes de jornais arquivados passavam por dois filtros: o filtro da censura empresarial à imprensa, onde algumas matérias eram proibidas de ser publicadas e o filtro policial que selecionava e recortava algumas reportagens consideradas subversivas para serem anexadas às pastas da DOPS/PR. (SCHMITT, 2011, p.92-3). Ou seja, não é possível tomar os documentos arquivados pela DOPS como verdades absolutas, não podendo ser considerados plenamente de confiança, no entanto, é preciso colocá-los em evidência.

⁶ O arquivo é denominado como Acervo da DOPS, porém abrange períodos anteriores a criação da DOPS, contendo produções desde a década de 1920.

Ao levar em consideração estes materiais, temos clareza que à medida que levantamos novas fontes para compreender as ações do ME e avançar na pesquisa, também possuímos limites, pois a própria documentação é limitada. Afinal, estamos lidando com uma instituição arquivística carregada de tensões, o que lhe atribui um caráter histórico e cultural complexo, como diz Silva Catela,

[...] preguntar sobre los archivos como instituciones con tensiones, jerárquicas y luchas, es restituirles el carácter histórico y cultural, viéndolos en su carácter de espacios complejos que deben ser aprehendidos como objetos de reflexión a partir de problemas y puntos de vista analíticos. (2002, p.197).

Assim, ao explorarmos o mundo destes arquivos devemos relacionar o conteúdo destes com os agentes e indivíduos que os produziram, visto que os fatos descritos não são neutros ou estáticos, foram desenvolvidos num conjunto de relações sociais específicas. Assim, conhecer a estrutura arquivística exige ressaltar as ações dos agentes e indivíduos que os produziram, pois a “[...] acción de agentes especializados e interesados en ellos y las disputas que, por detrás de los papeles, dirimen lo guardable y lo trasmisible – en fin, los contornos de la cultura en perspectiva histórica [...]” (SILVA CATELA, 2002, p.199). Como aponta Gramsci (1991, p.44), não sendo uma produção puramente individual de cada agente e indivíduo, mas produzida num fluxo dinâmico que se realiza e se desenvolve numa atividade transformadora social e em constante contato com outros grupos sociais e com a natureza, ou seja, com o meio onde o indivíduo está inserido.

Também é preciso considerar que o Arquivo DOPS/PR, quando de uso policial, tinha um fim específico, agora em posse do arquivo público adquire outros fins, que não os mesmos anteriores, pois o público que o utiliza é outro, ou seja, seus fins não são mais os mesmos de sua origem (SILVA CATELA, 2002, p.198).

Além disso, é preciso lembrar que por dizer respeito à História, não estamos lidando com materiais palpáveis, capazes de submissão a experimentos, mas com a qualidade compreensiva dos fatos históricos. Assim, não pretendemos descrever o desenrolar dos fatos, como se fossem verdades absolutas, visto que isto é impossível para quem está visualizando as marcas do passado e não o passado em si.

É com apoio deste material, o qual temos consciência de ser um fragmento da história do ME, que tentamos mapear as práticas da instituição no início da década

de 1960, usadas para reivindicar as mudanças que almejavam. Encontramos entre os documentos arquivados pela polícia política, panfletos, manifestos, estatutos de centros acadêmicos, constituição da UPE, fotografias, peças teatrais, relatórios dos congressos e seminários, rascunhos, correspondências, informes, recortes de jornais e revistas, entre outros. Com esta gama de documentos é possível compreender, mesmo com limitações, a estruturação do ME no estado do Paraná e suas ações interligadas ao projeto estudantil nacional.

As tensões sociais do momento histórico que abarcamos no nosso recorte temporal são características da crise econômica, política e social que abalou a década de 1960, que denominamos com base em termos gramscianos “crise orgânica” ou “crise de hegemonia” (SCHLESENER, 2001, p.22). Vale destacar que ao utilizarmos nesta dissertação os conceitos elementares das categorias de Gramsci, temos consciência de que as categorias “abstratas” podem ser aplicadas a diferentes casos históricos, não de forma pura, em qualquer tempo e qualquer lugar, pois não deixam de ser categorias elaboradas a partir do contexto histórico, econômico, social e político de vivência de Gramsci, mas quando inseridas numa realidade real e dinâmica, carregada de contradições, como o nosso período de estudo, poderão ser consistentes, principalmente quanto ao conceito de hegemonia que abarca todos os outros conceitos em seu interior, de modo a correlacionar-se (JESUS, 1989, p.18-9).

Assim, veremos no decorrer deste trabalho que foi no governo de João Goulart que se acentuaram as intensas crises político-institucionais e econômico-financeiras, as quais geraram um enorme aumento inflacionário, e também se acentuaram as contradições e conflitos de classe, que desencadearam a efervescência de grupos populares, movimentos operários, de trabalhadores do campo e de estudantes (TOLEDO, 1984, p.7). Logo, foi neste período da fase democrática do país, entre 1945 e 1964 que,

[...] o processo político brasileiro passou a abranger os operários, as massas assalariadas em geral, os setores médios da sociedade e os grupos de trabalhadores agrícolas, entrando em jogo aspirações de bem-estar social do proletariado cada vez mais numeroso, das camadas médias crescentes, e as reivindicações dos trabalhadores rurais. Concomitantemente, desenvolveram-se os grupos políticos de esquerda, enquanto a juventude universitária buscou apresentar-se como força política ativa e organizada (SANFELICE, 1986, p.49).

Com a esperança de transformação social, um dos objetivos centrais do ME era a consolidação de uma reforma universitária. A educação era vista como uma condição necessária para o desenvolvimento do país e o ensino de nível superior, assim como os demais níveis, que não estavam respondendo as necessidades da realidade social, contribuindo para deixar o país na condição de subdesenvolvido e dificultando o processo de desenvolvimento. O ME havia concluído que a educação estava servindo como uma estrutura ideológica difusora da hegemonia burguesa, que em nenhum momento previa um real desenvolvimento social, e sim a alienação do homem, através do ensino técnico desumanizante, onde o intuito era de “[...] conservação e manutenção da cultura vigente, limitando-se a estabilização [...]” (CARTA DO PARANÁ, 1962).

Assim, objetivamos interpretar e refletir sobre os instrumentos elaborados pelos estudantes paranaenses que deveriam estar alinhados a estas reivindicações nacionais para a concretização de uma ação reformista. Analisamos as manifestações diretas e indiretas que os estudantes realizaram para promover sua ideologia e como se organizaram para poder colocá-las em prática. Através dos arquivos da DOPS/PR buscamos trazer à tona um fragmento regional da luta nacional que se travou no governo João Goulart (1961-1964) a favor de amplas reformas estruturais que redistribuíssem as riquezas concentradas nas mãos de poucos.

Deste modo, para responder ao nosso objetivo, achamos conveniente no primeiro capítulo definir o contexto histórico do governo presidencial João Goulart e do governo estadual Ney Braga até o momento do golpe civil-militar, apresentando suas estruturas organizativas conflitantes em torno da crise da hegemonia e apontando, de modo geral, as ações do ME em sua posição junto aos reformistas revolucionários.

Pautamo-nos sobremaneira no livro “Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64” do José Luis Sanfelice, para compreender como os estudantes, que são nosso foco de pesquisa, se posicionaram no contexto social conflitante dos anos iniciais da década de 1960. Através da obra de Sanfelice apresentamos elementos de nível nacional das ações desenvolvidas pela entidade máxima da organização política dos universitários brasileiros, a União Nacional dos Estudantes (UNE), quanto a questões educacionais e cotidianas da vida nacional que estavam em debate, pois além das reivindicações específicas da educação, os

estudantes também participavam de discussões políticas e sociais. Por exemplo, eles tiveram papel importante na defesa da posse de Goulart quando Jânio Quadros renunciou à Presidência, formando a Campanha da Legalidade, opondo-se aos golpistas e setores conservadores que tentaram impedir a posse do vice-presidente, pois temiam tê-lo no poder.

A renúncia do presidente Jânio Quadros, que acarretou uma forte agitação social por conta de seu sucessor ser o vice-presidente João Goulart, é considerado nosso marco inicial de pesquisa, por isso reservamos um tópico no primeiro capítulo para este assunto. Jango era visto pela direita e por alguns centristas como uma ameaça a ordem econômica capitalista, pois este se simpatizaria com governos comunistas (o que teve maior destaque pelo fato de estar no momento da renúncia de Quadros na China comunista), e teve em sua história política apoiado manifestações grevistas e defendido a organização sindicalista. Enquanto à esquerda, os constitucionalistas, o ME, alguns governos estaduais e alguns militares eram a favor da legalidade constitucional que previa a posse de Goulart.

Para descrevermos o governo Jango, nos valem da obra de Thomas Skidmore, professor pesquisador norte-americano de história brasileira, que é autor de dois livros que muito contribuíram para a contextualização histórica brasileira da década de 1960. O objetivo de Skidmore no livro “Brasil: de Getúlio a Castelo” foi investigar os fenômenos que resultaram na deposição de João Goulart em 1964, marco da ruptura na constitucionalização democrática iniciada em 1945. Para compreender a queda do governo Goulart, Skidmore deparou-se com a impossibilidade de realizar sua pesquisa sem tratar das origens do sistema que envolveu este governo. Ao observar que o Brasil passou por um processo politicamente democrático entre 1945 e 1964, viu-se impelido a examinar esse período, assim como o antecedente, abrangendo desde a Revolução de 1930 e o processo de redemocratização de 1945, que pôs fim a ditadura do Estado Novo. Com isso, este autor foi muito referenciado neste texto, pois consegue apontar as causas de longo, médio e curto prazo da queda de Goulart. Para tanto, ele detém-se no sistema partidário, na estrutura constitucional, nas ideias econômicas dos nacionalistas, na capacidade eleitoral dos políticos populistas e nos principais atores do golpe, os militares.

Para melhor compreendermos os desequilíbrios estruturais da economia brasileira que fizeram parte deste período, os dois livros do professor Bresser

Pereira, foram importantíssimos, pois expõem a complexidade do sistema econômico brasileiro e seu desenvolvimento numa inter-relação com as implicações sociais e políticas. Bresser Pereira faz uma interpretação geral do contexto histórico em que se desenvolveu o processo econômico, não se limitando aos casos históricos particulares, preferindo fazer uma análise global. Para complementar a discussão sobre os desequilíbrios econômicos, também nos pautamos no capítulo “A crise de 1961 a 1964” do livro “O Desenvolvimento Econômico Brasileiro” do professor Argemiro J. Brum, onde temos acesso a um panorama da organização social do governo Goulart. Também para contextualizar econômica e politicamente o governo em apreço utilizamos os textos apresentados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), que formam uma espécie de dossiê sobre a trajetória de João Goulart.

Como nosso foco é especificamente o ME paranaense, não podemos fugir da contextualização histórica do governo de Ney Braga, que foi o governador do Paraná do ano de 1961 a 1965. Porém, há uma escassez bibliográfica sobre este período. Dois livros que tivemos acesso e que foram de grande valia, apesar de não focarem diretamente o período de nossa pesquisa, foram o livro da professora Marion Brepohl de Magalhães, “Paraná: Política e Governo” e o livro dos jornalistas Milton Ivan Heller e Maria de Los Angeles González Duarte “Memórias de 1964 no Paraná”. Na tese de doutorado de Carlos Alberto Ferreira Gomes, intitulada “Planejamento e Industrialização em Regiões Periféricas: As ideias da CEPAL no projeto paranaense de desenvolvimento” podemos formar uma ideia do planejamento e do contexto econômico existente no Paraná. Também encontramos o artigo de José Carlos Dutra “A Revolução de 1964 e o Movimento Militar no Paraná: a visão da caserna”, que serviu para compreender como se processou o posicionamento dos oficiais militares do Paraná no golpe civil-militar e nos acontecimentos anteriores a este.

Os documentos que contribuíram sobremaneira para a contextualização histórica estadual, apesar de serem visões políticas e militares produzidas no período, são as fontes primárias que obtivemos acesso através do DEAP/PR. Entre eles temos documentos anuais intitulados “Mensagem”, os quais foram produzidos pelo governador do Estado, Ney Braga, ou por sua equipe, encaminhado à Assembléia Legislativa como forma de prestação de contas governamentais. E o outro são relatórios mensais produzidos pela DOPS do Estado, apontando algumas

ações dos movimentos sociais, principalmente sindicais e estudantis, armazenados no dossiê “Secções de Controle”.

Compreendendo o contexto social da época, podemos dizer que houve uma construção histórica do inimigo político e da ideologia anticomunista, que tem raízes anteriores ao governo de João Goulart. Assim, buscamos no segundo capítulo a história da imagem do subversivo, e por consequência do ME, apresentando a estruturação histórica das DOPS e o modo como realizavam a vigilância dos considerados inimigos do Estado.

Neste capítulo, fizemos uma regressão no tempo, anterior ao nosso recorte temporal, visto que a institucionalização da polícia política foi legalmente assumida pelo Decreto-Lei do ano de 1933, que definiu a especialização da polícia para crimes políticos. Portanto, foi produzida antes mesmo da elaboração da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra (ESG), elaborada em 1949. Para elaboração deste capítulo utilizamos duas bibliografias específicas sobre a ideologia nacional, o livro “Segurança e Democracia”, do ano de 1975, do professor José Alfredo Amaral Gurgel, que faz uma análise política da doutrina da ESG numa visão militar, e o livro “A ideologia da Segurança Nacional” do ano de 1980, do padre e professor Joseph Comblin que estuda a aplicação desta ideologia em vários países, entre eles, o Brasil.

Como nosso interesse de pesquisa está territorialmente focado no estado do Paraná, tratamos também neste capítulo da estruturação da DOPS/PR, que como comentamos anteriormente, funcionava sob uma base complexa de arquivamento. Utilizamos a legislação estadual e federal responsável por estruturar as DOPS e legalizar as atividades da polícia política para historicizar as mesmas, e também as informações obtidas no DEAP/PR sobre elas, que são também chamadas de “fundo de nível 1”, onde um ou mais responsável pelo arquivo escreve uma apresentação sobre o mesmo. Como há pouco material sobre a organização e estruturação da DOPS/PR, algumas informações sobre o acervo a nível nacional foram retiradas de estudos publicados em outros Arquivos Estaduais, como o do Rio de Janeiro, que publicou uma revista chamada “DOPS a lógica da desconfiança”, o de São Paulo que publicou a coleção “Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro” e o de Brasília que publicou na “Revista Quadrilátero”, uma revista do arquivo público do Distrito Federal, artigos sobre a DOPS, inclusive contendo um artigo específico sobre a DOPS/PR.

Também reservamos um tópico do segundo capítulo para explanar como está atualmente organizado o acervo documental da DOPS/PR, que após 1991 passou a ser responsabilidade do DEAP/PR, estando disponível para pesquisas. E no último tópico deste capítulo mostramos as possibilidades de compreensão das vigilâncias da DOPS/PR, principalmente ao ME.

Sentindo necessidade de compreender a outra face da moeda, no terceiro capítulo focamos a atenção à estrutura do ME enquanto um movimento envolvido nas lutas sociais. Discorrendo sobre o conceito de movimento social, explanamos as características que fazem do ME, ser também um movimento social, tendo por base principal as reflexões de Maria da Glória Gohn e em alguns momentos as caracterizações encontradas na dissertação de Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva (2011) e numa das bibliografias usada pelo mesmo: Breno Bringel “O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil” (2009).

Para compreendermos a possibilidade da organização e estruturação do movimento a nível nacional enquanto um movimento social, interpretamos o documento “Carta do Paraná”, formulado pelo ME no ano de 1962, já que foi produzido num contexto de correlação de forças e inerente aos processos político-sociais. Este documento é também o intitulado “Luta Atual pela Reforma Universitária”, produzido pelo ME no ano de 1963, que utilizamos no último capítulo, encontram-se nos anexos do livro de Maria de Lourdes de A. Fávero. Através destas fontes primárias, podemos visualizar as ações e os anseios do ME nacional, que serviu como um projeto sociopolítico, onde está definida sua forma de visão de mundo. Nossa pretensão foi tratar do conceito de ME, interpretando seus integrantes enquanto intelectuais que buscaram a ampliação de sua força social na luta pela transformação social.

Esta transformação tinha como objetivo a instauração de uma reforma educacional que era entendida como uma reforma essencial para a sociedade, assimilando-se às demais reformas estruturais, pois os estudantes entendiam que de nada adiantaria realizar modificações na universidade se a sociedade continuasse excludente. Eles ambicionavam uma transformação que fosse concomitante, onde universidade e sociedade fossem readequadas. Deste modo, a educação assumia função processual de transformação social, garantindo a concretização de uma concepção de mundo, incontestável para reproduzir a hegemonia ou para renová-la (JESUS, 1989, p.18).

Ainda neste capítulo, através da análise dos arquivos da DOPS/PR, desenvolvemos um tópico sobre a estrutura organizativa do ME no estado do Paraná, que cria mais questionamentos do que apresenta a história da instituição, porém não deixa de ser o início da história da UPE, que até o momento nada possui sistematizado. Inclusive, não encontramos nenhuma dissertação sobre o ME paranaense no período pré-ditatorial.

O que encontramos que de certo modo nos ajuda, principalmente no quarto capítulo, são pesquisas, em sua maioria, relativas ao período ditatorial sobre a UNE, o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, as vigilâncias da DOPS, o ME secundarista no Paraná e sobre a educação popular. Uma destas pesquisas é a dissertação de Andréia Zaparte do ano de 2011, intitulada “A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)”, que analisa o acervo da DOPS/PR focando o movimento estudantil paranaense no período ditatorial.

Assim, no quarto capítulo analisamos as atividades desenvolvidas pelo ME em concomitância com as ações do ME a nível nacional, que buscou desenvolver na década de 1960 várias ações práticas e estratégicas para a concretização de suas metas e valores, visto que definidos em seu projeto sociopolítico e cultural estavam em constante aprimoramento respondendo a uma conjuntura que se estruturava no cenário nacional. O movimento estava sempre se posicionando, do modo como já alertava Gramsci na década de 1920, através de manifestações políticas, comícios, comunicações recíprocas de experiências e opinião, a classe operária precisava se educar (NOSELLA, 2005, p.76).

No ano de 1961, os estudantes de diversos estados, inclusive do Paraná, participaram do I Seminário Nacional da Reforma Universitária, promovido pela UNE e ocorrido em Salvador, que gerou a “Declaração da Bahia”, onde criaram seu CPC, participaram com força da Campanha pela Legalidade, defendendo a posse do vice-presidente João Goulart e criaram a UNE-Volante com objetivo de impulsionar as reformas de base e a reforma universitária, levando através de excursões para a maioria dos estados da nação trabalhos de convencimento para novos atores aderirem à luta.

No ano de 1962 a questão que polarizou os estudantes foi a crise na universidade, levando-os a retornarem ao debate sobre a reforma universitária, que vinha ocorrendo antes da renúncia do presidente Jânio. Através das ações da UNE-Volante realizaram no mesmo ano o II Seminário Nacional da Reforma Universitária

ocorrido na capital do estado do Paraná, gerando a já mencionada “Carta do Paraná”. A partir desta, os estudantes alegavam que a Reforma Universitária também era um problema popular já que era o povo que estava sem acesso à universidade. Ligando, assim, a reforma universitária à outras reivindicações populares pelas reformas de base (SANFELICE, 1986, p.38-9), como primeira reivindicação planejada, fizeram a “Greve do $\frac{1}{3}$ ”, exigindo participação de $\frac{1}{3}$ dos estudantes nos órgãos diretivos das universidades, que durou quase três meses.

No ano de 1963 realizaram o III Seminário Nacional da Reforma Universitária em Belo Horizonte, focando a produção de soluções táticas para afastar os obstáculos legais à democratização da universidade e criaram seu primeiro plano teórico tático na “Luta atual pela Reforma Universitária”. E no início de 1964 definiram o plano de mobilização estudantil pela reforma universitária na 1ª Reunião Ordinária da Gestão de 1963-1964 da UNE, presidida por José Serra.

Além destes maiores eventos que citamos, veremos no último capítulo que a todo momento os estudantes estavam reivindicando contra: o caráter sócio-econômico do exame de vestibular; o sistema de ensino que era imposto ao aluno e não incentivava a prática de pesquisa; o sistema de avaliação que não media o preparo do aluno para sua futura profissão, mas a sua capacidade de memorizar; o currículo inflexível e desajustado à realidade regional da universidade; os programas ultrapassados, sem atualização e inadequados; a má distribuição de verbas entre as universidades; a deficiência de instalações e equipamentos; a cátedra dos professores, que os tornavam desatualizados e incapacitados, ocupando lugar de novos professores mais atualizados e desejosos de trabalhar; e a administração da universidade, considerada pouco democrática. Podemos dizer que a base primária das lutas universitárias estava no divórcio que a classe dominante havia feito entre a ciência e a sociedade.

Os códigos da classe no poder estavam se tornando claros para os estudantes, então buscaram manipulá-los, usando-os como eficientes instrumentos contra a ordem dominante, almejando uma tomada de consciência das classes subalternas, as quais superariam o conformismo e a adesão que antes possuíam com os princípios da hegemonia burguesa, assumindo logo, que mais do que interpretar o mundo era preciso transformá-lo (MOCHCOVITCH, 1992, p.8).

CAPÍTULO 1

ENTRE A ESQUERDA E A DIREITA

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral [...] (GRAMSCI, 1991, p.13).

1.1. Apoio e oposição: as contradições durante o governo Jango

Na década de 1960 o ME estava inserido num movimento mais amplo de defesa do nacionalismo, onde as ideias de nação e povo faziam parte dos projetos políticos em busca de sua expressão “autêntica”. Nesta busca, os movimentos objetivavam conscientizar o povo para uma possível sustentação econômica e política cujo capital estrangeiro fosse independente. A esperança surgia na ideia de transformação da cultura brasileira, como meio de organizar as classes sociais de forma consciente e politizada para então, pelas mãos do povo, preparado para sua atuação política, serem redefinidas as relações de poder consideradas tradicionalmente autoritárias e conduzir o futuro da nação de modo humanista e não alienado. As práticas desses movimentos, com seus conflitos, suas alianças, e suas realizações individuais e coletivas, estavam estruturadas como reações às ações desenvolvidas durante o governo Goulart, sendo então necessário compreender tal contexto.

Como expõe Carlos Estevam Martins (2005, p.7), um dos diretores⁷ do CPC da UNE da década de 1960, em entrevista⁸, as pessoas (ele se refere às pessoas do CPC e da UNE, ousamos expandir para todos os movimentos nacionalistas) tinham a necessidade de fazer alguma coisa em relação à atividade política, o que só pode ser entendido focando a conjuntura política a que estavam submetidas na época.

Nesse período, João Goulart era o presidente do Brasil e seu governo estava vivendo sob intensos conflitos por motivos partidários, ideológicos, econômicos e

⁷ Os diretores do CPC da UNE na década de 1960 foram: Carlos Estevam Martins em 1961-2, Carlos Diegues (mais conhecido como Cacá Diegues) apenas por três meses e Ferreira Gullar em 1963 até o golpe de 1964.

⁸ Entrevista concedida a Angélica Muller e Ana Paula Goulart no ano de 2005, para o Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2005.

sociais. O crescimento econômico que até a década anterior estava baseado na expansão da indústria de bens duráveis estava esgotado. A inflação crescia aceleradamente, corroendo salários e aumentando o custo de vida. O mercado interno estagnou e limitou-se, não conseguindo poder para competir no mercado exterior. Com o mercado retraído a indústria reduzia a necessidade de mão-de-obra, e o desemprego começava a se elevar. Os trabalhadores assalariados tornavam-se mais incisivos nas reivindicações salariais. Os empresários ficavam apreensivos com as dificuldades econômicas. O governo buscava assumir uma posição de independência na política externa, distanciando-se da relação com os Estados Unidos da América, visto que passavam a suspeitar de ideologias comunistas no interior do governo brasileiro, assim detectavam aliados internos contrários à política de Goulart e as estimulavam, desestabilizando ainda mais a economia (BRUM, 1984, p.75-6).

As tensões sociais desse momento histórico são características da crise econômica, política e social que abalou a década de 1960, a qual sumariamente podemos denominar “crise orgânica” ou “crise de hegemonia”, pois ao atingir a estrutura econômico-social e a superestrutura ético-política desestabilizou não só as forças materiais como também as ideológicas, dificultando a sustentabilidade da hegemonia burguesa (SCHLESENER, 2001, p.22).

Para esclarecimento, é conveniente destacar que o termo econômico-social é utilizado por Gramsci ao explicar que o econômico engloba além da produção material, as relações sociais, que são criadas a partir da relação de produção (SCHLESENER, 2001, p.17). É a proposição de que os

[...] homens tornam-se conscientes (do conflito entre as forças materiais de produção) sobre o terreno ideológico das formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas. Mas esta consciência é limitada ao conflito entre as forças materiais de produção e as relações de produção [...] (GRAMSCI, 1991, p.58).

E o termo ético-político também é usado por Gramsci, ao apontar a relação estreita entre política e cultura, onde as ações políticas requerem certo nível de homogeneidade com a concepção de mundo, ou seja, com a filosofia que define a cultura (SCHLESENER, 2001, p.17). Como Gramsci assevera, não é possível separar força material de ideologia, “[...] já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais

sem as forças materiais” (1991, p.63). Por isso Gramsci usa o termo econômico-social que engloba ao mesmo tempo força material e ideologia, assim como o termo ético-político.

Logo, por conta do caos na estrutura econômico-social e na superestrutura ético-política, o governo buscava ideias para retornar a um nível de organização e controle. Porém, as saídas propostas pelo governo Goulart para a superação da crise, segundo Brum (1984, p.76), representaram o ponto de culminância da mesma. Mas, por qual motivo as propostas para superação seriam o ápice da crise? Tal resposta encontramos também em Brum, ao caracterizar as crises, o autor diz que em todas há:

[...] uma crescente insatisfação e descontentamento em relação ao ‘status quo’, [que são causados] pela mobilização e dinamismo da consciência social dos diversos segmentos que compõe a sociedade, [e] pelo aguçamento do debate nacional em torno das proposições em busca de saídas [...] (1984, p.75).

Por sua vez, saídas que superassem a situação crítica, considerando que a opinião pública se dividia em ideologias antagônicas, temos então a culminância da crise econômica em crise política e social nos anos iniciais da década de 1960.

O fato é que a dinâmica de relações existentes na sociedade abria perspectivas de transformação, havendo espaço para a “[...] emergência da crítica, a elaboração de novas concepções de mundo e a luta por novas relações hegemônicas [...]” (SCHLESENER, 2001, p.21). As reivindicações que se acentuavam com os conflitos de classe criavam resistência aos procedimentos institucionais e políticos que reforçavam a ideologia dominante, obrigando a elite a recriar e reinventar mecanismos para assegurar sua hegemonia. Restava para a classe explorada, no entendimento de setores desta, organizar-se e buscar a revolução, deparando-se com iniciativas da classe dominante voltadas a romper o processo de luta, como foi o caso da instauração do golpe civil-militar, o qual traduziu o receio da classe dominante em perder o poder (SCHLESENER, 2001, p.21).

As forças sociais e políticas da época, que foram geradas pela crise e também geraram a crise, reiteramos, podem ser apresentadas didaticamente em dois pólos antagônicos, de um lado os reformistas revolucionários e de outro lado os conservadores reacionários. Os primeiros colocam-se numa linha nacionalista,

buscando um desenvolvimento industrial autônomo do país, defendendo a estatização dos setores básicos, como transporte, siderúrgica, energia, petróleo, entre outros, e apoiando as reformas estruturais. Os grupos que se enquadram nesta posição são heterogêneos, cujo o único ponto em comum entre eles está no desejo de melhoria das condições sociais, que pode variar de um desejo moderado a um radical.

Com base em Brum (1984, p.85-6), destacamos que nesta posição estava uma parcela da burguesia nacional; os camponeses sem-terra em fase de articulação através das Ligas Camponesas, no Nordeste e do Movimento Agrário dos Sem-Terra, no Rio Grande do Sul; a maioria do operariado urbano, através de suas organizações sindicais e da ação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); os setores da Ação Católica, principalmente as organizações de jovens, como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Agrária Católica (JAC), que superaram a fase evangélica desvinculada do contexto sócio-econômico-cultural, passando a engajar-se cada vez mais numa perspectiva de atuação política visando à necessidade de mudanças estruturais para a sociedade; os estudantes, através da mobilização de suas entidades estudantis – UNE e União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), bem como suas organizações estaduais, como no caso do Paraná, da UPE e da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES); a Ação Popular (AP) que surgiu nos meios estudantis integrando representantes da JEC e JUC, que tensionavam contribuir no processo de conscientização popular, tendo então a formação dos CPCs que levaram ao debate problemas nacionais, entre outros.

No meio militar surgiu à articulação de alguns sargentos, cabos e marinheiros, desestruturando o princípio da hierarquia militar; nas capitais e cidades maiores Leonel Brizola inspirou e orientou uma organização paramilitar conhecida como Grupo dos Onze. No meio parlamentar, os políticos representantes da esquerda e dos progressistas formaram a Frente Parlamentar Nacionalista. No meio partidário o Partido Comunista Brasileiro atuava na clandestinidade. Nos meios intelectuais destacou-se o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Na imprensa surgiu o jornal “Brasil, Urgente!”, e podemos citar além deste que Brum destaca, os jornais “Última Hora”, “Novos Rumos”, “Terra Livre”, “Problemas da Paz” e “Socialismo”, apresentados no relatório da DOPS/PR de novembro de 1962 como jornais de

esquerda comunista⁹. Criou-se também na sociedade civil a Frente Popular para dar apoio às reformas de base propostas pelo presidente Goulart.

Na posição antagônica, articulavam-se da mesma forma heterogênea as forças do conservadorismo reacionário, que poderiam ter em comum apenas uma sistemática oposição ao governo e a sua preconização das reformas ou meramente uma exacerbada ideologia anticomunista. Os formadores deste grupo temiam as possibilidades de novas formas de organização, pois visualizavam a ordem política e social na continuidade dos padrões tradicionais da estrutura social. Assim, muitos tinham como principal foco a derrubada do governo Goulart, armando então uma conspiração contra o mesmo.

Nesta posição, podemos destacar ainda, pautando-se em Brum (1985, p.88-91), que se formou um arco significativo de oposição ao governo Jango: toda burguesia estrangeira, a maior parte da burguesia nacional, principalmente a associada ao capital estrangeiro; os latifundiários temerosos com a reforma agrária; as Forças Armadas e a Igreja que eram cautelosas com a estrutura hierárquica militar e eclesiástica, assim atemorizavam as camadas despolitizadas para o perigo comunista, inclusive realizando orações pedindo a Deus que salvasse o país do comunismo. Nos meios políticos, a Ação Democrática Parlamentar reuniu conspiradores conservadores. No meio intelectual destacou-se o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)¹⁰ integrado principalmente por empresários, partidários e técnicos, sendo sustentado por empresas nacionais e estrangeiras; e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) sustentado pelo IPES e também por recursos norte-americanos, buscando representatividade parlamentar e civil para atuarem contrariamente aos propósitos reformistas de Goulart, atuando na sociedade civil e política, objetivando eliminar violentamente inimigos indesejáveis considerados subversivos. Nas organizações religiosas destaca-se a Sociedade Tradição, Família e Propriedade, da ala direitista radical do catolicismo. Nos meios de comunicação a grande imprensa noticiava as organizações da esquerda nacionalista e a reação da direita reacionária, apresentando simpatia a estes e desfavorecendo aqueles.

⁹ DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Mensal - assunto: movimento sindical. Nov. 1962. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Seções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961-1963.

¹⁰ Inclusive o líder do IPES foi o general Golbery do Couto e Silva, que no ano de 1964 com a instauração do golpe civil-militar é o organizador e primeiro chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Deste modo, para entender as ações do ME, especialmente o paranaense, da década de 1960, é preciso compreender que ele está envolvido num amplo movimento, reagindo ao contexto nacional político, econômico e social, o qual por sua vez influencia o contexto no Estado do Paraná e por consequência as ações de seu ME, ou seja, é uma corrente, onde há dependência entre as ações do meio e as reações dos movimentos e vice-versa.

1.2. “Cadeia da Legalidade”: os conflitos na renúncia de Jânio Quadros

Em 1960, Jânio Quadros com uma imagem de um político amador e honesto, aparentemente populista, lançou-se candidato à Presidência, dirigindo seu discurso principalmente à camada média da sociedade¹¹. Sua principal proposta era a instauração de uma “cruzada moralizadora” no país, que seria a instauração de inquéritos policiais comandados por militares destinados a inovar os costumes e o saneamento moral da administração pública, o que oferecia as possibilidades de radicalizar as relações que ainda existiam dos antigos hábitos da oligarquia no grupo governamental e de transformar o paternalismo getulista que persistia na organização trabalhista (PAULA, 2003).

Contra o sistema de Vargas e anunciando independência partidária, Quadros prometia uma democracia honesta e digna, ao mesmo tempo se comprometia desenvolver economicamente o país, especialmente na área da agricultura, educação e saúde. Também controlaria a inflação e preservaria a independência da nação, endossando a fórmula de desenvolvimento econômico liberal. Porém, ele pouco explicava sobre o modo de superar os problemas e alcançar o desenvolvimento desejado (SKIDMORE, 1983, p.235-7).

A nebulosidade que de certa forma encobria a campanha do carismático Quadros ficou evidente no resultado das eleições: conseguiu eleger-se presidente, porém teve eleito como seu vice um candidato da chapa concorrente, o João Goulart. Neste momento, a lei eleitoral brasileira permitia que os eleitores votassem em presidente e vice de chapas diferentes. E também “[...] era possível que candidatos à vice obtivessem mais votos do que os candidatos à presidente ou que

¹¹ Optamos por utilizar o termo Camada Média, mas não desconsideramos que é um termo polêmico, complexo e de difícil definição, assim como Classe Média. Segundo Luiz Werneck Vianna, a classe média “[...] não deriva apenas de variáveis referidas à renda das pessoas, embora a renda seja importante, mas não determinante. Educação, ocupação, lugar de moradia, além de outras variáveis que dizem respeito à cultura, a atitudes, comportamentos, expectativas, também configuram esse estrato. [...]” (2008).

se elegeisse o presidente de uma chapa e o vice-presidente de outra chapa [...]” (BRAGA, 2004). Foi o que aconteceu nas eleições de 1960, pois Goulart se elegeu vice, apesar do seu companheiro de chapa, o marechal Lott, ser derrotado por Quadros. Curiosamente, nas eleições de 1955, quando Goulart foi eleito pela primeira vez vice-presidente no governo Juscelino Kubitschek (JK), obteve mais votos do que o presidente (BRAGA, 2004).

As medidas liberais de Quadros para controlar a inflação e as tarifas cambiais tiveram boas recepções no exterior, porém, internamente foram vistas como medidas impopulares já que resultaram na duplicação do preço do pão e da gasolina, assim, os protestos populares foram inevitáveis. No mês de junho de 1961 estava se integrando no Estado do Paraná, por exemplo, a entidade das Donas de Casa para protestar contra o aumento do custo de vida. Este grupo contava com o apoio da Federação das Mulheres de São Paulo, das entidades estudantis e de quase todos os sindicatos do Estado. No relatório da DOPS/PR deste mês, além desta informação da entidade das Donas de Casa, é visível que a polícia já esperava pela ampliação de reivindicações, inclusive prevendo quais os sindicatos que pleiteariam reajuste salarial devido ao aumento do custo de vida¹².

Jânio Quadros, em situação instável no país, também se complicou com o exterior quando quis assumir uma política externa independente, buscando uma política nacional neutra, aberta a todos os países do mundo. Ao mesmo tempo buscou realizar negociações com as três grandes potências e blocos mundiais: com os Estados Unidos da América (EUA), na época a maior expressão capitalista, com a Europa Ocidental; e com o bloco comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No momento de guerra fria uma política independente não era bem vinda, visto as necessidades internacionais que conduziam as nações a uma tomada de posição. Essa aventura de Quadros no exterior criou grandiosas discussões internas, irritando conservadores e alguns políticos de centro (SKIDMORE, 1983, p.241-6).

Lacerda, no posto de governador da Guanabara, auxiliou para colocar o presidente em descrédito e para ampliar a oposição às medidas presidenciais, desencadeando violentos ataques pela rádio (instrumento de grande acesso da

¹² DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Quinzenal. 1 a 15 jun. 1961. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Seções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961-1963.

massa). Lançou a independência externa, tentada pelo governo, como sinônimo do nacionalismo esquerdista, identificando-o com o anti-americanismo e voltado aos interesses cubanos, ainda mais depois do presidente oferecer a Che Guevara a condecoração da Ordem do Cruzeiro do Sul, ato que visava preparar o estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com nações socialistas. Essa associação da política externa foi vista como uma possível ameaça à segurança nacional e revoltou os militares e a camada média da sociedade. Lacerda conseguiu o que queria e Quadros renunciou ao poder (SKIDMORE, 1983, p.247; PAULA, 2003).

No dia 25 de agosto de 1961 Quadros submeteu sua renúncia ao Congresso que a aceitou, desenrolando uma grave crise política de doze dias, fazendo a nação experimentar um vazio de liderança e uma indefinição de rumos, após ter centralizado suas atenções e suas expectativas nos oito meses do governo Quadros. Assim, aguçaram-se as contradições e a consciência popular, ampliando a participação do povo nos debates dos problemas do país, buscando rumos para a sociedade (BRUM, 1985, p.78).

O vice-presidente estava ausente do Brasil, encontrava-se em missão econômica na República Popular da China e como previa a Constituição Federal de 1946, na ausência deste, o responsável provisório era o presidente da Câmara dos Deputados, na altura, Ranieri Mazzilli. Alguns ministros militares, liderados pelo Ministro da Guerra, Marechal Odílio Denys, e um grupo de civis, manifestavam-se dispostos a não deixar Jango assumir. O objetivo destes era garantir a permanência de Mazzilli no poder, até que se realizassem novas eleições dentro de 60 dias, pois questionavam: como permitir que o vice-presidente, herdeiro da política tradicional de Vargas assuma o poder do país? (SKIDMORE, 1983, p.254; FACHEL e DOMINGUES, 2011, p.13).

O suposto receio deste grupo de civis e militares seria o histórico político de Goulart, que apoiara manifestações grevistas e era tido como simpático aos regimes comunistas, representando em sua figura um perigoso agitador e um demagogo sindicalista (SANFELICE, 1986, p.19). Os militares temerosos enviaram um manifesto pedindo ao Congresso que intercedesse e ratificasse formalmente o impedimento da posse de Goulart pelo fato dele estar ausente e por apresentar ameaça a segurança nacional e à democracia liberal brasileira, acusavam-no ainda de:

[...] ser um notório agitador dos meios operários e de ter entregue a “agentes do comunismo internacional” posições-chave nos sindicatos, assim como de ter enaltecido o sucesso das comunas populares durante sua recente visita à China Comunista. O manifesto terminava ressaltando que a presidência de Jango poderia favorecer a subversão nas forças armadas, transformando-as assim em “simples milícias comunistas”. Era um sintoma do temor constante por parte dos militares de que um movimento operário “sindicalista” pudesse destituir as forças armadas da sua posição de grupo mais poderoso no cenário político brasileiro (SKIDMORE, 1983, p.257).

Esta opinião não era unânime nem entre os militares e nem entre os políticos. O III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, sob o comando do general Machado Lopes, declarou total apoio à legalidade constitucional, era uma “[...] declaração tão clara [que] parecia uma ameaça de guerra civil” (SKIDMORE, 1983, p.257). Além disto, o comandante contava com o apoio do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola¹³, que o impeliu a rebelar-se a favor de Jango, e liderou o Movimento pela Legalidade, do porão do Palácio Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul, tendo montada às pressas uma rede de transmissão radiofônica para informar e mobilizar a população em defesa da Constituição (FACHEL e DOMINGUES, 2011, p.14).

Enquanto os governadores de São Paulo, Carvalho Pinto, do Paraná, Ney Braga, e de Goiás, Mauro Borges, também se manifestaram em prol da legalidade constitucional, outros eram contrários, como o governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, que reprimia com violência qualquer manifestação em prol a Jango (SANFELICE, 1986, p.19; PAULA, 2003; FACHEL e DOMINGUES, 2011, p.14).

O Estado do Paraná estava com sua oficialidade militar dividida, assim como na divisão de projeção nacional. No dia 28 de agosto, durante a crise que se desenrolava, o comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria (5ª RM/DI), com sede no Paraná, na época, o general Benjamin Rodrigues Galhardo, procurou o governador do Estado, Ney Braga, apresentando-se capaz de garantir a destituição do atual comandante do III Exército, o general Machado Lopes, pelo general Cordeiro de Farias, já que o general Lopes havia informado oficialmente que não seria capaz de manter a ordem no Sul, contrariando o pedido do Ministro da

¹³ Brizola era cunhado de Jango, pois era casado com Neusa Goulart Brizola, irmã deste.

Guerra, que ordenou que assim o fizesse, pelo uso da força, se fosse necessário (DUTRA, 2004, p.196; FACHEL e DOMINGUES, 2011, p.14).

A recusa do general Lopes de entregar o cargo definiu suas tropas como rebeldes. Deste modo, foi determinado ao general Farias que conduzisse um grande deslocamento militar do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul para controlar a situação e tomar posse de seu cargo. A 5ª RM/DI que até então apoiava a troca de comandantes do III Exército, subitamente mudou de posição no dia 31 de agosto e passou a declarar apoio ao General Machado Lopes informando que as tropas que saíssem do Rio de Janeiro seriam impedidas de passar pelo Paraná, “a fronteira da legalidade” (DUTRA, 2004, p.196).

Dava-se então a organização de uma frente ampla em defesa do legalismo constitucional. Desta frente fizeram parte “[...] as ‘forças populares’, lideradas por estudantes esquerdistas, líderes trabalhistas e intelectuais [...]”, alguns centristas como “[...] governadores e líderes católicos, assim como uma parte da classe média, que viam o problema como um caso de fé nos processos democráticos e princípios constitucionais [...]” (SKIDMORE, 1983, p.259).

No estado do Paraná tivemos a organização da chamada Frente de Resistência Democrática do Paraná, organizada pela Aliança Operária Estudantil, formada por todos os movimentos estudantis e sindicatos do estado¹⁴, que dois dias após a renúncia de Jânio Quadros já publicava um Manifesto ao Povo declarando que apoiaria integralmente os princípios constitucionais, defendendo a posse de Goulart, exigindo de Jânio Quadros a denúncia dos grupos que o levaram a renunciar, reconhecendo o governador Brizola como o líder da resistência democrática, repudiando o governador Carlos Lacerda, por considerá-lo um dos principais causadores da desordem do país, e assumindo a posição de conscientizar a população das manobras que estavam sendo realizadas para implantação de uma ditadura. Para finalizar denominam a sede da UPE a Casa da Legalidade¹⁵.

Brizola organizou demonstrações populares e mobilizou mais de cem estações de rádio do seu Estado, de Santa Catarina e do Paraná formando a Cadeia

¹⁴ ALIANÇA OPERÁRIA ESTUDANTIL. Boletim de Campanha nº4 – Manifesto ao Povo. Curitiba, 2 set. 1961. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Campanha da Legalidade**, pasta 165, topografia 19, datada de 1961.

¹⁵ UPE, União Paranaense dos Estudantes; UPES, União Paranaense dos Estudantes Secundários, UCES, União Curitibaana dos Estudantes Secundários; Sindicatos dos Trabalhadores. Manifesto ao Povo. Curitiba, 28 ago. 1961. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Campanha da Legalidade**, pasta 165, topografia 19, datada de 1961.

ou Rede da Legalidade, também utilizada para pronunciamento da UNE através de seus diretores, que decretaram greve geral e se dirigiram do Rio de Janeiro para o Estado centro da resistência legalista, o Rio Grande do Sul. Em meio à efervescência dos acontecimentos a UNE teve sua sede fechada pela polícia sob ordem do governador Carlos Lacerda. Os estudantes manifestaram-se com o fechamento de sua sede denunciando as pressões que sofriam através do jornal Metropolitano, da União Metropolitana de Estudantes (UME), entidade dos estudantes universitários cariocas (SANFELICE, 1986, p.19).

Em meio à crise que se proliferava, o Congresso negociou com ambos os lados e apresentou uma solução conciliatória: a instituição do sistema parlamentarista. A proposta foi aceita pelos três ministros militares e também por Goulart, que neste momento estava em Montevidéu¹⁶, assim fez-se uma emenda na Constituição, a Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961¹⁷, adiando-se o golpe da direita (SKIDMORE, 1983, p.260; PAULA, 2003).

A Aliança Operária Estudantil continuava na resistência no Paraná, e publicou vários manifestos em forma de repúdio ao Parlamentarismo, em um panfleto datado de 2 de setembro de 1961, pronunciavam que:

Essa atitude do Congresso, se aprovada, será uma traição à causa legalista e ao povo brasileiro. É imoral, inoportuna tal emenda, e a vemos como um golpe a mais dos Ministros golpistas, visando impedir o Presidente constitucional, Dr. João Goulart, de governar no sistema Presidencialista no qual foi eleito¹⁸.

E concluem pedindo apoio do povo: “Todo brasileiro de bom senso, honesto, tem que repudiar qualquer emenda”¹⁹. Em outro panfleto sob o título de

¹⁶ Antes de estar em Montevidéu, Goulart, de Cingapura (China) seguiu para Paris, depois para Nova Iorque, planejou viajar para Buenos Aires para então entrar no Brasil pelo Rio Grande do Sul, mas na Argentina foi impedido de desembarcar em virtude do forte dispositivo militar armado pelo governo argentino, então dirigiu-se para Montevidéu, onde foi recepcionado pelo embaixador brasileiro, Valter Sarmanho, cunhado de Getúlio Vargas (PAULA, 2003).

¹⁷ Esta Emenda foi revogada com a Emenda nº6, de janeiro de 1963, que estabeleceu novamente o sistema presidencial.

¹⁸ ALIANÇA OPERÁRIA ESTUDANTIL. Boletim de Campanha nº4 – Manifesto ao Povo. Curitiba, 2 set.1961. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Campanha da Legalidade**, pasta 165, topografia 19, datada de 1961.

¹⁹ *Idem, Ibidem.*

“Parlamentarismo é golpe” questionam em letras garrafais para chamar mais atenção da população: “Você permitirá isso?”²⁰.

É em meio a esses conflitos da hegemonia que os estudantes, enquanto intelectuais, agiam como mediadores expressando, organizando e defendendo os objetivos e interesses do grupo social a que estavam vinculados. Enquanto os intelectuais da classe dominante sustentavam a ordem social, os da classe dominada lutavam para superar a formação social e a divisão de classes. Ao intelectual orgânico do proletariado caberia organizar e dirigir as lutas políticas de sua classe e “[...] a partir de sua atuação política, irá apontar as contradições que perpassam o social, desmistificar o poder e as relações de dominação, despertar a consciência crítica e autônoma; criar um mesmo ‘clima cultural’ que prepare a nova hegemonia” (SCHLESENER, 2001, p.28).

Um dia após a emenda constitucional ser aprovada, a Aliança Operário-Estudantil paranaense enviou um documento ao Chefe de Polícia do Estado do Paraná, Italo Conte, informando que no dia posterior, dia 4, realizariam uma passeata silenciosa como forma de luto e encerramento da Campanha da Legalidade e solicitaram providências policiais para que esta não fosse impedida de se concretizar.²¹ Curiosamente, no Rio Grande do Sul, a movimentação pela legalidade e o Comitê Central de Resistência onde a população se alistava para defesa da Legalidade, persistiu até o dia da posse de Goulart (FACHEL e DOMINGUES, 2011).

Mesmo com toda movimentação pela legalidade, Goulart assumiu a Presidência, no dia 7 de setembro, sobre a “humilhante” fórmula parlamentarista, que consistia na permissão de ocupar o cargo de Presidente, mas sem o poder, depois desta crise em que o país chegou perto de uma guerra civil (GASPARI, 2002, p.46).

No mesmo mês a UNE declarou na síntese do Conselho Extraordinário dos Estudantes, que a implementação do parlamentarismo foi um desfecho positivo, mas que expressava a existência de um golpe branco. Neste mesmo documento, conhecido como “Declaração de Porto Alegre”, a liderança estudantil manifestou que

²⁰ FRENTE DE RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA DO PARANÁ. Panfleto Parlamentarismo é golpe. [s.d.]. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Campanha da Legalidade**, pasta 165, topografia 19, datada de 1961.

²¹ ALIANÇA OPERÁRIO-ESTUDANTIL PRÓ-LEGALIDADE. Comunicação ao Chefe de Polícia. Curitiba, 3 set. 1961. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952-66.

ainda exigiria reformas de base e lutaria por medidas nacionalistas de transformação para a sociedade, que garantisse equilíbrio na democracia econômica e na justiça social (SANFELICE, 1983, p.20-2).

1.3. Crise orgânica: Governo Jango

Nos seus primeiros seis meses de parlamentarismo, Goulart buscou reunir forças para recuperar seus poderes presidenciais e consolidar sua posição política, “[...] acentuou seus princípios anticomunistas e sua devoção ao processo democrático [...]” (SKIDMORE, 1983, p.265). Em razão da crise econômica, buscou relacionar-se com o governo norte-americano e com as autoridades do Fundo Monetário Internacional (FMI) tentando convencê-los de suas intenções voltadas ao desenvolvimento do país. Visando conseguir apoio, declarou que o Brasil era independente, mas não neutro, assim opôs-se ao governo de Fidel Castro.

Entretanto, Jango mostrou-se “[...] relativamente indiferente à insistência norte-americana quanto a uma atitude de maior cooperação com a Aliança para o Progresso no Brasil [...]” que se constituía numa grande ideologia contra a Revolução Cubana, “[...] e não se impressionou pelas preocupações norte-americanas quanto à infiltração comunista no movimento sindical [...]” (SKIDMORE, 1983, p.266).

Jango defrontava-se principalmente com a questão da natureza econômica. O Produto Interno Bruto (PIB) crescia desde 1940 em 6% ao ano, ou seja, o país apresentava grandes recursos para desenvolvimento, o que parecia continuar com a decolagem industrial que JK dera ao Brasil. Porém, a infra-estrutura básica para que o desenvolvimento continuasse progredindo era inadequada. A demanda de água e energia elétrica era insuficiente, o sistema de transportes estava em déficit, faltando rodovias e estradas pavimentadas, o que sobrecarregava o sistema ferroviário, que também não conseguia atender todas as regiões por falta de uma padronização nos trilhos (SKIDMORE, 1988, p.31)

A política desenvolvimentista de JK beneficiou regiões e classes de maior renda, acentuando as diferenças das classes sociais, tendo um crescimento das tensões, principalmente entre as regiões do país (BRUM, 1985, p.77). O desequilíbrio regional foi um dos fatores profundos de desequilíbrio estrutural da economia brasileira. A diferença de riqueza que havia entre o Nordeste e o Sul foi um fenômeno identificado pelos setores políticos e civis. Assim, criou-se no final da

década de 1950 a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para agir interrompendo o processo de agravamento das diferenças regionais, sendo um veículo da transferência de capital industrial do Sul para o Nordeste, abrandando e obscurecendo a luta de classes (BRESSER PEREIRA, 1985, p.84-7).

A ação da SUDENE não reduziu o desequilíbrio regional, pois permaneceu submetida à lógica capitalista. Mesmo as empresas sulinas instalando filiais no Nordeste, a imigração para o Sul mantinha-se a nível elevado. Além disso, devido as empresas usarem a mesma tecnologia empregada no Sul, não houve absorção da grande mão-de-obra nordestina, que tinha uma população excedente enorme (BRESSER PEREIRA, 1985, p.85-6).

O Nordeste, por sua situação precária, considerada região responsável pelo atraso econômico brasileiro, também foi palco dos crescentes movimentos culturais, educacionais e populares nos anos iniciais de 1960. Sendo então a região mais fecunda destes movimentos de peso nacional, como o Movimento de Cultura Popular (MCP) de Pernambuco, que foi fundado em 1960, no governo Miguel Arraes, com objetivo geral de conscientização e aumento no número de eleitores; a Campanha “De pé no Chão Também se Aprende a Ler” em Natal; o Movimento de Educação de Base (MEB) no Rio Grande do Norte, criado em 1961 com apoio da Igreja e que acontecia por meio de rádio, que se expandiu para outras regiões do país; as experiências da proposta de Paulo Freire, que perpassa todos os outros movimentos e a Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR). O movimento importante da região sudeste foi o CPC da UNE criado em 1961, após os artistas do Teatro de Arena terem tido o conhecimento das experiências do MCP numa palestra proferida por Paulo Freire no ISEB, visando uma identificação entre povo e nação e preocupando-se com o conceito de nacional-popular²² (SCHMITT, 2011, p.22-3).

Esse afloramento de forças contrárias à hegemonia mostra que o consenso que até então assegurava com maior peso a ordem na sociedade civil estava enfraquecido, necessitando ser compensado com o aumento do uso da coerção, assegurando a ordem social e política, com o uso de instrumentos como a DOPS.

²² De acordo com Souza (2002, p.1) o conceito de nacional-popular empregado nas discussões sobre a função social da arte não foi inspirado diretamente na concepção desenvolvida por Gramsci, apesar de se aproximar dela, porém não guarda a mesma relação com a hegemonia e a contra-hegemonia, afinal, quando houve a preocupação com o conceito no Brasil, as obras de Gramsci ainda haviam sido pouco difundidas neste país.

Esses mecanismos de coerção poderiam ser vistos pela sociedade como uma forma de repressão natural, supostamente necessária para manter o desejo e a aspiração da maioria e assim atingir o bem coletivo. Afinal, inconscientemente fora suplantado pelo consenso, que é expresso pela opinião pública principalmente através dos meios de comunicação, a impossibilidade de se atingir os objetivos nacionais sem o uso da força. Não uma força necessariamente de violência física, mas através da jurisdição e legalização da vigilância, da censura e da repressão, aos tidos como inimigos do Estado (SCHLESENER, 2001, p.19).

O que estava ocorrendo no governo Jango foi à acentuação da tomada de consciência dos setores da sociedade até então marginalizados, das contradições capitalistas fundamentais, levando-os a se confrontarem, e reivindicarem proposições contrárias e totalmente incompatíveis à hegemonia burguesa. O sistema de democracia formal que vigorava desde o ano de 1945, estava passando por crises institucionais e sendo incapaz de resolver os conflitos através de uma “[...] justificação ideológica que ocult[asse] a distribuição assimétrica de oportunidades [...]” (HABERMAS *apud* ALVES, 2005, p.26), ou seja, o uso do consenso estava em queda, o que gerou a ampliação da coerção principalmente com a instauração do golpe civil-militar em 1964.

No sistema educacional, Goulart deparou-se com dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que expressavam a gravidade da situação educacional do país e alimentavam as discussões sobre a escola pública. Além de a população possuir 39,5% de analfabetos, dos 14 milhões de jovens brasileiros em idade escolar, apenas a metade chegava a frequentar a escola e aprenderia a ler, sendo então aproximadamente 9,5% do total da população que estava matriculada em instituições de ensino, – o que não quer dizer que estavam frequentando as aulas. E somente nove em cada cem jovens conseguiam passar do ensino primário para o ensino médio, que tinha uma regulamentação centralizada e inadequada para preparar mão-de-obra qualificada para responder as necessidades do desenvolvimento nacional de industrialização (BOMENY, s.d.).

Mesmo após a longa discussão nacional sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que se iniciou em 1948 com a proposta do Projeto Mariani, intensificando-se com o Substitutivo Lacerda e perdurando pela sua polêmica promulgação através da Lei nº 4.024 de dezembro de 1961, a política educacional era marcada pela descentralização (CUNHA e GÓES, 1991, p.13).

Na discussão sobre a LDBEN conflitavam-se os defensores da educação privatista e os educadores em prol da escola laica, gratuita e pública. Os privatistas defendiam o Substitutivo Lacerda e repudiavam o Projeto Mariani. Destes embates, novos grupos da linha esquerdista formaram-se, como o caso da JEC e da JUC, que se desprenderam dos católicos liderados pela Associação de Educação Católica e se ligaram às posições da UNE em favor da escola pública. O movimento de cunho mais progressista desta Campanha de Defesa da Escola Pública mobilizou além do ME, a opinião pública progressista e os operários, ocorrendo em São Paulo, no ano de 1960 e 1961 as I e II Convenções Operárias em Defesa da Escola Pública, após ter ocorrido no mesmo ano de 1960 a Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública (CUNHA e GÓES, 1991, p.13).

Durante o governo Goulart o debate em defesa da escola pública esteve concentrado na figura política de Darcy Ribeiro, contra o governador Carlos Lacerda, que era defensor da escola privada. Mesmo com a LDBEN sendo promulgada em dezembro de 1961, – dando ganho à causa de Lacerda, por assegurar a liberdade de escolha das famílias em matricularem seus filhos na escola que melhor lhes convinha, particular ou pública, e nessa perspectiva ainda deixar à competência do governo o financiamento não só das redes públicas, mas também das privadas, – os debates não se cessaram, como asseveram Cunha e Góes (1991, p.13) o verdadeiro silêncio sobre esta disputa só aconteceu com o golpe de Estado.

Darcy Ribeiro assim que assumiu o cargo de Ministro da Educação e Cultura, em agosto, submeteu no mesmo ano o Programa de Emergência do Ministério da Educação e Cultura, que foi aceito pelo Conselho dos Ministros e permitia a aplicação financeira para ampliação de matrículas no ensino primário e médio, intensificando a escolaridade. Foi durante a gestão de Darcy que 12% da receita dos impostos da União já previstos na Constituição, fossem destinados ao Fundo Nacional de Educação, criado em 1962 através do 1º Plano Nacional de Educação (PNE). Este plano também previa que até 1970 todas as crianças, adolescentes e jovens entre sete e vinte e três anos estivessem alfabetizados²³ (HEYMANN, 2004).

Antes do golpe de Estado, o último Ministro da Educação e Cultura foi Júlio Sambaqui, ligado a educação profissional, em sua gestão incentivou o

²³ Deste modo foi criado o Plano Trienal de Educação, onde a receita tributária de 12% em 1963 deveria passar a 20% em 1965. Porém este planejamento foi interrompido com a saída de Darcy para assumir a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República (HEYMANN, 2004).

desenvolvimento do programa de alfabetização baseado no Método Paulo Freire, provocando reações nos setores conservadores (HEYMANN, 2004). Estes eram contra os movimentos populares culturais que vinham ganhando espaço nos âmbitos regionais e institucionais, onde buscavam expressar suas teorias e conceitos, principalmente quando nos anos de 1961 e 1962 os debates sobre a questão educacional deslocaram-se da área do governo (lembrando que a discussão da LDBEN marcou o Congresso Nacional, os órgãos educacionais, sindicais e estudantis no final do governo JK e início do governo Jânio Quadros), dando espaço para os debates entorno da crise do parlamentarismo *versus* presidencialismo (CUNHA e GÓES, 1991, p.14).

A educação universitária também foi assunto nos debates, pois as universidades federais atendiam em sua maioria os filhos da camada média. Interessante é observar que estes estudantes, representados pela UNE, nos anos de 1960 agiam de forma incompatível com sua classe de origem, pois enquanto buscavam na universidade qualificação e conhecimento para posterior desenvolvimento profissional como forma de ascensão social, eles se deparavam com as contradições da sociedade capitalista e com a alienação que esta causava na sociedade, percebendo assim que os problemas sociais também estavam presentes no acesso ao ensino superior.

Além de a educação estar em disparidade na sociedade, principalmente entre o atendimento no campo e na cidade, a assistência a saúde também apresentava esses grandes contrastes. Nas cidades, a população miserável conseguia receber mais serviços sociais do que os moradores do campo, expressando o caráter dualista dos países com economia subdesenvolvida. A agricultura já vinha sendo marginalizada do auxílio estatal desde o período inicial de industrialização, que ganhou ênfase e atenção do primeiro governo Vargas que estimulava a transferência da renda da agricultura para a indústria. Porém, desde os anos de 1950 a agricultura estava perdendo sua capacidade de transferência de renda para a indústria, e somente na segunda metade da década de 1960 o Estado desenvolveu um amplo sistema de subsídio ao crédito agrícola (BRESSER PEREIRA, 1985, p.88-9).

Quando Goulart assumiu a Presidência deparou-se com lavradores na miséria ao lado de imensas porções de terras ociosas pertencentes a proprietários privados ou a órgãos governamentais, enquanto muitos destes trabalhadores rurais migravam

para a cidade em busca de melhor situação financeira, se submetendo então a trabalhos não formais, sem cobertura de salário mínimo e de sistema de previdência social (SKIDMORE, 1988, p.32-3).

Nas cidades os trabalhadores mais bem posicionados e que conseguiam emprego formal se organizavam através do movimento sindical urbano, que cresceu marcadamente nestes anos do governo Goulart. Inclusive o ME no Paraná através da Aliança Operária Estudantil, ajudava na conscientização dos trabalhadores para se filiarem a sindicatos e a formarem novos sindicatos para unir forças e lutar por seus direitos²⁴.

Ao analisar a economia da década de 1960 temos dois grandes problemas, o desequilíbrio crônico no balanço de pagamentos e o descontrole da inflação, que já ameaçava escapar do controle governamental de JK, reduzindo o poder aquisitivo dos trabalhadores assalariados e aumentando a consciência nacional (BRUM, 1985, p.77-8).

A inflação fora de 50% em 1962 para 75% no ano seguinte. E em 1964 a taxa anual projetada nos primeiros meses do ano fora de 140%. Desde o governo Vargas não houve programa anti-inflacionário visto que isso poderia desacelerar o desenvolvimento industrial. O crescente desequilíbrio no balanço de pagamentos foi causado pelo grande endividamento externo assumido durante o governo JK, pela alta variação do preço do café e pela impossibilidade de diversificar as exportações, enquanto a necessidade de importação se elevava respondendo ao rápido crescimento industrial. Nestas condições o governo estava em desequilíbrio orçamentário, gastando demais e arrecadando menos, por consequência da ampliação de gastos com setores industriais de sua responsabilidade (siderurgia e petróleo) e com serviços de infra-estrutura. O déficit acumulado era de 504 bilhões de cruzeiros, o que por sua vez provocava o contínuo aumento do custo de vida, fazendo crescer ainda mais as organizações e reivindicações sindicalistas dos assalariados para pleitear aumento salarial (SINGER, 1986, p.228; GASPARI, 2002, p.48).

²⁴ Por exemplo, está registrado no relatório da DOPS/PR de janeiro de 1962 que a Aliança Operária Estudantil estava buscando se entrosar com homens da lavoura. (Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Polícia e Social – DOPS – Secções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961 a 1963).

Os conflitos na relação preços e salários são numerosamente apresentados nos relatórios da DOPS/PR que tratam de assuntos sobre os movimentos sindicais do Estado. Para exemplo do inchaço de reivindicações, apresentamos apenas dados do relatório da segunda quinzena do mês de janeiro de 1962, onde consta que o Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Curitiba iniciou campanhas para reivindicar melhores salários; os ferroviários filiados a União dos Ferroviários do Brasil, fizeram assembléia pedindo 50% de aumento salarial; o Sindicato dos Condutores de Veículos de Carga no Estado do Paraná estava estudando bases para reivindicar aumento salarial; o Sindicato dos Securitários do Paraná conseguira aumento de 45%; o Sindicato dos Garçons ainda não conseguira uma conciliação entre as partes, patronal e operária, que há tempos discutiam a exigência dos trabalhadores que pleiteavam aumento na base de 50%; o Sindicato dos Empregados no Comércio de Curitiba planejava campanha para aumento salarial, que respondesse ao aumento do custo de vida; o Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café de Curitiba estava reivindicando a normatização do pagamento dos sindicalizados; o Sindicato dos Barbeiros de Curitiba depois de cinco anos inativo retornou a funcionar; as Donas de Casa de Curitiba fizeram passeata reclamando do aumento do custo de vida, sendo apoiadas pela Aliança Operária Estudantil; e a Associação Médica do Paraná, o Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café de Londrina, a Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Carnes e Derivados de Jaguariaíva estavam elegendo sua nova diretoria.

Para resolver o problema financeiro, como aponta Dreifuss (1981, p.134), o capital internacional exigia medidas de estabilização, com um rígido controle de salários, medidas de redução da inflação e cortes nas despesas públicas para serviços sociais. Resumindo, o Brasil estava precisando de “[...] um plano econômico que satisfizesse aos seus credores, de modo que o comércio continuasse a ser exercido de acordo com as regras do capitalismo internacional” (SKIDMORE, 1988, p.35).

Jânio tinha um programa de metas com apoio e aprovação do FMI, mas quando iria começar a dar resultados, renunciou. Ele tinha conseguido sucesso com os credores estrangeiros. Os termos dos acordos estavam sendo altamente favoráveis para o Brasil. Havia sido anunciado um empréstimo para financiamentos, e juntamente a expansão da grande dívida externa. Quando Goulart assumiu teve

que retomar o plano, porém os credores estavam desacreditados com o Brasil, ainda mais com Goulart na Presidência, que era notado no exterior como possuidor de uma orientação esquerdista, o que era um risco na visão do capital internacional (SKIDMORE, 1988, p.35; SKIDMORE, 1983, p.240-1).

Jango estava confuso com a crise econômica que lhe causava impopularidade política. Objetivando inverter essa questão e melhorar sua reputação definitivamente deixou-se atrair pelas campanhas em prol das reformas de base. Em muitos pronunciamentos referiu-se a “[...] urgente necessidade de que fossem aprovadas as reformas estruturais que superassem os graves problemas de ordem social, econômica e institucional do país [...]” (SANFELICE, 1986, p.22). No dia do trabalhador do ano de 1962 discursou reclamando a necessidade da reforma agrária. Sua tática era apelar para a esquerda, porém a esquerda encontrava-se dividida (SKIDMORE, 1983, p.266-7).

Goulart causou mais temor nos credores financeiros e nos conservadores reacionários quando quis colocar como Primeiro Ministro San Tiago Dantas, um advogado e político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Minas Gerais e árduo defensor da neutralidade entre Brasil e Cuba. A direita ficou perplexa com a nomeação que Jango indicou, a Câmara dos Deputados não aceitou. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, como havia ameaçado, entrou em greve geral, ocorrendo paralisações nos transportes, assaltos a armazéns e pessoas feridas. (SKIDMORE, 1983, p.297-9). Um caos que atingiu particularmente o Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, pois segundo relatório da DOPS/PR do mês de setembro de 1962, a greve que foi ameaçada de ser geral teria sido um fracasso no Paraná, argumentando que as aspirações dos líderes sindicais não estariam impregnadas nos trabalhadores, sendo um “[...] reflexo da ausência de coordenação entre os dirigentes sindicais [...]” já que, “[...] no Paraná essa greve geral passou despercebida no seio dos trabalhadores [...]” e assim, a DOPS/PR não constou nenhuma manifestação, nem mesmo dos “líderes mais exaltados”²⁵. Todavia, mesmo assim, Jango negociou diretamente com os líderes grevistas de São Paulo e do Rio e convenceu-os a retornarem ao trabalho. E esta atitude serviu

²⁵ DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Mensal. Set. 1962. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Seções de Controle**, pasta 863 topografia 106, datada de 1961 a 1963.

de exemplo nacional para mostrar a necessidade de ter poderes executivos totais através do presidencialismo (SKIDMORE, 1983, p.267-9).

O novo Primeiro Ministro aceito pela Câmara foi Brochado da Rocha, este “[...] prometeu um programa de emergência para combater a inflação e a escassez de alimentos; comprometeu-se também a continuar a política exterior ‘independente’ do Brasil [...]” (SKIDMORE, 1983, p.269). Sua ação mais significativa foi convocar um plebiscito antecipando a decisão do retorno ao presidencialismo. A emenda constitucional de 1961 previa um plebiscito para o ano de 1965, a ideia era adiantar essa data. Com isto, os conflitos políticos centralizaram-se sobre essa questão (SKIDMORE, 1983, p.269).

Lacerda e a direita radical udenista atacavam alegando que Goulart pretendia dar um golpe, enquanto Brizola e a esquerda revidavam ameaçando uma intervenção armada se o Congresso não adiantasse o plebiscito. Muitos centristas apoiavam o retorno ao presidencialismo, “[...] quase todos os observadores, independentemente de sua opinião política, concordavam em que o Brasil necessitava de um poder executivo forte [...]” (SKIDMORE, 1983, p.270), inclusive importantes figuras da oficialidade militar. Contudo, o que conduzia até mesmo oficiais militares, que na renúncia de Jânio não quiseram deixar Goulart assumir o poder, a agora se posicionar a favor do presidencialismo?

O fato é que a administração parlamentarista estava ineficiente. A situação econômico-financeira estava se agravando ampliando-se as crises político-institucionais. Claro que Goulart e seus aliados pouco faziam para ajudar no bom andamento do Parlamento, muitas vezes contribuía para seu funcionamento inadequado, conduzindo a necessidade de seu fim. Além disso, Goulart tinha consciência de que precisava do apoio militar, assim mostrou uma hábil política promovendo e transferindo generais defensores do nacionalismo para posições-chave de comando (SANFELICE, 1986, p.22).

No dilema que se encaminhava para a fixação de uma data para o plebiscito, os estudantes se manifestaram alegando que defenderiam medidas para a classe trabalhadora. E neste ano, 1962, definiram o compromisso que tinham com a reforma universitária como um meio de emancipação do país para uma sociedade justa (SANFELICE, 1986, p.21). Numa nota oficial de 3 de setembro de 1962 se posicionaram:

[...] lutamos em primeiro lugar pela Reforma Universitária, considerada por nós como a luta específica que nos cabe inicialmente no processo de redenção do povo brasileiro.

Nosso compromisso de honra é com a emancipação de uma sociedade justa, a sociedade do operário, do camponês, do homem que trabalha.

[...]

Os estudantes brasileiros deixam claro diante dos partidos dos governantes e das Forças Armadas que só batalharão por medidas que tenham por fundamento as classes populares e que assegurem a sua livre manifestação, ponto imprescindível para sua participação efetiva na luta pela emancipação nacional (UNE, Nota Oficial, *in* Castilhos, s.d. *apud* SANFELICE, 1986, p.21-2).

Os estudantes representados pela UNE estavam na defesa de Goulart e do plebiscito para que as reformas se efetivassem a favor do povo, acabando com o imperialismo e com as oligarquias que se fortaleciam com o parlamentarismo, pois a proclamada reforma universitária era tida como uma reforma de base indispensável para um saudável desenvolvimento do país (SANFELICE, 1986, p.23).

Os integrantes dos movimentos, campanhas e experiências populares que surgiam em todo o país, ao encarregar-se da mobilização de suas classes para uma possível transformação social, que fosse capaz de responder ao sentimento reformista, tinham a esperança de contribuir para a transformação da cultura brasileira, como meio de organizar as classes de forma consciente e politizada, para então, pelas mãos do povo, preparado para sua atuação política, serem redefinidas as relações de poder consideradas tradicionalmente autoritárias, e conduzir o futuro da nação de modo democrático e cidadão.

Estava em andamento a constituição de uma nova concepção de mundo, numa perspectiva contra-hegemônica que previa o amadurecimento da consciência do povo de forma crítica, para que então fosse possível iniciar uma mudança econômico-social (MOCHCOVITCH, 1992, p.37). Como havia teorizado Gramsci, seria necessária uma reforma intelectual, cultural e moral para que a classe proletária se tornasse autônoma e hegemônica, e as ações que as campanhas e movimentos populares estavam realizando exigindo as reformas iam nesta direção gramsciana, apesar de não haver indícios que tenham utilizado Gramsci como base teórica²⁶, não deixavam de apresentar também uma reforma cultural, buscando

²⁶ Segundo Souza (2002, p.52) obras de autores como Antonio Gramsci, Georg Lukács, Adolfo Sánchez Vázquez e Walter Benjamin, antes do golpe de 1964 foram pouco difundidas entre a intelectualidade, “[...] servindo apenas para contrabalançar os discursos e ‘verdades’ sobre arte,

estabelecer uma sociedade sem classes, igualitária e sem injustiças sociais (JESUS, 1989, p.17).

No mês de agosto, os três ministros militares, da guerra, da marinha e da aeronáutica, publicaram um manifesto a favor do plebiscito, o que fez o Congresso reagir e marcar a data da votação nacional para abril do ano seguinte. O Primeiro Ministro insistia numa data mais próxima, Goulart viu a necessidade de trocar o Ministro da Guerra para se fortalecer perante o exército e assim conseguiu adiantar a data para janeiro de 1963 (SKIDMORE, 1983, p.271-2).

No dia 6 de janeiro de 1963 o povo foi às urnas, votou contra o sistema parlamentar e apoiou a volta do presidencialismo (9,5 milhões contra 2 milhões de votos). Com o ganho do presidencialismo os centristas e a esquerda moderada esperavam uma solução para a crise econômico-financeira, e os radicais da direita anti-Jango, que não conseguiram impedir o plebiscito, tramavam derrubar o presidente e sua doutrina democrática. Estes radicais estavam obstinados a recuperar a moralidade e um forte anticomunismo. Através de grupos organizados, como a Frente Patriótica Civil-Militar, a pretensão era mobilizar as massas contra Jango. Os militantes rebeldes também contavam com grandes financiamentos do IPES, formado em 1961, por industriais paulistas, que manifestavam um espírito de organização vigilante “[...] para silenciar perturbadores esquerdistas em *meetings* anticomunistas com ‘métodos intelectuais – como uma pancada na cabeça” (SKIDMORE, 1983, p.275).

A esquerda radical insatisfeita com o parlamentarismo, também não se satisfazia com o presidencialismo, pois tinha dúvidas de que conseguiria realizar seus anseios de mudanças mais radicais com a estrutura constitucionalista em vigor. Neste espectro de esquerda estavam as organizações como o Comando Geral de Greve, o Pacto Sindical de Unidade e Ação, o CGT, as Ligas Camponesas, a Frente Parlamentar Nacionalista, a UNE e o Partido Comunista do Brasil (SKIDMORE, 1983, p.275).

Em meio aos debates que circundavam o capital estrangeiro e a estrutura agrária, os extremistas, tanto da direita quanto da esquerda, ampliaram-se quando começaram a ganhar terreno com suas opiniões recebendo atenção pública (SKIDMORE, 1983, p.277). Afinal,

cultura e engajamento. Somente nos anos que se seguiram ao golpe de 64 é que tais autores foram lidos com mais atenção e intensidade [...]” (SOUZA, 2002, p.56).

além destes dois problemas – o papel do capital estrangeiro e a questão da estrutura agrária – existia ainda o perene problema da inflação e dos déficits no balanço de pagamentos do Brasil. Este último desequilíbrio exigia que o Brasil se submetesse a uma “disciplina financeira”, aparentando assim seguir a orientação dos países desenvolvidos e das autoridades monetárias internacionais. Esta situação, como de costume, apresentava motivos de discussão para os radicalizantes políticos tanto da direita quanto da esquerda (SKIDMORE, 1983, p.279).

Por conta das dificuldades de gerenciamento interno e dos contratos externos foi anunciado em dezembro de 1962 um novo Plano de Desenvolvimento Econômico, elaborado pela equipe do Ministro extraordinário do Planejamento, o notável economista Celso Furtado. Era o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que estabelecia regras rígidas para o controle do déficit público e inflacionário, e previa financiamentos para iniciativas governamentais, incluindo as reformas de base, através de uma estratégia gradualista, não negligenciando a perspectiva desenvolvimentista (SARMENTO, s.d.).

Neste Plano, havia a explicitação de três objetivos a serem alcançados com as reformas, porém cada grupo salientava o propósito que mais lhe convinha: Furtado enfatizava as reformas na perspectiva de aumentar o crescimento econômico, como por exemplo, a reforma agrária mudaria o sistema arcaico que persistia e impedia o aumento da produção agrícola; o presidente enfatizava as reformas para uma redistribuição econômica equitativa, fortalecendo a posição dos extremistas da esquerda; enquanto os centristas viam as reformas, principalmente a educacional, como estratégia do presidente radicalizar o equilíbrio eleitoral, o que abriria caminho para profundas e indesejáveis modificações na estrutura social (SKIDMORE, 1983, p.288-90). Esta questão reflete bem o modo como a sociedade em geral estava estruturada, carregada de conflitos, contradições e interesses.

Coube a San Tiago Dantas, Ministro da Fazenda empossado em janeiro de 1963, após o plebiscito, a tarefa de administrar as linhas básicas do Plano no que condizia às necessidades políticas e orçamentárias. Tal projeto foi aceito pelo FMI e pelo presidente dos EUA, Kennedy, porém, as medidas adotadas seriam impopulares, pois conteria os salários sem aumento, e inevitavelmente os preços do transporte e do trigo aumentariam (SARMENTO, s.d.).

Por conta das pressões políticas da classe trabalhadora que reclamava das medidas adotadas, Goulart, com a recuperação de seus poderes presidenciais, não seguiu o Plano e nem as metas estabelecidas pelo FMI para ajustes salariais e de subsídios às importações. O presidente abandonou os rigorosos mecanismos de controle, agindo numa política econômica mais flexível, o que piorou ainda mais sua imagem no exterior, sendo visto como incapaz de honrar compromissos internacionais (SARMENTO, s.d.).

A medida adotada por Jango afirmava que o setor externo da economia era a causa das dificuldades do país, pois o lucro de empresas estrangeiras era remetido ao exterior e o país continuaria externamente dependente da importação de tecnologia, já que era incapaz de gerar a sua própria e por necessitar dela para a expansão capitalista.

Os radicais de ambos os lados culpavam o FMI e o Banco Mundial por fazerem o país ficar na condição de subordinado. Dantas tentou negociar a dívida com os EUA, porém eles estavam cautelosos com o Brasil, e Dantas pouco conseguiu. Eles concederiam ajuda e financiamento somente a troco de medidas anti-inflacionárias aceitas pelo FMI, o que deixava os radicais revoltados. Inclusive um sargento do Exército questionou atacando a falta de ajuda e o entrave que era o FMI, e acabou sendo castigado a mando do Ministro da Guerra, por ter cometido um ato indisciplinado (SKIDMORE, 1983, p.296-7).

Neste jogo de conflitos, Goulart transitava entre ambos os lados e sofria pressões tanto da direita como da esquerda. Ao mesmo tempo em que defendia as reformas de base, prorrogava a realização de medidas populares e condenava as medidas de esquerda, tentando propagar-se como um anticomunista, inclusive dando cargos importantes da administração federal para representantes da elite e indicando militares da linha dura para postos de comando estratégicos (TOLEDO, 1984, p.59-60). Deste modo, o fantasma do golpe, tanto de direita quanto de esquerda, atemorizava ambos os lados.

Para Jango, os problemas de inflação e balanço de pagamentos só poderiam ser resolvidos com a aprovação das reformas de base, que desde que assumiu a Presidência com a renúncia de Jânio Quadros, foi a sua bandeira²⁷. Em 1961, no 1º

²⁷ Desde 1958, ainda no governo JK, que o PTB começou a discutir as reformas de base, como propostas de viabilizar alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas que garantissem a

Congresso Camponês, Goulart havia declarado a necessidade da realização da reforma agrária, era o “carro-chefe” das reformas de base e anunciou que para isso seria preciso mudar a Constituição, mas alterá-la era mais um motivo de resistência por parte dos setores conservadores (FERREIRA, 2004).

Jango não desistira de realizar as reformas, mas também não se posicionava diretamente a favor dos reclames populares. Com o restabelecimento do presidencialismo, Jango quis implementar as reformas urgentemente. Assim, apresentou, ainda no primeiro semestre de 1963, um anteprojeto de reforma agrária, que forçosamente obrigava à alteração constitucional, e encaminhou também uma emenda constitucional, porém as propostas foram recusadas pelo Congresso Nacional, deixando os grupos esquerdistas mais agitados (FERREIRA, 2004).

Os movimentos populares urbanos estavam aumentando e incentivando as organizações dos camponeses, o que intensificava a pressão sobre o governo para que implementasse as reformas. A UNE mais uma vez, tendo em pauta a estrutura política, proferiu seu ponto de vista e denunciou no dia do trabalhador de 1963, que naquele momento do governo Goulart as agitações populares eram tidas como criminosas, mas que os estudantes continuariam na luta pelas reformas juntamente com os trabalhadores, pois seus desejos não eram outro “[...] senão constituírem-se em trabalhadores das escolas, voltando a universidade para o trabalho, para a vida e para as necessidades de toda a população laboriosa [...]” (SANFELICE, 1986, p.25).

Este contexto empurrava a direita contra a parede, esta se encontrava temerosa com as forças populares e com o perigo comunista, ou a suposição deste. A eclosão, em setembro de 1963, da revolta dos militares nacionalistas liderada por sargentos da Aeronáutica e da Marinha, que contrariava a Constituição de 1946, polarizou ainda mais a política, eles reivindicavam o direito de sargentos, suboficiais e cabos poderem exercer mandato parlamentar e denunciavam a urgência das reformas de base (FERREIRA, 2004). O movimento logo fora controlado, porém Goulart ainda assumia posição de neutralidade, levantando o medo, ou o pretexto deste, aos políticos conservadores e aos oficiais de alto escalão da possibilidade de um golpe de Estado com base esquerdista e na quebra hierárquica e disciplinar das Forças Armadas (CASTRO, s.d.).

A situação ficou ainda mais complicada na visão dos conservadores reacionários quando no Paraná assumiu o Comando da 5ª RM/DI o general Silvino Castor da Nóbrega, que veladamente defendia as posições do presidente da República e o Comando da Infantaria Divisionária de Ponta Grossa foi assumido pelo general Chrysantho de Miranda Figueiredo, um apoiador das reformas de Goulart (DUTRA, 2004, p.197).

No dia 13 de março de 1964 foi realizado um comício na praça em frente a Central do Brasil no Rio de Janeiro, onde o presidente Goulart, pressionado pelas esquerdas decidiu lançar-se para ela e abandonar sua posição até então indefinida. Para cerca de 150 mil pessoas, declaradamente optou pela defesa de uma política direta ao povo e pela implantação imediata das reformas de base, assinando neste mesmo dia dois decretos, um desapropriando as terras ociosas das margens das rodovias e açudes federais e outro encampando as refinarias particulares de petróleo. Seu pronunciamento formalizou o confronto do governo com as forças conservadoras, ainda mais ao proclamar a necessidade de mudanças na Constituição, que deveria legalizar uma nova estrutura econômica, mais justa e humanitária (BRUM, 1985, p.86).

Enquanto Goulart previa assinar decretos do Executivo e encaminhar projetos de lei para o Congresso Nacional para a realização das reformas, criou-se neste momento a Frente Popular de apoio a estas. E em resposta o conservadorismo reacionário organizou-se em São Paulo, a Marcha com Deus pela Liberdade que reuniu aproximadamente 200 mil pessoas carregando faixas com dizeres anticomunistas e atacando o governo Goulart e suas reformas, acusando-o de visar o socialismo (GASPARI, 2002, p.48-9).

Mesmo com os movimentos contrários, os reformistas revolucionários estavam preparando sua participação, na celebração do martírio de Tiradentes, no dia 21 de abril, em Minas Gerais, onde representantes de todos os Estados marcariam a grande arrancada das forças populares na luta pelas reformas de base, pretendendo realizar as transformações estruturais (BRUM, 1985, p.88).

Com a definição de Goulart para a esquerda, os oficiais militares que até então eram neutros, em sua maioria passaram a conspirar contra o presidente, ocasionando o envio de uma circular reservada à oficialidade do Exército, no dia 20 de março de 1964, elaborada pelo chefe do Estado-Maior do Exército, o general Castelo Branco, advertindo contra os perigos do comunismo (CASTRO, s.d.).

Tal circular não foi bem aceita entre a oficialidade visto que não havia sido debatida e formulada juntamente com o Ministro da Guerra, porém uma semana depois parecia ter sido uma profecia, quando no dia 28 de março se sucedeu a quebra da hierarquia na Marinha (GASPARI, 2002, p.56). Marinheiros (sargentos, cabos e marujos) no Rio de Janeiro se concentraram na sede do Sindicato dos Metalúrgicos sendo acompanhados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), e apoiados pela UNE e pelo CGT. Eles reivindicavam a soltura de companheiros presos a bordo de seus navios, defendendo uma sociedade mais livre, aumento salarial, estabilidade trabalhista e melhores condições de acesso e reconhecimento de sua entidade. Depois de 72 horas, uma tropa de fuzileiros navais fora mandada para controlar a situação, porém, chegando ao local uniram-se aos revoltosos. Houve então a interferência do Exército, que depois de vários entendimentos e acordos realizados com os revoltosos e com o presidente, fora acertado que seriam retirados do local e encaminhados novamente às suas bases sem represálias. O presidente recusou-se a punir os insubmissos, deixou-os presos nos quartéis do Exército por pouco tempo. Sendo soltos eles saíram em forma de passeata pelas ruas do Rio de Janeiro, deixando ainda mais alarmada a direita, que via no presidente a figura promotora da insubordinação nas Forças Armadas (CASTRO, s.d.; HELLER e DUARTE, 2000, p.20).

Neste meio tempo, os oficiais da Marinha, com apoio dos oficiais comandantes do Exército e da Aeronáutica se reuniram em assembléia no Automóvel Clube e no Clube Naval protestando contra a quebra da hierarquia (HELLER e DUARTE, 2000, p.21).

No dia 30 de março estava marcado um discurso de Goulart para suboficiais e sargentos das Forças Armadas, que se reuniriam no salão do Automóvel Clube, na Cinelândia. Tancredo, líder do governo na Câmara e Ryff, secretário de Imprensa da Presidência, tentaram impedir o presidente de comparecer. Para Tancredo, o

[...] Presidente só poderia ir ao encontro com os sargentos se isso fizesse parte de um plano pelo qual estivesse disposto a patrocinar um fulminante processo de radicalização política, mesmo neste caso, só deveria ir se já estivesse numa campanha militar [...] (GASPARI, 2002, p. 45).

Jango aborreceu-se com o receio de Tancredo e Ryff e foi. No local estima-se que havia cerca de 20 mil pessoas. E pela primeira vez Goulart tomava a ofensiva

em meio à crise militar, depois de ser abatido duas vezes por pronunciamentos militares, o primeiro em fevereiro de 1954 quando os coronéis conseguiram afastá-lo do Ministério do Trabalho e o segundo em agosto de 1961 quando os ministros militares vetaram sua posse presidencialista e ele teve que se contentar com o parlamentarismo. Em seu discurso Jango enfatizou a necessidade de realizar as reformas de base sob o apoio e respeito do povo. À medida que proferia sua fala os conservadores se contorciam e concordavam com a necessidade de um golpe, antes que o presidente desse um golpe de esquerda (GASPARI, 2002, p.46-63).

Jango em seu último discurso presidencial, sob pressão e de improviso, disse que “a crise que se manifesta no nosso país foi provocada pela minoria de privilegiados que vive de olhos voltados para o passado e teme enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à democracia pela integração de milhões de patrícios nossos” (GOULART *apud* GASPARI, 2002, p.63). Para finalizar informou que seria perda de tempo um golpe contra o governo, pois este estava unido ao povo:

As forças progressistas deste país podem estar tranqüilas, e especialmente tranqüilas, depois de ouvirem ao longe e assistirem pela televisão esta memorável assembléia. Ninguém mais pode se iludir com um golpe contra o governo, contra o povo (GOULART *apud* GASPARI, 2002, p.63-4).

Porém, o golpe estava logo por vir, apenas dois dias depois deste discurso. Goulart não reagiu energeticamente ao golpe, e também a esquerda “imatura e inexperiente”²⁸ não atuou significativamente ao ataque, apesar de Luis Carlos Prestes supostamente ter 40 mil militantes do PCB em estado de sobreaviso, de Leonel Brizola articular um esquema militar defensivo no Rio Grande do Sul, das Ligas Camponesas dispor de 2 mil homens, do CGT recomendarem ao povo que estivesse unido, e da UNE pedir aos estudantes para que realizassem mobilizações em passeatas e que ficassem em estado de alerta para resistirem se preciso, pois estes encontravam-se sem mobilização organizada (GASPARI, 2002, p.84-6).

Goulart no dia 1º de abril reuniu sua família e viajou para o Rio Grande do Sul, onde Brizola, deputado e também seu cunhado, articulava um golpe de defesa junto ao comandante do III Exército, que até então ainda não havia aderido ao golpe, mas já tinha perdido seus subordinados da 5ª RM/DI comandada pelo interino general

²⁸ Este termo da esquerda “imatura e inexperiente” é usado por Brum (1985, p.83) e também por Bresser Pereira (1979, p.154).

Coelho com sede em Curitiba. Todavia, o presidente não apoiou o plano de Brizola, e no dia 2 de abril o III Exército aderiu ao golpe, não se repetindo o fato do ano de 1961, quando defenderam o direito de Goulart suceder a Presidência após a renúncia de Jânio Quadros (SKIDMORE, 1988, p.21; DUTRA, 2004, p.198).

1.4. Governo Estadual Ney Braga

No Estado do Paraná o projeto de desenvolvimento teve relações com o projeto da Federação, nos aspectos administrativo, econômico e político, influenciado pela forte ideologia marcada por ideias desenvolvimentistas nacionais, ou seja, a conjuntura política adotada pelo governo paranaense, nas décadas de 1950 e 1960, é em grande parte reflexo dos fenômenos de caráter nacional e internacional (GOMES, 2010, p. 114).

Na década de 1950 o Paraná contou com os governos estaduais de Bento Munhoz (1951-1955) e de Moisés Lupion (1956-1960), que estavam intimamente relacionados com as ideologias emanadas da era de desenvolvimento do governo Getúlio Vargas (1951-1954) e JK (1956-1960), e que buscaram, segundo Gomes (2010, p.85), a promoção econômica e social através da industrialização, do intervencionismo estatal (ampliação do controle do Estado) e da ideologia do nacionalismo²⁹. Vargas incentivou a indústria nacional e o mercado interno pela valorização dos salários, lançou bases para emancipação econômica através da criação da Eletrobrás e da Petrobrás e JK abriu as portas do país para o capital estrangeiro, que instalou indústrias automobilísticas³⁰, construiu Brasília e várias estradas pavimentadas integrando as regiões do país.

Neste período a sociedade brasileira experimentou um momento de prosperidade aliada à democracia, demonstrando que no sistema capitalista era possível existir bem-estar social. Para tal, o Estado deveria promover, por meio do voto e da tributação de impostos, a redistribuição da riqueza, por meio da manutenção de escolas, serviços de saúde, habitação, segurança, lazer e cultura, estimulando o pleno emprego servindo como garantia para a manutenção do

²⁹ A questão desenvolvimentista tem origem na década de 1930 quando se verificou o importante papel do Estado como coordenador do processo de desenvolvimento econômico, principalmente após o impacto causado pela Revolução Russa, conduzindo a necessidade de debates sobre o pensamento econômico e político (GOMES, 2010, p.88).

³⁰ Indústrias como a Volkswagen, a General Motors e a Bosch (HELLER e DUARTE, 2000, p.18).

capitalismo e amenizando os conflitos entre capital e trabalho (MAGALHÃES, 2001, p.52-64).

Os governos Munhoz e Lupion³¹ usaram de campanhas de migração para o desenvolvimento do Estado, principalmente dos migrantes provenientes do Sul do país, visando ampliar no Estado a população e a produção, visto que ambas aparecem articuladas entre si. Estes migrantes foram fundamentais para o desenvolvimento do Estado, por conta do tipo de conhecimento e experiência que possuíam com a terra e do tipo das propriedades que implantavam (pequenas propriedades) (MAGALHÃES, 2001, p.72). Através dos números apresentados no relatório anual, intitulado “Mensagem”³², produzido pelo governo do Estado do Paraná, Ney Braga, no ano de 1961, ao qual tivemos acesso através dos arquivos da DOPS/PR, as campanhas deram resultados, visto que em 1950 o Estado contava com 2.129.000 habitantes e em 1960 o número praticamente duplicou, chegando a 4.200.000 habitantes (MENSAGEM ENVIADA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1961, p.4). Foi durante estes governos que se iniciou a construção de estradas para escoamento da lavoura cafeeira contribuindo para o surgimento de dezenas de cidades no interior.

Mesmo com o Estado realizando campanhas em prol da migração, todo cuidado foi tomado com os migrantes que entravam no Estado, pois estes eram acusados de facilitar e até mesmo serem adeptos às ideologias consideradas subversivas, gerando um desmembramento do Serviço de Estrangeiros da DOPS/PR, e criando em 1956, a especificidade da Delegacia de Estrangeiros, que possibilitava a troca de informações das delegacias regionais com outras delegacias, inclusive de outros países (IPÓLITO, 2009, p.138-9).

Na década de 1960, a política de ocupação de território passou a ser condenada pelo governo Ney Braga (1961-1965), pelo tipo de propriedade que gerou e pelas irregularidades na concessão de terras, que tinham muitas vezes mais

³¹ Apesar de estes candidatos serem rigidamente oponentes, um representando a renovação (Lupion), uma vez que não pertencia às famílias tradicionais e apoiava as cidades e os interesses do interior, e outro considerado, pela opinião pública, extremamente elitista (Munhoz), focado no desenvolvimento da capital e pouco preocupado com o interior, eles tiveram praticamente as mesmas políticas de governo (MAGALHÃES, 2001, p.56-7).

³² A “Mensagem” é um documento apresentado à Assembleia Legislativa do Estado anualmente pelo governador do Estado, com caráter de prestação de contas. A primeira “Mensagem” do governador Ney Braga, de 1961, foi escrita com apenas 3 meses de seu mandato. Devido ao recente tempo que estava no poder, este documento apresenta mais uma análise da situação política encontrada pelo novo governo do que uma prestação de contas.

de um proprietário legal, com títulos emitidos pelo Estado, pela Província, pelo Império ou pela União, e para complicar ainda mais, os governos anteriores, com suas campanhas, fizeram novas concessões dessas mesmas terras (MAGALHÃES, 2001, p.73).

Sob este contexto, Ney Braga, em seu governo assumido em janeiro de 1961, após ser eleito pelo Partido Democrático Cristão em aliança com a União Democrática Nacional e ter feito sua campanha associada a Jânio Quadros³³, que estava concorrendo à Presidência da República, fez sua imagem de organizador dos conflitos de terras, antecipando no Paraná a reforma agrária, garantindo a posse pacífica de muitos agricultores e reduzindo os problemas com jagunços e posseiros³⁴, que anteriormente eram mascarados nas campanhas pela suposta tranquilidade e progresso. Até então os movimentos revoltosos eram explicados pelo governo como sendo exceções, deste modo os migrantes passaram a não mais atender as necessidades de desenvolvimento do Paraná. Braga, assim como os governos anteriores, seguiu o modelo pautado nos princípios do Estado de Bem-Estar Social ao promover o desenvolvimento econômico, porém diferente dos outros governos seu discurso foi de abandono da vocação agrícola do Paraná para substituição pela industrialização (MAGALHÃES, 2001, p.74-5). Sua vitória eleitoral, provavelmente, foi um reflexo do desejo de parte da sociedade paranaense em querer um governo mais atuante e efetivo no desenvolvimento econômico.

Ney Braga quando assumiu seu cargo, propondo a industrialização do Paraná, deparou-se com um governo estadual administrativamente problemático e deficitário, com consequentes dificuldades na situação econômico-financeira e ausência de planejamento, pois o governo de Lupion havia deixado o Banco do Estado do Paraná em situação de pré-falência, do mesmo modo que Goulart na Presidência encontrou as finanças da nação: gastando mais do que arrecadando. Tal situação deixou o Estado inclusive sem dinheiro para pagar seus funcionários, além de Lupion não ter expandido os serviços públicos de acordo com as

³³ Jânio Quadros não declarou apoio explícito a Ney Braga, era este que sempre procurava se vincular a campanha do candidato presidencial (GOMES, 2010, p.139).

³⁴ A questão das terras, principalmente da região sudeste do Estado do Paraná envolveu diversos debates no início do governo Ney Braga, incluindo decisões tomadas pelo Presidente Jânio Quadros e posteriormente por João Goulart. Para mais informações sobre os impasses nas nomeações das terras ver: HELLER, Milton Ivan; DUARTE, Maria de Los Angeles González. Paraná Emergente. In: **Memórias de 1964 no Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

necessidades de expansão populacional e produtiva, havendo por exemplo, carência de estradas e de energia elétrica³⁵ (MAGALHÃES, 2001, p.69).

Para recuperar o controle sobre a situação econômica do Estado, Braga no início de seu governo ampliou a fiscalização sobre os impostos, reduzindo a sonegação do mesmo, assim conseguindo dar uma guinada no processo que estava precário³⁶. O governador ressaltava a necessidade de financiar a longo prazo as indústrias que se instalassem no Estado, de investir em construção de hidrelétricas, de ampliar a rede de transportes e de incentivar a educação, como meios fundamentais para o processo de desenvolvimento econômico (GOMES, 2010, p.138).

No relatório “Mensagem” do ano de 1961, podemos analisar que o interesse e a propaganda do governo de Ney Braga giravam em torno do progresso do Estado através do desenvolvimento industrial, pois segundo ele, o Paraná possuía uma monocultura, a do café, que não lhe garantia prosperidade, sendo então um Estado em condição subdesenvolvida, visto a instabilidade da economia cafeeira. Como por exemplo, quando as plantações de café foram drasticamente castigadas com as geadas de 1953 e 1955, afetando toda a economia paranaense, já que esta era praticamente a única forma econômica, fazendo-se ressalvas às economias antigas também existentes, como a extração vegetal do mate e da madeira, mas que estavam em declínio.

Considerando que o Brasil estava em pleno desenvolvimento industrial, a lógica do governo Ney Braga, exposta na “Mensagem” de 1961, obviamente um documento oficial e parcial, era ampliar a industrialização de acordo com a exportação do café, pois, o Paraná era um grande exportador, mas não recebia as importações das capacidades de industrialização, que se concentravam no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (GOMES, 2010, p.141-1). Deste modo, Braga alertava que,

o grande problema da implantação industrial é a atração do capital. A economia paranaense, principalmente no setor cafeeiro, gera

³⁵ No governo Lupion a energia elétrica no Paraná aumentou 27%, de 1955 a 1960, enquanto no Brasil neste mesmo período aumentou média de 50%. A potência mínima exigida pelas diretrizes nacionais era de 80 watts por habitante, e o Paraná estava somente com uma média de 23 watts por habitante (BRAGA, 1961, p.17).

³⁶ DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório em identificação. Supomos ser de junho de 1961. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Secções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961 a 1963.

excedentes de capital, mas os excedentes raramente são destinados ao setor industrial do Paraná.

Parte destes é investida no setor cafeeiro, outra parcela vai ser investida em outras regiões do país [...] (MENSAGEM..., 1961, p.26).

O interesse não era a substituição da produção agrícola por uma industrial, mas realizar uma estratégia complementar para a economia do Estado, pois industrializar

[...] não significa relegar as atividades primárias a um segundo plano. Através da diversificação e expansão desse setor, poderá o Paraná criar bases sólidas para seu desenvolvimento. Uma economia mista, baseada na pluralidade industrial e agrária, dará ao Paraná e a seu povo as possibilidades de progresso e bem estar que lhes desejamos (MENSAGEM..., 1961, p.7).

O Paraná desenvolvia-se bem, ao ser comparado com as estatísticas de nível nacional, via-se que a renda *per capita* do Estado era praticamente a mesma da Federação e que seu ritmo de crescimento era maior do que o nacional. O caso era que as riquezas se concentravam nas mãos de poucos reduzindo o giro de capital no Estado e, portanto diminuindo as finanças para aplicação ao bem estar do povo. Enquanto isso se ampliava as exigências às necessidades básicas de atendimento a população, como educação e saúde, que eram (e são) imprescindíveis para assegurar o desenvolvimento econômico (MENSAGEM..., 1961, p.5-7). Assim, Ney Braga alegava que os problemas de baixo nível de renda e de sua desigual distribuição, encontrados no Estado, seriam solucionados com o desenvolvimento econômico do mesmo, e que conseqüentemente passaria a valorizar mais o homem. Como ele afirmava, “[...] a educação deve estar totalmente integrada nos objetivos globais de desenvolvimento estadual e nacional [...]” (MENSAGEM..., 1962, p.51).

A situação educacional do Paraná, segundo a versão estatal, no início da década de 1960 era caótica, onde 45% das crianças em idade escolar primária não recebiam instrução básica, o número de escolas era insuficiente, a evasão escolar era surpreendente e faltavam recursos técnicos e financeiros (MENSAGEM..., 1962, p.55). Nos cursos secundários, ginásio, escolas normais e técnicos, os estudos eram voltados ao comércio, e pouco à profissionalização industrial ou agrícola para atender os setores dinâmicos da economia. Assim, como no ensino superior onde o ensino voltava-se para o tipo tradicional, desatualizado e insuficiente, sem possuir nenhum curso voltado ao ramo agrícola (MENSAGEM..., 1961, p.34).

Braga fazia seus discursos, obviamente, avaliando negativamente o suposto caos deixado pelo governo anterior e afirmava que a educação era entre todas as funções do Estado a mais importante, sendo um “[...] investimento ou aplicação produtiva de capital [...]” (MENSAGEM..., 1962, p.52). Assim, criou em 1962 a Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Estadual de Educação, para organizar o sistema de ensino às necessidades do desenvolvimento, respondendo a obrigação que a aprovação da LDBEN de 1961 levou aos Estados, de organizar seu próprio sistema de ensino, reformulando a legislação estadual e reorganizando os cursos de nível primário, médio e superior (MENSAGEM..., 1962, p.52).

O documento “Mensagem” de 1962 mostra que o governo tinha consciência de que os cursos superiores³⁷ mantidos pelo Estado encontravam-se carentes de instalações, de equipamentos e de recursos técnicos e financeiros. Muitos com autorização provisória de funcionamento e necessitando de uma organização do corpo docente (MENSAGEM..., 1962, p.60). Estas informações condiziam com as reivindicações realizadas pelo ME no período. Como foi o caso dos estudantes de engenharia química, odontologia e farmácia que fizeram greves, registradas nos relatórios da DOPS/PR do mês de abril de 1962, reivindicando solução nas irregularidades do corpo docente, onde os catedráticos não compareciam às aulas e os assistentes e contratados eram incapacitados para o cargo, também exigiam a aceleração das reformas das novas instalações, e o melhoramento de equipamentos e de laboratórios. No mês seguinte, com apoio da UPE, foi decretada greve geral de todos os estudantes universitários do Paraná, que juntamente com as reivindicações citadas, exigiam em conjunto com a UNE $\frac{1}{3}$ de participação dos estudantes nos órgãos diretivos das escolas superiores³⁸.

Os adultos analfabetos também eram uma preocupação do governo, após entender que o analfabetismo estava em estreita ligação com a violência social. Então foi criada a campanha de Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo (MAGALHÃES, 2001, p.73-74). Nos documentos do governo Braga (MENSAGEM..., 1962, p.57) é perceptível que o interesse em alfabetizar estava estritamente relacionado com o projeto de desenvolvimento econômico estadual e nacional, que

³⁷ Os cursos superiores mantidos pelo Estado ofereciam carreiras tradicionais, como direito, educação física, belas artes, odontologia, farmácia, filosofia e ciências econômicas (MENSAGEM..., 1962, p.60).

³⁸ DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Mensal. Maio 1962. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Seções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961 a 1963.

ao mesmo tempo pretendia ter maior controle dos brasileiros, ao prepará-los dentro de uma linha democrática e cristã, formando sujeitos cívicos e cidadãos mais úteis para o Paraná e para o Brasil, como preconizava o pensamento tradicional.

O analfabetismo pode ser analisado na comparação entre o número total da população e o número de eleitores que o Paraná possuía em 1960. Mesmo sabendo-se que no total de habitantes também estão considerados os menores de dezoito anos, que não faziam parte do setor dos eleitores, a diferença é estrondosa: na eleição de 1960, o total de eleitores foi de 724.019 enquanto o Paraná contava com 4.200.000 habitantes.

A preocupação com o analfabetismo não partiu somente do governo, desde 1959 a companhia Teatro do Povo no Paraná, vinculada ao Partido Comunista Brasileiro, realizava projetos de educação popular. Em 1962 a companhia uniu-se com membros da UPE e formou o CPC do Paraná, um movimento que integrou estudantes e atuantes da cultura, que até 1964 atuaram objetivando através da alternativa da cultura popular, mobilizar o povo, buscando conscientizá-lo enquanto nação e passível de produzir mudanças na estrutura social. A organização contava com o Departamento de Teatro, o Departamento de Alfabetização Popular e o Teatro de Bonecos, todas com essência educativa. Eles apoiavam-se, assim como o CPC da UNE, na relação entre arte, educação e política.

As reivindicações estudantis não eram os únicos movimentos realizados no Estado no início da década de 1960. Muitos movimentos sociais, em sua maioria através do meio sindical, foram deflagrados, principalmente no que diz respeito aos problemas econômicos, exigindo-se aumento salarial e redução do custo de vida, que só aumentava por conta da inflação. O custo das empresas, principalmente as de transporte, tiveram elevações por conta do aumento do valor do combustível, ocasionando aumento de preços para o consumidor, que o governo, segundo o documento “A Mensagem enviada a assembléia legislativa” (1962, p.5) tinha consciência que era um reflexo que a política econômica paranaense estava sofrendo por conta das medidas adotadas pela União, que, em 1961, editou a Instrução nº 204 realizada pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) modificando o sistema cambial brasileiro, mas que era necessária para controlar a inflação.

Além das movimentações sociais, no início de 1961 o Estado estava com os pagamentos de seus funcionários atrasados, por não conseguir arrecadar valor

maior do que suas despesas, por contratar mais funcionários que o necessário para realização de determinadas tarefas e por haver corrupção nos setores públicos. Por exemplo, a média de admissões no último ano fora de 45 nomeações por dia, o que resultou em 1961 na abertura de diversos inquéritos para averiguação de irregularidades, ocasionando demissões de funcionários, afastamento de prefeitos, averiguação de extravio de materiais, desfalque financeiro e vendas de terras a preços irrisórios³⁹. (MENSAGEM..., 1961, p.11-2).

Para captar os recursos que permitissem solucionar o problema administrativo do Estado, o poder Executivo propôs a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR) que em menos de um mês se transformaram em lei. O FDE era uma permissão para o governo realizar uma arrecadação adicional, não orçamentária, destinada a fomentar a industrialização através da criação de um empréstimo compulsório⁴⁰ adicionado ao Imposto sobre Vendas, Consignações e Transações. O interesse de sua criação era buscar autonomia na economia paranaense, que não conseguiu obter financiamento da federação, tentado junto ao governo Jânio Quadros, que supostamente apoiaria o maior Estado produtor de café. Porém, logo em seguida houve a renúncia do presidente, e o governo paranaense pouco acreditava receber apoio financeiro do novo presidente Goulart, por conta das divergências partidárias (GOMES, 2010, p.143-7).

A CODEPAR foi criada para o governo obter recursos extra-orçamentários, para financiamentos na infra-estrutura, principalmente de energia elétrica e de transporte, além de adquirir condições para financiar projetos industriais e agrícolas visando atrair mais empresas nacionais⁴¹ pequenas e médias para o Estado. Para tanto, a CODEPAR, por meio do seu Conselho de Investimentos, formado por representantes do setor produtivo e do meio acadêmico, era encarregada de planejar o desenvolvimento sobre as potencialidades presentes e futuras, assim como definir quais áreas do Estado eram mais convenientes para fazer tais investimentos (GOMES, 2010, p.151-5).

³⁹ DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Quinzenal. 1 a 15 jun. 1961. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Seções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961 a 1963.

⁴⁰ Não se caracterizando como um imposto, pois no prazo de cinco anos os contribuintes poderiam resgatar o valor e os juros através dos bônus obtidos com as notas fiscais (GOMES, 2010, p.148-9).

⁴¹ Estava previsto nas diretrizes da CODEPAR que ela não financiaria empresas estrangeiras (GOMES, 2010, p.155).

Os investimentos deveriam ser definidos por áreas mais propícias para o desenvolvimento visto que havia grande desequilíbrio regional no Estado. Muitas cidades não possuíam abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, segurança, ou não tinham condições de acessibilidade de transporte das produções. Este desequilíbrio também era resultado da centralização do poder, na região da capital, colocada como um marco das potencialidades locais e responsável por administrar as demais regiões. Desta maneira, o Estado passou a investir mais na construção de vias do interior para a capital, para evitar o escoamento das produções pelos Estados vizinhos, tendo assim ampliado o controle do Estado sobre a questão orçamentária e social (MAGALHÃES, 2001, p.63).

Este interesse do Estado em ampliar seu controle é perceptível com a expansão das redes da polícia militar e também da polícia política no interior do Estado. Em 1962 a Chefatura de Polícia foi substituída pela criação da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, decretada pela Lei Nº 4.615 de 9 de julho e iniciada com a gestão do general Ítalo Conti já no dia seguinte à sua publicação. Funcionando como uma rede de ligação da Polícia Civil e Militar entre as delegacias do interior para com a da capital. Inclusive neste ano de 1962 já haviam sido definidas as competências da DOPS/PR em um regulamento da Chefatura de Polícia que foi aprovado pelo Decreto Nº 8.245, de 24 de maio de 1962.

Estas ampliações visavam prevenir, investigar e reprimir os delitos de ordem política e social e as reivindicações dos trabalhadores, que eram vistas como responsáveis por desorganizar a ordem do trabalho e da produção. Cada vez mais os movimentos sindicais, rurais e estudantis se radicalizavam, não só no nível nacional, como também no estadual, levando o governo do Paraná a querer controlar os possíveis focos de ação comunista. Em razão disto houve grandes preocupações com a doutrinação dos militares que fora intensificada, através de palestras, cursos e treinamentos para controlar os movimentos tidos como subversivos. Houve também a preocupação com a intensificação de um esquema de informação entre os militares e a polícia, através do Serviço Postal e de Radiocomunicação subordinado, a partir de 1962, ao Gabinete do Secretário de Segurança Pública (DUTRA, 2004, p.197).

De acordo com os generais paranaenses entrevistados por Dutra, que inclui o general Ítalo Conti, as perturbações da ordem no Paraná estavam associadas às greves promovidas na área sindical, a infiltração comunista no meio estudantil e as

ameaças de uma reforma agrária revolucionária, porém, segundo ele, toda agitação foi mantida sob controle não impedindo a execução do golpe civil-militar e o apoio dado ao mesmo pelo governo do Estado (DUTRA, 2004, p.203).

Ney Braga apoiou o golpe civil-militar, o que não era de se estranhar já que possuía raízes na oficialidade militar. Ele teve na sua administração governamental, políticos de tendência esquerdista, mas que a 5ª RM/DI acreditava ser apenas por questões estratégicas, e que ele seria capaz de neutralizar quando preciso. E assim se fez, quando Ney Braga pronunciou-se na televisão contra a “baderna” que a insubordinação dos sargentos causara na hierarquia militar, conduzindo para que “[...] esse pronunciamento [fosse] a prova de que os militares precisavam para terem certeza dos propósitos de Braga, pois havia no meio político, comentários de que ele não era um revolucionário de primeira hora [...]” (DUTRA, 2004, p.197).

Quando jovem Braga ingressou no Exército, mas largou a carreira militar para entrar na política, um de seus primeiros cargos foi como chefe da polícia do Estado durante o governo de seu cunhado Bento Munhoz, entre 1952-1954. Tanto que seu envolvimento com os militares lhe garantiu no governo Castelo Branco a cadeira de Ministro da Agricultura e no governo Geisel a cadeira de Ministro da Educação. E no dia 1º de abril, dia do golpe civil-militar, Ney Braga declarou que “o Brasil está livre e nele vingará a democracia cristã” (HELLER e DUARTE, 2000, p.56).

CAPÍTULO 2

A VIGILÂNCIA POLÍTICA

Não abusem demais da resistência e da virtude de sacrifício do proletariado; trata-se de homens, homens reais, submetidos às mesmas fraquezas que todos os homens comuns que passam nas ruas, que bebem nos bares, que conversam em grupinhos nas praças, que se cansam, que têm fome e sentem frio, que se comovem quando ouvem o choro de suas crianças e os lamentos de suas mulheres. Nosso otimismo revolucionário foi sempre substanciado por essa visão cruelmente pessimista quanto à realidade humana. Precisamos inexoravelmente mudar essa visão (GRAMSCI, 1966, p.154 *apud* NOSELLA, 2004, p.89).

2.1. Uma questão de Segurança Nacional

As mobilizações e ações do movimento estudantil frente à defesa da reforma universitária e das demais reformas de base, entraram na dinâmica de contestação do capitalismo, questionando os valores sócio-culturais e econômico-políticos pré-estabelecidos, levando os estudantes a visar o progresso da nação numa “[...] perspectiva humanista de justiça social, onde o homem brasileiro possa sair deste pauperismo que o esmaga” e desvincular-se do “[...] liberalismo econômico antihumano e necessariamente antidemocrático [...]”, que lhe foi imposto pela adesão política, econômica e ideológica do país ao capital exterior, que contribuiu para colocar o país na posição de subdesenvolvido. Sob esta⁴² ideologia, os estudantes representados por sua entidade máxima⁴³, a UNE, situaram-se “[...] dentro da ampla frente que ora se forma de operários, camponeses, parlamentares nacionais, intelectuais e militares progressistas [...]” alinhados as tendências nacionalistas, definindo o movimento como um setor de contra-hegemonia, ou de resistência à hegemonia da classe dominante, na época em que a predominância era a internacionalização econômica⁴⁴.

⁴² Desde o final dos anos da década de 1950 e no momento em apreço, a UNE buscou se posicionar politicamente na tendência esquerdista, porém não descartamos que havia em seu interior combates com ideologias de direita (SANFELICE, 1986, p.12).

⁴³ É preciso lembrar que nem todos os movimentos estudantis foram politizados no mesmo sentido adquirido pela UNE (SANFELICE, 1986, p.14).

⁴⁴ As citações foram extraídas de um recorte de jornal sem identificação, datado de 20/07/1963 (anotação manual), que apresenta o texto da Carta de Princípios da Bancada do Paraná a ser

Fato é que o ME, como todas as forças sociais posicionadas na linha do reformismo revolucionário, apresentava uma ameaça à ordem vigente que estava nas mãos da elite dominante, ou seja, dos indivíduos com força política que se encontravam no governo e nas forças armadas e usavam do aparelho estatal para assegurar a hegemonia de sua classe, criando mecanismos de controle dos conflitos entre as classes sociais, que se tornaram mais amplos com o desenvolvimentismo iniciado no governo Vargas e fortemente assegurado pelo governo JK.

Estes mecanismos de controle transcendiam para além dos de consenso, ampliando a utilização dos mecanismos de coerção. Como teorizou Gramsci, esse poder da elite era (e é) comandado através da sociedade política, seus aparelhos administrativo-burocrático e político-militar, legitimado através da direção intelectual e moral que a sociedade civil forma e conserva, com suas instituições divulgadoras e disseminadoras da ideologia hegemônica, porém, essa combinação de domínio e direção não garante controle sobre toda a sociedade, podendo haver conflitos, contradições e divergências contra a hegemonia, que requerem o uso da força e da repressão (SCHLESENER, 2001, p.18-9).

O novo mecanismo de coerção adotado pela sociedade política foi a criação da polícia especializada em crimes políticos, chamada polícia política, a qual “[...] designa uma modalidade especial da polícia responsável por desempenhar uma função preventiva e repressiva no país, para fins de coibir reações políticas adversas à ordem estabelecida pelo governo em vigência” (XAVIER, 1996, p.32). A também como expôs Motta:

[...] é o setor responsável pela segurança do Estado e a manutenção da ordem; sua existência é justificada em nome da defesa dos interesses coletivos, mas, muitas vezes, sua preocupação efetiva é zelar pela segurança dos ocupantes do aparelho de Estado (s.d., p.55).

Assim, a existência da polícia política justificada em nome da defesa dos interesses coletivos, foi usada efetivamente para proteger os ocupantes do aparelho do Estado, ou seja, servia como um departamento aceito pela sociedade civil para controlar e reprimir os inimigos da ordem pré-estabelecida sob forma de lei.

Interessante observar que no período anterior ao golpe não havia um sistema de polícia federal, ficando ao encargo de cada Estado criar mecanismos para controle interno, porém todos os governos estaduais estavam alinhados à ideologia da Segurança Nacional, cuja origem remonta ao século XIX, onde esteve vinculado com as teorias geopolíticas, o antimarxismo e as tendências conservadoras da Igreja (ALVES, 2005, p.39). Tendo por base a mesma ideologia, as polícias políticas estaduais tinham ações semelhantes, já que todos os Estados possuíam em comum o mesmo inimigo interno, que estava historicamente sendo construído. O contexto que se estruturava a nível internacional com a guerra fria, aguçou a preocupação com esse inimigo, o que conduziu a preocupação com a ideia da guerra revolucionária, como diz Alves,

Com o advento da guerra fria, elementos da teoria da guerra total e do confronto inevitável das duas superpotências incorporaram-se à ideologia da segurança nacional na América Latina. A forma específica por ela assumida na região enfatizava a “segurança interna”, face à ameaça de “ação indireta” do comunismo. Desse modo, enquanto os teóricos americanos da segurança nacional privilegiavam o conceito de guerra total e a estratégia nuclear, e os franceses (envolvidos na Guerra da Argélia) concentravam suas atenções na guerra limitada como resposta à ameaça comunista, os latino-americanos, preocupados com o crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizaram a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária [...] (2005, p.39-40).

Assim, houve a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional⁴⁵ pela ESG criada em 1949 para responder a esta necessidade.

Mas quem era considerado o inimigo interno dos estados e da nação? Segundo a Doutrina de Segurança Nacional, os inimigos são quaisquer elementos que possam criar obstáculos a política nacional, tanto na área de desenvolvimento, quanto na de segurança, podendo ser caracterizados em três níveis: óbices, antagonismos e pressões. Como assevera um de seus teóricos e defensores:

‘Óbices são obstáculos que se antepõem aos esforços da Comunidade Nacional para alcançar e/ou manter os Objetivos Nacionais’. Quando tais obstáculos tomam uma forma de contestação a atos ou idéias que visam à realização dos Objetivos

⁴⁵ A base desta Doutrina de Segurança Nacional está datada em 1947 quando o governo dos EUA interpretou a política soviética, ou seja, o comunismo russo, como uma repetição do nazismo, por ser conquistador e expansionista como esse, e visar à conquista do mundo, sendo então entendida como uma nova forma de guerra: a guerra fria (COMBLIN, 1980, p.39).

Nacionais, imprimindo à sua manifestação uma atitude deliberadamente impeditiva, passam a denominar-se Antagonismos. [...] Se o antagonismo dispuser de poder, capaz de contrariar, por meio de violência, de coação, ou de outros meios, o interesse do Estado em alcançar um ou mais Objetivos Nacionais, gera uma Pressão. As pressões podem manifestar-se de forma direta ou indireta, apresentar uma característica formal ou latente e significar um perigo atual ou potencial [...] (GURGEL, 1975, p.79).

Considerando que o Brasil aderiu aos interesses dos EUA, por questões principalmente geopolíticas no período da guerra fria, onde o mundo encontrava-se bipolar entre a hegemonia dos EUA, que buscava garantir o “mundo livre” combatendo o comunismo da URSS, podemos concretizar o inimigo da Segurança Nacional (os óbices, o antagonismo e as pressões) em qualquer grupo ou indivíduo que manifestasse uma aproximação ao comunismo, de forma apenas simpatizante ou extremista, não necessitando haver um confronto armado para então agir, pois a guerra fria nada mais era do que uma guerra permanente que se travou em todos os planos: militar, político, econômico e psicológico (COMBLIN, 1980, p.39). Assim,

[...] em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o Estado está presente e faz intervir a segurança nacional. A segurança nacional é a força do Estado presente em todos os lugares em que haja suspeita do fantasma do comunismo. Às vezes atacam um objetivo, às vezes outro: à onipresença do comunismo responde-se com a onipresença da segurança nacional [...] (COMBLIN, 1980, p.55).

Deste modo, todos os movimentos da sociedade brasileira que estiveram posicionados ao lado do reformismo revolucionário, assim como o ME, eram considerados em maior ou menor grau inimigos do Estado, pois ao defenderem uma tendência nacionalista não estavam respeitando a Política Nacional de Desenvolvimento, que foi planejada e elaborada por órgãos governamentais administrativos supostamente competentes para dirigir efetivamente a sociedade civil estabelecendo seus “objetivos nacionais”, após interagirem entre o povo e a elite dirigente, interpretando seus interesses e aspirações, alinhados as circunstâncias externas, no caso com a predominância da Segurança Nacional que emergiu dos EUA, logo após a II Guerra Mundial (GURGEL, 1975, p.77).

O Estado orientado pelos Objetivos Nacionais, supostamente definidos através da interação entre povo e elite dirigente, possuía dois fins primordiais,

passíveis de distinção, porém inseparáveis, sendo um deles a Segurança, que deveria criar e manter a ordem política, social e econômica, e o Desenvolvimento que deveria promover o Bem Comum. Ainda com base num teórico da Doutrina, o meio para atingir determinados fins, estava expresso através das três funções básicas do Estado, a legislativa, a jurisdicional e a executiva, estando muitas destas funções estreitamente relacionadas entre o governo e as Forças Armadas, fazendo com que a interação entre povo e elite dependesse do nível das concepções políticas para garantir maior ou menor participação do povo nas decisões dos “objetivos” (GURGEL, 1975, p.68-9). Este nível esteve situado, na visão dos militares, numa escala entre o totalitarismo e a democracia. Assim, podemos presenciar o equilíbrio entre o consenso e a coerção usado pela elite para total domínio do poder.

Podemos dizer que o golpe civil-militar foi a expressão máxima desta Doutrina de Segurança Nacional, que estava sendo ideologicamente elaborada e preparada durante quinze anos pelos militares da ESG. Porém, ao contrário dos pensamentos genéricos, a repressão surgida principalmente desta ideologia e exercida pela polícia política⁴⁶, organizada através das DOPS, não aconteceu somente nos períodos autoritários, as atividades desta polícia especializada existiram desde períodos ditos democráticos, inclusive antes mesmo de ser formulada a própria Doutrina, pois como dissemos anteriormente, a ideologia da Segurança Nacional já estava em construção desde o século XIX.

2.2. A organização Estrutural da Polícia Política

Os órgãos do aparato repressivo brasileiro existiram em diferentes estados, sendo geralmente vinculados às Secretarias de Segurança Pública, desde as primeiras décadas do século XX até próximo ao final do regime militar. Abrangendo também o período da fase democrática do país entre 1945 a 1964, ou seja, entre a ditadura Vargas e a ditadura civil-militar, encontravam-se minimamente presentes instrumentos característicos da Doutrina de Segurança Nacional e

⁴⁶ É conveniente ressaltar que a polícia política era parte das Forças Auxiliares e que a Doutrina de Segurança Nacional foi elaborada por militares, ou seja, pelas Forças Armadas, o que mostra a forte relação dos militares com o governo, por este fato a doutrina também está presente nas Forças Auxiliares.

Desenvolvimento⁴⁷, que estavam sempre voltados aos interesses do governo e eram exercidos através das funções da chamada polícia política (AQUINO, 2002).

Veremos mais adiante que com a abertura dos acervos documentais da DOPS/PR, no ano de 1991, assim como a abertura em outros estados, foi trazido a conhecimento público documentos de competência “privativa” datados dos anos de 1920, mesmo que a maior incidência seja após os anos de 1930 (FIUZA, 2006, p. 24). O que nos conduz a observar que a polícia política antes de sua institucionalização pelo Decreto Nº 22.332/1933, já estava presente no interior do órgão policial apesar de ainda não ser considerada especializada. Xavier (1996) busca acompanhar os antecedentes institucionais da polícia política através da legislação, e observa com precisão que desde 1900 este termo era designado para a subordinação direta de determinados serviços à chefia de polícia. Pois,

o acompanhamento da legislação básica geradora das reformas policiais desde o início da República nos revela um fio condutor quanto à origem de uma polícia política no interior da organização policial que, apesar de não ser especializada, conduzia a tramitação policial das matérias ligadas ao tema. A recorrência aos termos “privativo”, “extraordinário” e “regulamento especial” nos textos legislativos relativos aos órgãos de segurança, deste período, exprimem de modo significativo a importância do papel da chefia de polícia no tocante a este assunto [...] (XAVIER, 1996, p.33).

Deste modo, Xavier (1996, p.35) mostra que anteriormente a década de 1930 houve uma vaga caracterização dos causadores da desordem. Foi no início da década de 1920 que se constituiu a ideia da criação de mecanismos eficazes para incrementar a repressão policial aos movimentos operários e aos influentes causadores de agitações, como o PCB criado em 1922; apesar de ainda não haver definição jurídica para diferenciar os crimes comuns dos crimes políticos que afetavam a ordem e a segurança pública.

O dado mais antigo que conseguimos levantar é de 1907, onde o Distrito Federal contou com o Corpo de Investigações e Segurança Pública da Polícia Civil, sendo a primeira instituição policial que reprimia crimes políticos, mesmo que essa

⁴⁷ O termo “desenvolvimento” foi abrangido legalmente na Doutrina de Segurança Nacional após Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. A doutrina política já vinha sendo elaborada pela Escola Superior de Guerra desde a década de 1950, assim, o conceito de segurança nacional estava imbricado no pensamento militar e civil, como sendo o caminho para o desenvolvimento geral do País. A Lei formalizou as ações do governo que deveria encarar simultaneamente o desenvolvimento econômico-social e a segurança nacional (FRAGOSO *in* GURGEL, 1975, p.X).

designação estivesse abrangendo qualquer tipo de desordem pública. Depois tivemos em 1920 a criação da Inspetoria de Investigação e Segurança Pública onde cabia à polícia manter a existência da ordem política e a segurança interna da República. Esta criação respondia as instabilidades e inseguranças postas na época pelo vasto número de imigrantes que supostamente contribuíam para tornar o povo brasileiro mais voltado às lutas revolucionárias, também pela ebulição cultural e política, que principalmente no ano de 1922 contou com a fundação do PCB, com a Revolta do Forte de Copacabana, entre outros. Assim, neste mesmo ano, essa inspetoria foi extinta sendo substituída pela criação da 4ª Delegacia Auxiliar da Polícia Civil do Distrito Federal “[...] com a incumbência de informar aos superiores sobre questões relacionadas à segurança pública e à manutenção da ordem [...]” (MOTTA, s.d., p.56). Esta delegacia contava com uma Seção de Ordem Política e Social, “[...] que investigava e controlava associações operárias, anarquistas e comunistas, além de brasileiros e estrangeiros que atuavam no movimento operário [...]” (MENDONÇA, 1998, p.2 *apud* OLIVEIRA, 2009).

Apesar de estas ações terem sido realizadas no estado da Guanabara, foi no estado de São Paulo, em 1924, que foi criada a primeira delegacia com a nomenclatura que ficaria tão conhecida nos anos seguintes: a DOPS. Depois desta, foi a vez do estado de Minas Gerais criar no ano de 1927 a Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social (MOTTA, s.d., p.56).

No ano de 1930 houve maior intensificação da polícia política respondendo as preocupações do presidente Vargas no âmbito da Segurança Nacional, temeroso com a possibilidade da agitação proletária. Interessante observar que quando Vargas tomou o poder com apoio das Forças Armadas, não houve qualquer agitação considerável dos movimentos de massa, dos movimentos sindicais, do bloco operário e camponês ou do Partido Comunista, nem a favor e nem de oposição, ou seja, não houve manifestações que conduzissem sua atitude para ampliação da Segurança Nacional. Logo, todo o investimento na estratégia de segurança foi voltado para um efetivo controle do poder pelo Estado, para a prevenção de possíveis ameaças à liderança burguesa e ao processo de industrialização que vigorou nos anos posteriores (SKIDMORE, 1982, p.29).

No primeiro ano do governo Vargas, mais especificamente no mês de dezembro de 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, através do desmembramento do Ministério da Agricultura, para atender aos trabalhadores

antes que estes pressionassem a nova elite política, evitando assim manifestações que forçassem o governo a mudanças estruturais na sua política. Passando então a ser uma questão social, os conflitos poderiam ser resolvidos mediante concessões entre as classes. Porém, esta medida estratégica não excluía e nem reduzia a preocupação em interceptar qualquer agitação proletária (SKIDMORE, 1982, p.33).

As movimentações políticas, como criações de órgãos e legislações estratégicas e discursos proferidos pela junta militar e pelo governo, como por exemplo, a emissão de um manifesto em 1930 onde a junta militar pedia a população calma e cuidado, pois “elementos perniciosos à ordem social, procuram infiltrar no meio operário idéias nocivas à paz pública” (SKIDMORE, 1982, p.29), definiam a ideologia da segurança nacional e aos poucos a enraizavam na população. Através desta ideologia, podemos perceber que houve uma construção histórica que difundiu no imaginário social a figura dos inimigos da classe dominante, como sendo os inimigos da ordem social e política. O aparato policial ainda não especializado para investigações políticas agia pela lógica da suspeita, que antecedia qualquer possibilidade de embate político. Desde então a vigilância sob os suspeitos produzia relatórios que passavam a ser utilizados para condenar os acusados como perigosos para a sociedade. Esta prática de controle social se apropriava do imaginário social patriótico e manipulava a definição do que seria bom para todos, conduzindo o crime político a um grau perigoso, similar ao do crime comum (XAVIER, 1996, p.35-6).

Em 1933, houve a institucionalização da polícia política, encarregada da vigilância de cidadãos considerados suspeitos de cometer crimes políticos, que segundo o CPDOC foi resultado da criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) pelo Decreto Nº 22.332 de 10 de janeiro de 1933, que herdou as funções da 4ª Delegacia Auxiliar da Polícia Civil do Distrito Federal. A DESPS era subordinada à Chefatura de Polícia do Distrito Federal, funcionando a nível federal, serviu de modelo para a criação das demais delegacias estaduais especializadas na segurança política e social, já que ela determinava as diretrizes básicas para que as polícias estaduais exercessem o controle social, ainda que estas fossem formalmente subordinadas aos seus respectivos governos estaduais (CPDOC, s.d.).

Com a Lei Federal Nº 38 de 4 de abril de 1935, conhecida como Lei de Segurança Nacional⁴⁸, definiu-se os crimes contra a ordem política e social, tendo estabelecida com propriedade as ações exercidas pelos órgãos da polícia política, que até então se limitavam a acompanhar as atividades dos movimentos populares, principalmente através da leitura diária de jornais que ofereciam a identificação e as atividades das lideranças destes movimentos (PEREIRA, FIGUEIREDO e REZNIK, 1996, p.23). De acordo com o primeiro e o segundo parágrafo do artigo 22 desta lei especial de definição dos crimes, temos a compreensão de que ordem política “[...] é a que resulta da independência, soberania e integridade territorial da União, bem como da organização e atividade dos poderes políticos, estabelecidas na Constituição da República, nas dos Estados e nas leis orgânicas respectivas” e de que ordem social

[...] é a estabelecida pela Constituição e pelas leis relativamente aos direitos e garantias individuais e sua protecção civil e penal; ao regime jurídico da propriedade, da família e do trabalho; á organização e funcionamento dos serviços publicos e de utilidade geral; aos direitos e deveres das pessoas de direito publico para com os individuos e reciprocamente (LEI Nº38/1935).

A expansão das atividades da polícia política sob o pretexto de combater as manifestações perturbadoras da ordem e contrárias ao governo esteve vinculada a uma conjuntura política permeada pelo rápido crescimento da Aliança Libertadora Nacional sendo formada por constitucionalistas liberais, exigindo de Vargas uma política aberta e democrática e pela revolta comunista de novembro de 1935, onde militares comunistas rebeldes assassinaram oficiais superiores em Natal e no Recife, assim, “[...] Vargas possuía agora a justificativa ideal para repressão da esquerda: provas indiscutíveis do perigo de traição armada” (SKIDMORE, 1982, p.43), presumindo-se que todos que possuíssem vínculos com o PCB e com o comunismo internacional eram ameaças, cabendo a DESPS localizar, prender e levantar provas que condenassem estes subversivos (CPDOC, s.d.; PEREIRA, FIGUEIREDO e REZNIK, 1996, p.24).

No mesmo ano, em dezembro de 1935, a Câmara dos Deputados, além de já possuir a Lei de Segurança Nacional, aprovou três emendas constitucionais onde

⁴⁸ Criada exatamente um mês após a fundação da Aliança Libertadora Nacional (POMARI e PRIORI, 2012, p.103).

[...] uma autorizava o Presidente a demitir sumariamente qualquer funcionário público, enquanto outra fortalecia o controle de Vargas sobre os militares, dando-lhe poderes sobre a promoção de todos os oficiais e onde deveriam servir. A terceira dava ao Presidente poderes temporários de emergência ainda maiores (SKIDMORE, 1982, p.43-44).

Com isso, no ano seguinte a polícia dismantelou a esquerda, prendeu vários acusados de ameaças subversivas, inclusive Luís Carlos Prestes, líder do Partido Comunista e invadiu os escritórios do partido. No final deste ano, 1936, o Congresso preocupado com a ameaça comunista aprovou um Tribunal de Segurança Nacional, ampliando os poderes de repressão e perseguição contra a oposição de Vargas (SKIDMORE, 1982, p.44).

Com a instauração da ditadura do Estado Novo em 1937 e com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, os serviços de espionagem política ampliaram-se ainda mais. A necessidade de Vargas em transformar o país numa potência levou-o a criar novas estruturas administrativas que respondessem a um governo efetivo. Criou o Departamento de Imprensa e Propaganda, para censurar a imprensa, juntamente com a polícia secreta, que já vinha fazendo este papel, e também para fazer sua própria propaganda nacionalista (SKIDMORE, 1982, p.58). Criou-se também um novo foco de investigação, contra a infiltração de ideologias, como o nazifascismo e contra os estrangeiros, considerados perigosos disseminadores destas ideologias. Esta potencialização dos serviços da DESPS contou com ações conjuntas de outros órgãos, como as DOPS estaduais, o Departamento Federal de Investigação dos Estados Unidos (FBI), a Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL), agências norte-americanas, entre outras (CPDOC, s.d.; PEREIRA, FIGUEIREDO e REZNIK, 1996, p.24).

Em resposta a estas necessidades, tudo o que fosse considerado uma ameaça à segurança e perigo de ruptura constitucional, conduzia os setores de defesa da soberania nacional a praticar ações de censura e repressão, de costumes ou de política, contra os subversivos e desestabilizadores da ordem social e nacional postas pelo regime vigente. Assim, as investigações sobre comunistas e integralistas foram na prática, o início dos arquivos da DESPS (PEREIRA, FIGUEIREDO e REZNIK, 1996, p.22-3).

No estado do Paraná, a DOPS foi criada em 15 de março de 1937, pela Lei Nº 177⁴⁹, resultado do desmembramento das Delegacias de Polícia especializadas, em quatro novas subdivisões, que passaram a ser denominadas como: Delegacia Auxiliar, DOPS, Delegacia de Segurança Pessoal e Delegacia de Vigilância e Investigações. Mesmo desmembradas, tais delegacias continuaram vinculadas à Chefatura de Polícia do Estado, que foi substituída em 1962 pela criação da Secretaria de Segurança Pública, através da Lei Nº 4.615 de 9 de julho do mesmo ano (DEAP/PR).

Na década de 1920 quando ainda não havia sido criada a DOPS/PR, as atividades de investigação e controle social eram feitas pelo Comissariado de Investigação e Segurança Pública. E na década de 1930 tais atividades eram responsabilidade da Delegacia de Vigilância e Investigação e da Delegacia de Vigilância e Capturas. Houve várias agências, sob diversas denominações, com a função de controlar a ordem política e social, respondendo às concepções de segurança de cada época. Criar a DOPS no Paraná em 1937 foi uma sugestão dada em 1936 pelo Congresso dos Secretários de Segurança e Chefes de Polícia que ocorreu no distrito da Guanabara, convocado pelos Chefes de Polícia do Distrito Federal e pelo Ministério da Justiça. Sua criação tinha como intuito estreitar laços entre as polícias estaduais⁵⁰, e uniformizar e racionalizar no país, meios para defender o regime instituído na época e inibir a expansão de extremistas comunistas (DEAP/PR; MOTTA, s.d., p.57).

De acordo com o CPDOC, em 1944, através do Decreto Lei Nº 6.378 de 28 de março, a Chefia de Polícia do Distrito Federal que subsidiava a DESPS foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), como resultado de uma reforma do Poder Judiciário realizada durante o Estado Novo. Ao DFSP competia atuar a nível “[...] local, no Distrito Federal, relativamente aos serviços de polícia e segurança pública; e nacional nos assuntos ligados à polícia marítima, aérea e de fronteiras [...]” (SOMBRA, 1996, p.37), ficando responsável pelo controle social e vigilância da entrada e saída de estrangeiros no território brasileiro, num momento em que a opinião nacionalista suspeitava dos

⁴⁹ Publicada no Diário Oficial do Estado, de Nº1.594, no dia 20 de março de 1937.

⁵⁰ Até então as DOPS que já haviam sido criadas (como por exemplo, as duas primeiras: DOPS de São Paulo, em 1924 e Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social de Minas Gerais em 1927) funcionavam como pequenos exércitos estaduais capazes de manter a autonomia dos governadores, ou seja, eram forças de caráter estadual, autônomas em relação ao governo federal (MOTTA, p.57).

aproveitadores estrangeiros e das teorias econômicas internacionais. Deste modo, podemos ponderar que a intervenção do governo na economia é uma das explicações para a necessidade de defesa militar e da ideologia de segurança, no país que, anteriormente a década de 1930, estava regionalizado.

Assim, a DESPS também sofreu transformações e passou a ser chamada de Divisão de Polícia Política e Social, porém agora dividida em duas delegacias,

[...] uma responsável pela matéria política e outra pela matéria social. Essas delegacias dariam continuidade à política de especialização dos serviços referentes à segurança pública e seguiriam orientando o controle político e social após a queda de Vargas em 1945 [...] (CPDOC, s.d.).

Além das delegacias, ainda compreendia a “[...] Seção de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições, o Arquivo e a Seção de Administração” (SOMBRA, 1996, p.39). Contando, assim, com melhor estrutura interna e quadro de funcionários mais especializados, dando continuidade aos serviços referentes à segurança pública.

No estado do Paraná, a DOPS também sofreu alterações em sua estrutura. No ano de 1938, Manuel Ribas- interventor estadual, assinou dois decretos, um criando “[...] uma Secretaria específica para a Segurança Pública⁵¹, à qual ficava subordinada a Polícia Civil [...]” e outro instituindo “[...] 12 Superintendências Regionais de Polícia, subordinadas diretamente ao Chefe de Polícia [...]” (POMARI e PRIORI, 2012, p.104). No ano de 1948 o governador Moisés Lupion, eleito em 1946, assinou um decreto desvinculando a Chefatura de Polícia da Secretaria do Interior e Justiça. Fazendo com que a Chefatura de Polícia lhe fosse diretamente subordinada. Esta, por sua vez, foi extinta no ano de 1962 dando lugar a Secretaria de Segurança Pública, a qual tinha subordinada a DOPS. No ano de 1978, através do Decreto Nº. 4.884, de 24 de abril, este órgão foi separado em duas delegacias, uma específica para questões políticas e outra para questões sociais, deste modo subordinadas à Divisão de Segurança e Informações tivemos a Delegacia de Ordem Política e a Delegacia de Ordem Social (DEAP/PR). A Delegacia de Ordem Política, por sua vez, foi extinta pelo Decreto Nº. 2.311 de 23 de dezembro de 1983.

⁵¹ Tal Secretaria de Estado de Segurança Pública não vingou neste momento, tanto que alguns meses após foi extinta (POMARI e PRIORI, 2012, p.104).

Em 1945 foi aprovado o regimento do DFSP sob o Decreto Nº 17.905 de 27 de fevereiro e nele ficou estabelecido o que seria considerado crime contra a segurança política e contra a segurança social, permanecendo basicamente a mesma descrição já contida na Lei de Segurança Nacional criada dez anos antes. Onde os crimes contra a ordem política eram entendidos como os praticados contra a estrutura e a segurança do Estado, e os crimes contra a ordem social os

[...] direitos e garantias individuais e sua proteção civil e penal, ao regime jurídico da propriedade, da família e do trabalho, à organização e ao funcionamento dos serviços públicos e de utilidade geral, aos direitos e deveres das pessoas de direito público para com os indivíduos e reciprocamente [...] (DECRETO, Nº17.905/1945).

Para ambas as delegacias, federal e estadual, estavam estipuladas a necessidade de comunicação com o Arquivo, onde deveriam ser registradas todas as informações de detenções e solturas. Neste mesmo decreto está definida a função a ser realizada pelo Arquivo⁵² que deve ter caráter secreto ao:

[...] fichar e organizar o prontuário de todos os indivíduos processados ou suspeitos de atividades, nos crimes de competência da D.P.S. [Divisão de Polícia Política e Social], colecionando, outrossim, toda documentação julgada íon aos Serviços da Divisão (DECRETO Nº 17.905/1945).

Para vislumbrarmos a importância concedida ao Arquivo, em 1946 foi decretada, junto ao regimento da Divisão de Polícia Política e Social, a necessidade de “[...] manter atualizado o fichário de pessoas que interessassem ao D.F.S.P.; o fichário e a galeria fotográfica de indivíduos expulsos do território nacional e dos reconhecidos como nocivos à ordem pública e aos interesses do país” (DECRETO-LEI Nº 20.532-a/1946 *apud* SOMBRA, 1996, p.40). Nesse sentido, Sombra (1996, p.41) aponta que foram sendo acrescidas novas informações aos suportes arquivísticos da polícia política, dando-se continuidade ao acervo, apesar das transformações legislativas na estrutura dos órgãos responsáveis pela segurança pública e das mudanças presidenciais.

De modo peculiar, a administração destes órgãos encarregados de exercer atividades preventivas e de controle à ordem política e social se diferenciava dos

⁵² Das leis aqui estudadas, esta é a primeira que até então define a função do Arquivo.

demais quanto à capacidade de transformação correlacionada as necessidades inerentes de cada época, criando ou extinguindo determinados serviços cada vez que novos elementos de ameaça surgissem, ou seja, “[...] demonstrando que as mudanças empreendidas em sua estrutura refletiam as turbulências sociais do momento [...]” (PÁDUA e GAMA, 1998, p.27).

Assim também surgiu a necessidade da elaboração da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que foi responsabilidade da ESG, que fundada em 1949, pela Lei Nº 785 de agosto, sob assistência de consultores franceses e norte-americanos, tinha o objetivo de qualificar pessoal capaz de exercer funções diretivas e de planejamento estratégico da segurança nacional analisando os condicionantes: político, econômico, diplomático e militar do país, fazendo uso dos recursos da nação, que são eles de caráter político, psicossocial, econômico e militar, a fim de alcançar os propalados Objetivos Nacionais (GURGEL, 1975, p.40). A criação desta escola esteve, – segundo os militares, expostos pela visão de Gurgel (1975, p.27-30) – diretamente vinculada à necessidade de manter sob cautela os interesses vitais da nação, garantindo uma convivência pacífica dos Estados-Nações após a II Guerra Mundial, como lembra Coronel J.B. Magalhães (*apud* GURGEL, 1975, p.40), “[...] sem guerra se possível, mas pela guerra se necessário”, e continua:

O período imediatamente posterior à II Grande Guerra demonstrara desde logo que os anseios de uma nova ordem, capaz de conduzir a Humanidade a entendimento mais sólido e duradouro, se faziam acompanhar, para as Nações, de um aguçado sentido de autoproteção, com vistas a rumos futuros da situação mundial [...] (GURGEL, 1975, p.27).

Justificados pela suposta defesa da nacionalidade, o poder estatal via-se responsável pela definição do que seria melhor para os brasileiros. Assim, a polícia política garantia a convicção de liberdade e de progresso que acompanharia historicamente os seres humanos, evitando, em sua concepção, a contaminação dos cidadãos de boa índole por aqueles considerados nocivos. Portanto, sendo responsabilidade da sociedade política, conduzir a sociedade civil para seu progresso, pois, como foi exposto em uma conferência na ESG em 1953,

[...] raramente uma sociedade no seu todo apreende da mesma forma e no mesmo grau os seus interesses vitais. Normalmente, os estratos em que se divide a sociedade, as classes, as camadas, os grupos em que ela se subdivide, conceituam de forma diversa o interesse vital da coletividade, apresentam uma sensibilidade desigual para esses interesses, e não é raro que grandes partes de uma sociedade se apresentem inteiramente isoladas de qualquer organismo. [...] A incapacidade de compreender os seus interesses básicos existenciais é, porém, numa sociedade, o sinal inequívoco de que sua classe política dirigente perdeu a capacidade de conduzi-la, e se uma outra classe não substitui oportunamente a primeira, é a própria sociedade que manifesta sua mais grave crise vital: a incapacidade de interpretar culturalmente a sua própria realidade (SAN TIAGO DANTAS, 1953, p.1-8 *apud* GURGEL, 1975, p.47).

A guerra fria e o conflito ideológico entre as duas grandes potências internacionais, além de gerar motivos de análises na ESG, levava o país a se posicionar em um dos blocos em embate, num momento em que a relação econômica capitalista tendia a ser internacional. O predomínio da produção industrial e o estabelecimento de grandes empresas internacionais no país, principalmente estadunidenses, aliados a estratégia organizacional de segurança dos EUA, que serviam de exemplo de grande potência à ESG, demarcavam quais eram os inimigos da ordem social e política brasileira, mais precisamente quais eram as ameaças à economia capitalista. Como explicou Roberto Campos, um dos mais importantes ideólogos deste grupo, em uma conferência realizada na ESG em 1953:

Neste contexto – diz Roberto de Oliveira Campos – assume particular importância nos Países subdesenvolvidos a criação de uma “mística de desenvolvimento”, capaz de provocar formas de comportamento social conducentes à aceitação dos sacrifícios inerentes a qualquer esforço de aceleração da formação de capital em economias pouco distanciadas do nível de simples subsistência (CAMPOS, 1953, p.50 *apud* GURGEL, 1975, p.37).

Foram vários os momentos da história brasileira onde os governos necessitaram ser escorados pelos militares. Eles assumiam papel de moderadores em momentos de crises nacionais, como em 1889, quando a República sucedeu ao Império, ou como em 1930 quando houve a instabilidade política nas eleições presidenciais, foram os militares que se arvoraram como saída para a situação, incorporando a noção de poder de decisão arbitrária da política. O mesmo ocorreu em 1964 quando o presidente militar Castelo Branco prometeu devolver o poder às eleições democráticas, porém as circunstâncias, aos olhos dos militares, exigiam um

período de maior tempo de intervenção. Tudo isso causou o abandono de padrões anteriores de relacionamento entre civis e militares (SKIDMORE, 1982, p.25; GURGEL, 197, p.11).

Para os militares a coerção realizada em nome da Segurança Nacional assegurava a tranquilidade social e possibilitava que a população meditasse com coerência e coesão sobre a realidade que a cercava. Segundo essa doutrina, com os olhos voltados ao futuro, eles se interessavam pela conservação, pelo equilíbrio e pelo progresso da Nação, buscando assim, garantir a vitalidade democrática, indispensável para tornar o país numa grande potência. Quando eram apresentadas ameaças à vitalidade da democracia, era necessária a intervenção. Estar vigilante as possíveis ameaças à ordem seria uma questão de necessidade, principalmente as vigilâncias aos jovens que eram, em sua maioria, os mais atormentados, com indagações que tornavam suas visões do Estado dispares e incoerentes (GURGEL, 1975, p.12).

No final da década de 1950 estudavam-se na ESG novas modalidades de guerra, que circundavam a preocupação com possíveis guerras revolucionárias na América Latina, que se previam acontecerem em futuro próximo. Conforme análises dos militares, as guerras revolucionárias eram originárias das contradições internas dos meios sociais, que começavam apresentando um ritmo extremamente lento, porém de maior importância de conhecimento do que as chamadas guerras nucleares. Pois, a guerra revolucionária era ideológica, tendo na luta psicológica seu modo essencial e permanente de ação, que se apoiava nas massas populares, mobilizando-as. Assim, sentiu-se necessidade de adotar medidas de enfrentamento, promovendo ações psico-ideológicas numa contrapropaganda às ideias revolucionárias, organizando um sistema de defesa no interior da nação, preparando unidades das forças armadas especializadas na luta anti-revolucionária e adequando a legislação do país para permitir eficiência no combate à subversão (GURGEL, 1975, p.52-3).

Os parâmetros da segurança que estavam sendo postos no cenário nacional, também se definiam no interior dos estados, pois como dissemos, havia uma preocupação em organizar as delegacias estaduais de modo similar. Segundo informe do DEAP/PR, a DOPS/PR teve definida suas competências em um regulamento da Chefatura de Polícia que foi aprovado pelo Decreto Nº 8.245, de 24 de maio de 1962. Porém, não conseguimos até o momento ter acesso a tal

documento, assim transcrevemos as funções que competiam a DOPS/PR de acordo com o Arquivo Público:

[...] competia à DOPS, dentre outras atividades, a prevenção, repressão e processamento no município da Capital, não só dos delitos de ordem política e social, como também dos crimes contra a organização do trabalho, a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos; a investigação, prevenção, repressão e processamento no município da Capital das infrações previstas na Lei das Contravenções Penais; providenciar na permuta com as polícias dos Estados, Distrito Federal e territórios e com quaisquer delegacias ou autoridades, as informações referentes aos indivíduos considerados perigosos à ordem política e social (DEAP/PR).

Na conjuntura de mudanças estratégicas, a DOPS possuía algumas funções permanentes, que são caracterizadas por Pádua e Gama⁵³ (1998, p.28-9) em atividades-meio e atividades-fim. No âmbito das atividades-meio estão os procedimentos administrativos, como o gerenciamento dos serviços, a burocracia da documentação e sua relação com outras instâncias do poder não somente local como também nacional. Desta maneira, estão registradas as comunicações entre os órgãos de segurança e todo o funcionamento administrativo como ofícios expedidos e recebidos, comunicações internas, portarias, protocolos, relatórios, escalas de serviços, informes de armas e explosivos, exames de balística, entre outros. No âmbito das atividades-fim estão as atividades norteadoras de todo o processo, responsáveis pela geração de toda a documentação carregada de informações sobre indivíduos e instituições. Em meio a esta categoria destacam-se as funções de investigação, censura e repressão. Citadas por Schmitt com base em Roncaglio, Szvarça e Bojanoski (1998), sendo praticamente um roteiro pré-estabelecido pelo órgão de vigilância, vale aqui ser transcrito:

a) investigação: ocorria por meio de coleta de dados e vigilância preventiva daquele considerado suspeito e os dados coletados poderiam ou não fazer parte de um prontuário da instituição ou indivíduo investigado; os documentos coletados eram: radiogramas, fotografias, recortes de jornais, entre outros; b) censura: caracteriza-se no procedimento adotado após a investigação ou paralela a ela,

⁵³ As autoras Pádua e Gama (1998) são funcionárias do Departamento de Arquivo Público do estado de Pernambuco, assim, elas se referem em seu texto sobre a DOPS de Pernambuco. Como esta desenvolvia as mesmas atividades e funções da DOPS do Paraná, ousamos citá-las para explicar o funcionamento e a organização da DOPS do estado Paraná.

quando averiguada a existência de alguma atividade que representasse subversão, era então feito controle político-cultural ou de qualquer forma de expressão que significasse ameaça à ordem estabelecida; c) repressão: digamos que essa seria a última instância de atuação da polícia política e que ocorria após constatado que havia atividade subversiva, sendo que as ações poderiam ser a princípio através de perseguição política até a ações de castigos físicos, caracterizados como tortura (SCHMITT, 2011, p.87-8).

Quando a atividade de alguma pessoa física ou jurídica, – principalmente relacionadas com alguma entidade alvo de investigação, – era suspeita, o primeiro passo consistia em averiguar, pesquisar e diagnosticar o suposto delito, através de

[...] acompanhamento sistemático, coleta de dados e vigilância preventiva do objeto da investigação, gerando uma documentação característica, com pedido de busca, sindicância, parte de serviço, radiogramas, fotografias, recortes de jornais, telegramas, que passariam a fazer parte ou não do prontuário funcional ou individual da entidade ou indivíduo [...] (PÁDUA e GAMA, 1998, p.29).

Com este acompanhamento, toda atividade sob investigação tinha suas informações organizadas em prontuários funcionais, fundamentalmente com objetivo preventivo. Sendo diagnosticado o risco eminente da atividade investigada, o segundo passo que ocorria após a investigação ou concomitante a ela, consistia em controlar a ameaça à ordem social estabelecida pelo poder instituído. Qualquer ideia ou pensamento que fosse considerado capaz de expressar uma forma subversiva era tido como ameaça, portanto, passível de estar sob vigilância e acompanhada pelo serviço de censura. Houve então algumas pessoas e entidades permanentemente sob vigilância, “[...] seja porque agregam um número significativo de indivíduos (fábricas, igrejas), seja porque atuam como formadores de opinião (imprensa), ou porque adotam postura contrária ao sistema, atentando ainda contra a ‘moral e bons costumes’ [...]” (PÁDUA e GAMA, 1998, p.30).

Quando a documentação angariada pelo processo de investigação e censura comprovava ao se tratar de atividades subversivas, passava a ser utilizada para compor o dossiê de provas incriminatórias, juntamente com fichas de identificação criminal, antecedentes criminais do indivíduo, pronunciamentos, pedidos de busca e apreensão, recortes de jornais, relatórios, entre outros. Com a comprovação da subversão, a esfera subjetiva da repressão era acionada. Ou seja, buscava-se lidar com as ideias dos reprimidos, cassando, por exemplo, suas licenças de

funcionamento para os estabelecimentos, deportando os estrangeiros, destruindo bens individuais e amedrontando através de perseguições. Principalmente durante a ditadura civil-militar instaurada em 1964 os castigos repressivos se elevaram, chegando à repressão física, caracterizadas por atos de tortura (PÁDUA e GAMA, 1998, p.31-2).

Deste modo, todas as atividades da DOPS dependiam de seu arquivo documental para poder funcionar, já que sua base era o gerenciamento de informações. Assim, a documentação não se apresenta por divisões administrativas, mas por assuntos investigados. Neste universo, a agilidade e organização da documentação em fichas individuais ou temáticas arquivadas pela DOPS era questão imprescindível para todo o funcionamento dos trabalhos de investigação, censura e repressão. Esta prática de arquivamento realizada pelo aparato repressivo não foi exclusiva do regime militar, o que ocorreu no período ditatorial foi a monopolização deste aparato pelas Forças Armadas (LONGHI, 2002, p.57).

Pereira, Figueiredo e Reznik (1996, p.23-5) ao comentarem sobre o arquivo público do Rio de Janeiro, asseveram que os serviços de identificação, segurança pública e os órgãos da polícia política, assim como seus respectivos arquivos, foram criados ainda na República Velha, tanto na capital federal como em alguns estados. Porém, com o golpe civil-militar de 1964 e a consolidação do Estado de Segurança Nacional, desencadeado supostamente como uma contra-revolução preventiva, houve maiores incidências de investigações e perseguições aos movimentos populares organizados, entre eles, movimentos de trabalhadores e estudantes.

Durante o período ditatorial os serviços das polícias políticas, tanto federais como estaduais, foram articulados com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) em junho de 1964, configurando-se, assim “[...] a rede de informações que a doutrina de segurança nacional propugnava indispensável à segurança do Estado” (PEREIRA, FIGUEIREDO e REZNIK, 1996, p.26). Assim, o Estado revela mais claramente seu papel de agente de controle social, monopolizando os mecanismos formais de repressão na esfera do domínio público (CARPI e CAMPOS, 1996, p.28).

Mesmo com o fim do período ditatorial em 1985 as funções das DOPS continuaram em funcionamento sob outros mecanismos. Um aspecto importante destacado por Fiuza (2006, p.24) é que as vigilâncias realizadas pela delegacia não se encerraram com o fim da ditadura civil-militar e que ainda hoje podem estar

sendo desempenhadas, pela chamada Polícia Reservada. Porém, a intensificação de suas atividades certamente ocorreu durante o período ditatorial.

As DOPS foram extintas entre os anos de 1983 e 1984, embora o controle das informações arquivadas não tenham sido publicizadas e esclarecidas neste período, há fortes indícios de que, por cerca de mais uma década, as Secretarias de Segurança Pública tenham continuado com seu trabalho de vigilância política. No caso da documentação da DOPS/PR, somente no dia 11 de julho de 1991, com a aprovação do Decreto nº577, a Subdivisão de Informações da Polícia Civil, unidade da Secretaria de Estado da Segurança Pública, foi extinta e teve seu acervo arquivístico, contendo informações político-ideológicas, transferido para o DEAP da Secretaria do Estado da Administração.

Esta transferência de acervos da polícia política no ano de 1991 efetivou-se além do estado do Paraná, nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e São Paulo, por meio do princípio do *habeas-data* previsto no texto constitucional, que significa “tenhas a tua informação”. Em cada um destes estados houve uma situação peculiar quanto à data de repasse dos acervos aos respectivos arquivos públicos, já que cada processo executou-se a partir de leis de nível estadual (PEDREIRA, 1996, p.19), bem como uma lei específica de acesso à documentação.

Atualmente, o Acervo DOPS/PR deve ser considerado assim como outros arquivos,

[...] el espacio que resguarda la producción, organización y conservación de objetos (en la mayoría de los casos papeles manuscritos o impresos) que dejan constancias, documentan, ilustran las acciones de individuos, familias, organizaciones y dependencias del Estado (SILVA CATELA, 2002, p.198).

Deste modo, é um acervo imbuído de tensões sociais complexas e características de sua época de produção, e que servem para reflexão e análises históricas.

2.3. O arquivo da DOPS/PR

De acordo com os assessores técnicos do DEAP/PR, Roncaglio, Szvarça e Bojanoski (1998, p.41) tendo por base um ofício datado de 03 de julho de 1991 (oito dias antes da publicação do Decreto nº577), relatam que alguns funcionários do

DEAP/PR foram solicitados pela Subdivisão de Informações da Polícia Civil para tomarem conhecimento do estado do acervo arquivístico, com objetivo de avaliar as condições necessárias para posteriormente guardá-lo. Tais funcionários tiveram o contato com “[...] uma sala de aproximadamente 60m² onde estavam localizados trinta arquivos de aço [...]” (1998, p.41). Porém, destes trinta arquivos, vinte e três foram transferidos para a estrutura do DEAP, onde ficaram conhecidos pela denominação de Acervo da DOPS, os outros sete ficaram sob domínio da polícia após realizarem uma triagem e alegarem conter documentos de interesse para o combate à criminalidade (RONGAGLIO, SZVARÇA E BOJANOSKI, 1998, p.42). Esta ocasião de seleção de documentos do acervo comprova a teoria de vários autores que alertam para a possibilidade de extravio de parte da documentação. Segundo Silva Catela, “[...] la división o la separación de fondos documentales desplazados hacia otros espacios físicos indica también un cambio en el interés por su contenido [...]” (2002, p.201).

Durante a organização arquivística realizada pelo DEAP/PR, após o recolhimento do acervo, encontrou-se uma pasta com modelos de formulários usados pela polícia, acompanhados de manuscritos datados de 1980 contendo propostas para facilitar a prática de arquivamento. Tais propostas mencionam o uso de um código de seis dígitos, onde os “[...] dois primeiros dígitos indicam a gaveta, os dois seguintes a pasta e os dois últimos o documento, mudando-se a cor da pasta a cada ano [...]” (RONGAGLIO, SZVARÇA E BOJANOSKI, 1998, p.42). Foi observado que vários documentos possuíam uma numeração supostamente usada para tal codificação, porém como a equipe de estagiários contratada pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, responsável pela identificação e organização desta gama documental, não dispôs do conhecimento desta possibilidade de organização arquivística, já que a Polícia Civil em momento algum do recolhimento mencionou esta característica, as fichas e pastas com informações individuais ou de instituições, ao serem recolhidas, foram sendo colocadas apenas em ordem alfabética (RONGAGLIO, SZVARÇA E BOJANOSKI, 1998, p.42-3).

Após sete meses de trabalho para ordenação alfabética e breve descrição de cada documento existente em cada pasta, a equipe de microfilmagem continuou o processo buscando caracterizar com maior precisão cada ficha e pasta. Assim, foi revista toda ordenação alfabética, por uma nova equipe de estagiários, desta vez contratada pela Secretaria do Estado da Administração. As fichas e pastas foram

numeradas, elaboraram-se listagens de cada conjunto documental, contendo referências de nome, números da DOPS/PR e números do DEAP/PR. Esta etapa de organização prolongou-se por mais dois anos, servindo de base para a organização do acervo, que aos poucos é aprimorado, através da realização de conferência e complementação de informações (RONGAGLIO, SZVARÇA E BOJANOSKI, 1998, p.43).

Porém, muitos documentos estão em dossiês trocados e fora de ordem temporal, o que dificulta o trabalho do historiador. Por exemplo, a pasta “DOPS - secções de controle”, possui em seu interior 163 folhas de relatórios mensais e quinzenais dos anos de 1961, 1962 e 1963, entretanto, há meses que não possuem relatórios e há outros meses, como no caso do mês de agosto, setembro, outubro e novembro de 1962, em que há relatório duplicado e totalmente fora de ordem na pasta. A primeira folha do relatório de setembro de 1962 está paginada pelo arquivo público com o número 91, e sua cópia está paginada com o número 122. Fato que ajuda a confundir o pesquisador que já tem o trabalho de descobrir de quais meses e anos o relatório se refere, pois a maioria não está especificado. Os únicos relatórios datados são: primeira quinzena de junho de 1961; segunda quinzena de janeiro de 1962; fevereiro, maio e novembro de 1962; janeiro, fevereiro e março de 1963. A maioria dos relatórios possui paginação dada pela DOPS/PR, que de certo modo auxilia na colocação da ordem, porém há páginas faltantes, onde frases são interrompidas no final da folha, sem haver continuação em outra.

No caso da descrição das pastas da DOPS/PR, em cada uma está anotado o assunto geral ou título do dossiê, seu número e sua topografia, a data inicial e final da produção documental (quando esta é disponível nos documentos), a data inicial e final do assunto que é abrangido na pasta (quando é possível de ser verificada), a quantidade de páginas que constam no dossiê, a última data de revisão da pasta pelos funcionários do arquivo, bem como sua assinatura, uma descrição do conteúdo e se há existência de materiais diversificados, como fotografias, jornais, periódicos, objetos, entre outros.

Há ainda um catálogo destas pastas organizado pelo DEAP/PR onde encontramos o assunto geral ou título do dossiê, seu número e sua topografia, e a data que o assunto da pasta abrange.

Com intuito de facilitar e agilizar o acesso aos documentos e informações para os pesquisadores, houve também a fase de elaboração de uma base de dados

em sistema eletrônico, já que a quantidade de documentos é vasta. No total “o fundo DOPS é constituído de 55.000 fichas individuais, 3.700 pastas individuais e 2.143 pastas de assuntos diversos⁵⁴, num total de 90 metros lineares de documentos [...]” (RONGAGLIO, SZVARÇA E BOJANOSKI, 1998, p.44). Segundo Pomari e Priori (2012, p.103) a quantia total é maior, com 62.500 fichas e aproximadamente 7.000 pastas, divididas em pastas nominais ou individuais e pastas temáticas ou por assunto. No catálogo das pastas temáticas que tivemos acesso no DEAP/PR temos a cifra precisa de 2.378 dossiês temáticos.

Atualmente há também a possibilidade de pesquisa via *on-line* aos acervos brasileiros. Para a primeira visita que realizamos ao Arquivo Público do Paraná fizemos um rastreamento inicial por meio do Banco de Dados do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil denominado “Memórias Reveladas” que foi implantado no Arquivo Nacional e institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República em 2009, onde se tem acesso a informações da história do chamado passado-presente no Brasil.

Este Centro é produto da comemoração de 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos que buscou nos “porões” da ditadura civil-militar uma parte da história compreendida principalmente entre os anos de 1960 e 1980 e das lutas de resistência à ditadura, para ser disponibilizada ao público. Através desta ferramenta de integração que envolve um acordo entre a União, o Distrito Federal e até o ano de 2009 treze Estados, foi possível ter acesso a informações de 1.319 pastas catalogadas do Arquivo Público do Paraná que estão dispostas via *on-line*. Muitos arquivos estão digitalizados, mas não estão disponíveis na internet, porém são disponibilizados a qualquer pessoa no local do acervo arquivístico mediante preenchimento de um formulário próprio.

O acesso aos documentos originais requer um cuidado de manuseio para preservação de sua integridade, sendo necessário o uso de luvas e papéis especiais quando necessário, para realizar marcação de páginas. Roncaglio, Szvarça e Bojanoski (1998, p.45-7) comentam que desde o início do arquivamento um dos fatores mais graves detectados foi à degradação do documento ocasionada pela acidez do papel. Assim, para o processo de conservação, após uma higienização manual minuciosa, onde grampos e cliques de metal foram retirados e substituídos

⁵⁴ Pasta de assuntos diversos ou pastas temáticas.

por fixadores de plástico, os documentos foram acondicionados em pastas confeccionadas com papéis especiais, com pH alcalino e de longa duração, que são guardadas em caixas-arquivo de plástico e não mais em arquivos de aço.

Este tratamento técnico ao acervo dos órgãos da polícia política tem como objetivo básico garantir o direito dos cidadãos ao acesso às informações contidas no acervo, respondendo aos princípios previstos na Constituição Federal de 1988, em defesa dos direitos humanos. Sendo parte do resgate aos direitos dos cidadãos que de algum modo foram atingidos, tendo sua vida privada vigiada ou restrição no direito de ir e vir. Neste direito de liberdade dos homens, esbarramos numa das maiores complicações às pesquisas do acervo, quando se trata do acesso público a documentação de fichas individuais.

Em “*DOPS: a lógica da desconfiança*”, Pereira, Figueiredo e Reznik, destacam a existência de duas facetas deste pressuposto de liberdade, uma positiva e outra negativa,

[...] por um lado, trata-se de disseminar para todos as informações elaboradas socialmente (através da educação, dos meios de comunicação, do acesso às informações governamentais). Por outro, deve defender os cidadãos contra a invasão à sua privacidade, contra a investigação e difusão indevida de suas atividades (1996, p.22).

No Paraná, com o Decreto Lei Estadual Nº 577, todos os documentos eram fornecidos sem restrições, apenas com o preenchimento de um requerimento. Não havendo outra lei estadual que designasse o método mais adequado para disponibilização das informações, principalmente das fichas individuais, o DEAP/PR, com base na Lei Federal Nº 8.159/91, que envolve o direito à informação e o direito à privacidade, intimidade, honra e imagem, resolveu restringir as consultas aos documentos individuais somente aos familiares dos então fichados, a fim de preservar tal intimidade. Esta medida provocou questionamentos, principalmente de pesquisadores. Assim, em 1997 teve-se o primeiro caso de formalização de uma Comissão Permanente de Avaliação, por requerimento de uma professora pesquisadora, como consta no Decreto Lei Estadual Nº577, que poderia autorizar a coleta e o fornecimento de dados do acervo (RONCAGLIO, SZVARÇA e BOJANOSKI, 1998, p.47-9). É importante frizar que

[...] a legislação de acesso à documentação varia de acordo com cada Lei estadual. Logo, enquanto em São Paulo, Paraná e Paraíba o acesso aos prontuários é livre aos pesquisadores, no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco, estes mesmos prontuários só podem ser consultados mediante a autorização dos envolvidos ou de seus familiares mais próximos, em caso de morte dos fichados (FIUZA, 2006, p.22).

Outro fato também apontado por Fiuza (2006, p.23) é a desatenção e desinformação existente em alguns arquivos estaduais, tais como em Pernambuco e na Paraíba, que não conservam os documentos devidamente e até mesmo permitem a retirada destes, do prédio do acervo, para serem copiados, sem existência de qualquer conferência e acompanhamento dos funcionários.

Atualmente as pastas individuais e as fichas individuais do arquivo do Paraná são de fácil acesso, sem qualquer restrição, funcionando da mesma forma que as pastas temáticas (FIUZA, 2006, p. 22). Existe um catálogo das pastas individuais organizado por ordem alfabética quanto ao nome do indivíduo, consta também os anos de produção dos documentos no interior do dossiê. Nos dossiês constam relatórios da polícia que citam o indivíduo, assim como recortes de jornais, e também fotografias do mesmo. As fichas individuais também possuem um catálogo específico, ordenado por ordem alfabética, porém através do sobrenome, no verso das fichas há breves dados dos fatos ocorridos com o indivíduo.

Estes documentos ganharam maior prestígio, aumentando consideravelmente o número de consultas aos arquivos da DOPS/PR no DEAP/PR, quando em 1995 foi promulgada a Lei Estadual Nº 11.255, que dispôs sobre a indenização às pessoas que ficaram sob responsabilidade de guarda dos órgãos repressivos, acusadas de participação em crimes políticos entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 (RONGAGLIO, SZVARÇA E BOJANOSKI, 1998, p.41-9).

Esses documentos da repressão, que durante certo tempo estiveram esquecidos, permitem além de uma investigação da história, a reconstrução de memórias lastimadas de sujeitos que sofreram torturas, violências físicas e mentais, e viveram na clandestinidade ou no exílio. Ou seja, como diz Silva Catela “[...] outorga herramientas y datos a los historiadores, pero también da elementos a las víctimas y afectados para legitimar memorias y reconstruir identidades” (2002, p.203).

Esta Lei Estadual autorizou o governo do Estado do Paraná a pagar indenização aos ex-presos políticos que, mantidos sob custódia de agentes públicos em prédios do Estado sofreram torturas psicológicas ou físicas. Resultado do Projeto Lei 395/95 do então deputado estadual Beto Richa, a sanção desta Lei deu ao Paraná o título de primeiro estado a responsabilizar-se administrativamente pelos atos praticados por seus agentes. Logo, em oposição à origem dos documentos que na época serviam para incriminação judicial arquivados pelas forças repressivas, “[...] produzidos para inculpar [...]” (SILVA CATELA, 2002, p.213), agora poderiam ser usados para compensação das vítimas pelas arbitrariedades e violações que sofreram aos seus direitos humanos.

Silvia Calciolari, em sua pesquisa de mestrado, que resultou no livro “Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)”, publicado no ano de 2006, partiu da aprovação da Lei Estadual Nº 11.255/95 e da sua similar Lei Federal 9.140/95, “[...] esta última que proporcionou indenização aos familiares ou descendentes dos mortos e desaparecidos políticos durante o Regime Militar [...]” (CALCIOLARI, 2006, p.41), e dissertou sobre a memória dos ex-presos políticos, viabilizada pela sistematização dos dados que foram apresentados a Comissão Especial de Indenização aos Ex-presos Políticos, composta por nove membros, que foi designada pela Lei Estadual para analisar os pedidos de indenização.

Ao total foram protocolados 245 processos dos quais apenas 15 foram indeferidos, totalizando R\$ 5,97 milhões pagos em indenizações. Dos 230 deferidos, Calciolari (2006) analisou 175 casos, pois seu objetivo foi analisar somente os dossiês produzidos, ou que tiveram participação direta dos próprios requerentes, ou seja, dos ex-presos políticos que ainda estivessem vivos.

2.4. As Ações da DOPS/PR através de seu acervo arquivístico

Nestes dossiês da DOPS/PR chama a atenção como o aparato repressivo conseguiu abranger nos documentos uma vasta temporalidade e uma variedade de caminhos para coleta de informações. O aparato repressivo organizou estes documentos de modo a ter acesso a informações variadas que dissessem respeito a um mesmo assunto, ou a um determinado indivíduo que tivesse sido considerado suspeito por atos subversivos, abordado em assuntos diversificados e em temporalidades diferentes (LONGHI, 2002, p.57-8). A preocupação com o controle e vigilância de pessoas consideradas suspeitas é perpassada por dados de

acontecimentos de anos anteriores, que frisa até mesmo o assunto proclamado em oratórias que foram proferidas em eventos. Por exemplo, trouxemos um radiograma, que informa sobre um indivíduo considerado subversivo:

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Serviço postal e de radiocomunicação
RADIOTELEGRAMA TRANSMITIDO

Nº33 S.C.: - Em resposta radio nº240 de 3-10-62 vg informo o que consta de JOSÉ ARNALDO ROSSI: FORMOU=se pela Faculdade de Direito da U. Paraná ano de 1961 vg Em agosto de 1960 vg o fichado em companhia de outros elementos comunistas fez parte da nova diretoria do Movimento Nacionalista vg foi orador pt Em 9-60 vg Foi orador do Congresso Nacionalista vg o qual proferiu palavras alusivas A Fidel Castro e ao regime comunista pt Em 4-61 vg Em companhia de outros elementos comunistas foi admoestado pelo titular da DOPS vg por ter pichado as ruas principais de Curitiba vg com palavras e frases alusivas ao Govêrno Cubano pt

Saudações
assinado

=Bél: Namur Prince Paraná=
Delegado de Ordem Política e Social⁵⁵.

Isso quando os informes não registram a própria fala do orador. Como no caso, de um relatório que encontramos descrevendo uma cerimônia de colação de grau de bacharelados de 1965 da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná, que transcreve partes do pronunciamento realizado pelo patrono, considerado agressivo ao falar sobre a conjuntura política nacional⁵⁶. Tais frases foram transcritas no relatório:

- Que sempre havia se batido e lutado para que este País fosse governado pela lei, e não pela espada...
- Que sempre lutara contra a arrogância e prepotência dos militares...
- Que ao ser indicado o nome do então General Castelo Branco para a Presidência da República, após a Revolução de 31 de Março, tomará a liberdade de escrever-lhe, esclarecendo que legalmente o General era inelegível, e que se o mesmo aceitasse a indicação de seu nome, estaria desrespeitando as leis, não tendo portanto condições para exigir dos outros aquilo que êle não havia feito⁵⁷.

⁵⁵ Segundo informação anotada manualmente neste radiograma, o documento foi expedido em 5 out. 1962. *In*: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Radiogramas Expedidos**, pasta 818, topografia 98, datada de 1962-1967.

⁵⁶ SEC. INFO EOEG, Secretaria de Informações dos Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda. Informação nº4/A2/EOEG. 15 fev. 1966. *In*: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952-1966.

⁵⁷ SOBRAL PINTO, Heráclito da Fontoura *apud* SEC. INFO EOEG, Secretaria de Informações dos Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda. Informação nº4/A2/EOEG. 15 fev. 1966. *In*:

Interessante observar que na mesma pasta há um recorte de jornal sem data informando da chegada do patrono, Sobral Pinto, à cidade de Curitiba, o que demonstra mais um dos meios que a polícia política possuía para recolher informações.

Os jornais foram muito utilizados como fonte de informações, muitas vezes sendo o primeiro contato dos policiais com os supostos subversivos. O emprego dos jornais para obtenção de informações foi constantemente usado nas atividades de investigação, havendo em várias pastas recortes de jornais sobre temas e pessoas sob suspeitas. Como define Fiuza, os jornais, [...] serviam a polícia política como fonte de pesquisa e atualização de dados dos fichados nos DOPS” (2006, p. 155). No caso do Teatro Popular do Paraná, é interessante observar que há um registro de denúncia realizada pelo presidente da Frente Sindical Nacionalista do Paraná, Salomão Pamplona⁵⁸, datado do dia 22 de maio de 1961. Porém, o arquivo já possuía recortes de notícias de jornais que datam de dezembro de 1960 e janeiro de 1961, mostrando que antes mesmo da denúncia já havia investigação contra o grupo teatral, sendo realizada por meio dos jornais.⁵⁹

Em praticamente todos os dossiês encontramos recortes de jornais, mostrando que essa tipologia documental servia para uma variedade de temas, porém, sempre expondo claramente os embates políticos e sociais que estavam se constituindo na sociedade. Compactuando com a análise de Longhi, podemos verificar três intenções da DOPS/PR em arquivar esse tipo de material, em primeiro lugar para utilizar o conteúdo dos jornais como informações úteis na vigilância de grupos ou indivíduos. Em segundo lugar é que através das matérias dos jornais é possível efetuar um “[...] raio X sobre a sociedade, aprofundando o conhecimento sobre seus passos e suas discussões [...]” (2002, p.85) e, por último, a possibilidade de se fazer uma avaliação da opinião pública, que de acordo com Gramsci faz a manutenção da hegemonia principalmente através dos meios de comunicação (SCHLESENER, 2001, p.19)

Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952-1966.

⁵⁸ Salomão Pamplona se encontrava alinhado ao governador Ney Braga e sua concepção cristã, era contrária às ideias marxistas (CALDAS, 2003, p.46).

⁵⁹ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Teatro Popular do Paraná**, pasta 2247, topografia 249, datada de 1960-1961.

Podemos assim dizer que os jornais serviam de complemento para as outras ordens documentais. De modo geral, a forma de organizar e compilar as informações são sucintas, mas percorre os caminhos mais diversos para serem angariados, podendo ir desde produções de jornais e registros de clínicas médicas e hospitais à espões infiltrados em eventos e reuniões e denúncias dos próprios participantes. A título de exemplo dos espões infiltrados, destacamos o caso do congresso da UNE que se realizou em Belo Horizonte, onde tivemos a infiltração de um agente militar na delegação de estudantes paranaenses, como vemos,

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Serviço postal e de radiocomunicação

RADIOTELEGRAMA TRANSMITIDO

Em 37-7-1966

Comunico V.S. que o agente Carlos Silveira vg desta Delegacia vg estarah infiltrado na Delegação dos estudantes comunistas do Parana que irão em número de quinze ao Congresso da U.N.E. pt Solicito entrar em contacto com referido agente em hotel dessa Capital e lhe dar cobertura vg o qual lhe darah melhores informes pt

Saudações

Assinado

Bél. Ozias Algauer⁶⁰

DELEGADO ORDEM POLÍTICA E SOCIAL⁶¹.

Também temos conhecimento do caso do estudante secundarista Nelson Sarathiuk, que em entrevista para o jornalista Heller, contou que quando havia sido preso, acusado de contrabando de drogas e envolvimento com terroristas, nos anos de 1970, visualizou entre os oficiais que o prenderam um homem conhecido como sendo um estudante, que ninguém desconfiava ser um policial (HELLER, 1988, p.322-4).

Podemos perceber que os órgãos de informações acumulavam os mais diversos tipos de indícios das mais variadas fontes. O mecanismo usado como recurso de comunicação interna, consistia numa troca de informações entre os órgãos da polícia política, sejam elas instituições nacionais (que respondem diretamente a Presidência da República, como o SNI), estaduais (que respondem ao governo Estadual, como a DOPS/PR) e militares [que respondem às Forças

⁶⁰ Em relação ao delegado que assina o documento, Ozias Algauer, trata-se de um dos torturadores citados pelo grupo *Tortura: Nunca Mais* e foi o responsável por uma das mais absurdas perseguições ocorridas durante o período. Ele chefiou a equipe que fechou a escola infantil “Pequeno Príncipe”, em Curitiba, em 1966.

⁶¹ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Radiogramas Expedidos**, pasta 818, topografia 98, datada de 1962-1967.

Armadas, como o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e Centro de Informações do Exército (CIE)⁶²], bem como trocas da DOPS estadual para com as regionais subdivisões policiais e delegacias do interior do Estado. Demonstrando outra característica dos órgãos de vigilância: a teia de informações que se processava. Como aponta Fiuza, as consultas aos arquivos contribuem para a compreensão do funcionamento do sistema de comunicação entre as polícias e também com as

[...] empresas estatais, além de delatores infiltrados nos movimentos sindicais, estudantis e artísticos. A produção de informações advinda dos DOPS, reais ou inventadas, serviu de parâmetro para ações práticas, como prisões, proibições e abertura de processos, no enquadramento dos setores observados, e, provavelmente, numa própria auto-justificativa para a existência destes serviços e seus respectivos cargos públicos, com as comissões e extras recebidos pelos agentes quando da sua atividade rotineira ou nas “diligências” (2006, p.21-2).

Exemplificando essa teia de informações destacamos os documentos da pasta “Asilados Políticos” (onde também encontramos informações sobre estudantes). Nela, temos um documento enviado pela agência curitibana do SNI para a DOPS/PR no dia 16 de junho de 1967, solicitando a averiguação das informações que obtiveram sobre indícios de brasileiros estarem transportando armas para um sítio uruguaio próximo a fronteira com o Brasil, para serem usadas em possíveis ações de guerrilhas e que uma destas estaria se concentrando no sudoeste do Paraná. Onze dias após, em outro documento, o delegado da DOPS/PR, Ozias Algauer, repassa a mensagem para a 5ª Subdivisão Policial sediada na cidade de Pato Branco, solicitando mais informações sobre esse caso, e inclusive pede agilidade na coleta de informações, “[...] em virtude de ser uma solicitação do Serviço Nacional de Informações da Presidência da República”, o que nos conota a observar a hierarquia existente entre estes órgãos. Assim, no dia 20 de julho, em outro documento o superintendente da 5ª subdivisão responde para a DOPS, avisando que visitou seis municípios e conversou diretamente com os

⁶² O CENIMAR existe com essa nomenclatura desde 1955, o CISA e o CIE desde 1968, porém nos documentos anteriores a estes anos, encontramos outros nomes para estes setores de informação, mostrando que assim como a DOPS, esses centros já existiam desde períodos anteriores e que aos poucos foram sendo reformulados e adaptados de acordo com as necessidades do meio (LONGHI, 2002, p.74).

delegados de polícia, que nada sabiam sobre armas e ações guerrilheiras, mas que ficariam na vigilância⁶³.

A constância dessas trocas de informações é visualizada pela quantia de documentos da tipologia de pedido de solicitação de atestado de antecedentes, de informes e de pedido de busca e apreensão (LONGHI, 2002, p.59). Para maior concretude trazemos este outro exemplo, de um radiograma destinado ao Rio de Janeiro pelo Paraná, onde se faz a solicitação de informações sobre um estudante,

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Serviço postal e de radiocomunicação
RADIOTELEGRAMA TRANSMITIDO

N.22/67 S.I.

Solicito obséquio vossoria vg informar se estudante Carlos Eduardo Mares de Souza Filho vg fichado nesta vg esteve preso por ocasião realização XIX Congresso- UBES-AMES vg quais seus antecedentes vg o mesmo é Presidente D.C.E. PR. Pt Quais outros elementos do Paraná pt SDS

Assinado

Bél. Ozias Algauer – Del. DOPS/PR⁶⁴.

Para facilitar essas trocas de informações, os documentos apresentam uma variação de preenchimento, diferenciada de acordo com sua tipologia (Informe, Pedido de Busca, Relatórios, Atestados, etc.), cada qual possuindo uma forma de numeração e identificação, sempre em busca de uma padronização de registro, que avançou progressivamente, para tentar um maior controle e uma formalização. Segundo Longui (2002, p.78), somente no ano de 1973 o SNI tentou definir uma adoção de critérios e interpretações idênticas para todos os diferentes órgãos de informações.

No caso dos relatórios, como eram produzidos pelos agentes da DOPS/PR para uso interno deste órgão específico, a maioria não possuíam dados como datas de produção, assinaturas dos responsáveis, números de registro de ofício ou órgãos de difusão da informação, da mesma forma como têm os informes, os pedidos de busca e as solicitações. Basicamente, todos os documentos de circulação entre os diferentes órgãos de informações possuem a identificação de sua origem e dos órgãos para os quais serão difundidos.

⁶³ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Asilados políticos**, pasta 42, topografia 6, datada de 1957 a 1982.

⁶⁴ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Radiogramas Expedidos**, pasta 818, topografia 98, datada de 1962 a 1967.

Nos documentos de caráter informativo, que circulavam internamente entre as diversas agências de informações, é comum encontrarmos um cabeçalho com o assunto de que trata o documento, a origem da informação, a classificação desta e as siglas dos órgãos de difusão da mesma. Um informativo de 15 de fevereiro de 1966, por exemplo, que descreve o ato cerimonial de uma colação de grau, teve como origem a “Sec. Info EOEG”, que é a Secretaria de Informações dos Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda, que por sua vez, difundiu a informação para o “EMAER – QG-5 – QG 5ªRM – SNI/ACT – DOPS”, ou seja, para o Estado Maior da Aeronáutica, Quartel General 5, Quartel General da 5ª Região Militar, Serviço Nacional de Informações/ACT e para as Delegacias de Ordem Política e Social⁶⁵.

Numa análise geral, os documentos mostram a preocupação pelo controle de pessoas consideradas suspeitas de práticas subversivas, assim como amigos e parentes dos indivíduos já demarcados como comunistas, que também eram vigiados. Por exemplo, na pasta individual de Walmor Marcelino, – foi jornalista, ativista da AP e escritor de peças teatrais consideradas subversivas por conterem teor ideológico, – há uma tabela-resumo de seu prontuário onde consta uma informação da existência de um prontuário de seu irmão. Na mesma tabela existe a conclusão de que nenhuma atividade subversiva se comprovou contra seu irmão e sua cunhada, ou seja, pelo fato de serem parentes do prontuariado estiveram sob suspeita e passaram a ser vigiados⁶⁶.

Essa produção de informações pessoais e individualizadas é interessante de ser observada e levanta as questões expostas por Longhi (2002, p.60) de quais seriam as informações importantes para o órgão de informação e quais os critérios informativos que levam o governo a se preocupar com pessoas isoladas. Isto nos conduz a compreensão da técnica adotada pelos órgãos da polícia política, que consistia em lançar uma primeira dúvida, já que todos eram considerados possíveis inimigos da segurança nacional, mesmo que inicialmente insignificante mas que posteriormente poderia ser usada como prova para culpar alguém e o círculo institucional ao qual poderia vir a fazer parte. É uma questão de adiantamento das informações por parte da polícia para reprimir seu oponente e buscar garantir o

⁶⁵ SEC. INFO EOEG, Secretaria de Informações dos Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda. Informação nº4/A2/EOEG. 15 fev. 1966. *In*: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

⁶⁶ Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS. **Dossiê Individual Walmor Marcelino**.

desenvolvimento econômico. Lembrando, como já falamos acima, toda essa estrutura está assentada na relação entre a segurança nacional e o desenvolvimento econômico, que na crença militar deve ser minuciosamente acompanhado e controlado. Como diz Longhi, devemos indicar os enlaçamentos entre esses dois elementos, o desenvolvimento econômico e a segurança nacional, para entendermos que o governo, principalmente o militar, “[...] acreditava que só poderia impor um novo modelo econômico baseado na concentração de renda e nos baixos salários para qualquer mão-de-obra, se estabelecesse uma rígida imposição social, pois a grande maioria sofreria enormes perdas” (2002, p.63).

Os exemplos para demonstrar a busca que a polícia política exercia para ter controle sobre cada passo social é diversa. Essa natureza mesma em possuir total controle da sociedade fez com que a polícia produzisse documentos que apenas listavam os nomes dos membros que participaram de determinada reunião ou evento. Como por exemplo, de uma reunião estudantil fechada, que ocorreu na sede do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no dia 1º de abril de 1962, onde são tachados de elementos filocomunistas, termo que se refere àqueles indivíduos que apenas se simpatizavam com o comunismo, mas não eram militantes comunistas ativos⁶⁷. Até inclusive registrar as falas pronunciadas em certos eventos ou comícios, assim como exemplificamos anteriormente com o caso da colação de grau de uma turma da Universidade Católica do Paraná.

Dentro de uma imensa gama de interpretações dos documentos é perceptível a preocupação nos serviços em encontrar os subversivos políticos. Deste modo, lançavam uma inculpação, uma dúvida sobre a atividade da pessoa, como já dito, às vezes insignificante, mas que anos posteriores poderiam servir para uma agravante incriminação (LONGHI, 2002, p.60). O caso do estudante paranaense Luiz Felipe Ribeiro, ilustra esta questão. Quando no ano de 1964, Luiz estava no quinto ano do curso de Direito da UFPR, e teve que largar os estudos logo após o golpe. Fugindo do estado do Paraná por conta da repressão, foi para o estado do Rio de Janeiro, depois, quando condenado pelo Superior Tribunal Militar (STM) em 1968 por dois anos e meio de reclusão, exilou-se durante cinco anos, primeiro no Uruguai e depois no Chile. Após o golpe de 1964 ele teve que responder a um Inquérito Policial Militar

⁶⁷ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes** 1965, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

(IPM), que o acusava de participar de atividades subversivas antes mesmo do golpe, como a campanha “*O Petróleo é Nosso*”, a participação no comitê pró-eleição do Marechal Lott, e outras atividades que quando ocorreram eram absolutamente legais (HELLER, 1988, p.285-7).

Porém, apesar de serem atividades consideradas legais, Luiz sofreu a força da censura e da repressão, não somente da polícia que já estava o mantendo sob vigilância desde antes do golpe civil-militar, mas também da própria instituição de ensino que frequentava. Afinal, o Conselho Universitário não esperou a conclusão do IPM para puni-lo, sem saber se ele era “culpado” ou não, sem dar direito de defesa e sem ter provas conclusivas, expulsou-o da universidade através de uma suspensão por três anos. Isso mostra a força da censura policial na hegemonia da sociedade, aonde inclusive o professor que liderou a decisão do conselho era um estudioso das leis de direito penal.

De antemão, os grupos que demonstravam ser possíveis inimigos, caracterizados de perfil esquerdista revolucionário, declarados comunistas ou não, eram constantemente vigiados, como é o caso do ME, dos políticos, dos membros do PCB, das organizações jornalísticas, entre outros, havendo uma ampla gama de movimentos e indivíduos registrados. Estas variavam de acordo com as atividades consideradas subversivas, até suspeitos por possuírem contatos sociais com outros já fichados e sob vigilância. Além disso, podemos observar a necessidade da polícia política em decifrar a ideologia que permeia cada indivíduo ou grupo (LONGHI, 2002, p.62).

Essa necessidade da polícia política decifrar a ideologia de grupos, com certa tradição para a subversão, conduzia a vários mandados de busca e apreensão nos possíveis locais de produção e armazenamento destes materiais, que poderiam ser sedes de instituições e movimentos ou a casa de indivíduos suspeitos. Muitas vezes essa busca acirrada por provas produzia fatos inusitados e inesperados, como por exemplo, no ano de 1967, o registro do caso da apreensão de um estilingue infantil e bolinhas de gude na sede do DCE da UFPR. Material considerado de grande subversão pela polícia, pois segundo eles dissertaram no relatório, poderia ser usado contra ações repressivas da polícia, visto que as bolinhas de gude poderiam ser usadas para dificultar o uso da cavalaria da polícia⁶⁸.

⁶⁸ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal**, pasta 748, topografia 84, datada de 1963-1982.

Essa diversidade de grupos acompanhados pela DOPS/PR pode ser observada em relatórios mensais produzidos pelo órgão. Como no caso do relatório do mês de abril, acreditamos que de 1962, há descrição sobre os fatos ocorridos na situação política de desligamento de um integrante do Partido Republicano Progressista (PRP), dos candidatos para sucessão municipal de Curitiba e ocorrências no Senado. Noutro momento, descreve-se os acontecimentos de agitações de caráter social, onde temos os movimentos sindicais, o sindicato dos comerciários de Curitiba, o sindicato da indústria de mate do Paraná, o sindicato dos bancários, o sindicato dos jornalistas, o sindicato dos enfermeiros, sindicatos dos trabalhadores na indústria de fiação e tecelagens, o sindicato dos carregadores e ensacadores de café de Curitiba, a Associação dos Servidores públicos do Estado, o sindicato dos empregados nas indústrias de construção civil, os ferroviários, o sindicato dos condutores de veículos rodoviários do Estado do Paraná, o sindicato dos empregados em empresas telefônicas e telecomunicações do Estado do Paraná, o debate sobre o 13º mês de salário, a delegação pró Brizola e o ME. Para tanto, imediatamente notamos a necessidade de uma grande equipe envolvida capaz de conseguir esboçar os acontecimentos da sociedade, como denota esta vasta lista⁶⁹.

Vê-se não somente neste relatório que usamos como exemplo, mas em muitos outros, a preocupação policial em controlar e arquivar grande número de informações sobre as exigências trabalhistas que estavam sendo feitas, através dos sindicatos e organizações, conduzindo a relação destas exigências com o que era considerado comunista. Como já dissemos, o desenvolvimento econômico estava intrinsecamente relacionado com a questão da Segurança Nacional, e os indivíduos ou classes trabalhadoras que não aceitassem a contenção de renda, que estava sendo vista como necessária para o desenvolvimento nacional, estariam ferindo os interesses públicos e as aspirações nacionais.

Como a maioria dos documentos que manuseamos para este trabalho são anteriores ao golpe civil-militar, ou do início do mesmo, não conseguimos identificar com muita clareza uma padronização rígida das tipologias documentais e tampouco encontramos documentos explicitando a operacionalização que seria dada após as

⁶⁹ DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Mensal. Abr. 1962. *In*: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Seções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961-1963.

informações obtidas. Contudo, a diversificação documental e sua estrutura, apontam indícios das intenções destes órgãos, apresentando informações sobre as relações entre o Estado e a sociedade.

CAPÍTULO 3

REBELDIA FUNDAMENTADA: O PODER DOS JOVENS

Conhecer-se a si mesmo quer dizer ser si próprio, quer dizer ser patrão de si mesmo, distinguir-se, sair do caos, ser um elemento de ordem, mas da sua própria ordem e da sua própria disciplina. E não se pode obter isso se não se conhecer também os outros, a sua história, a sucessão dos esforços que realizaram para serem aquilo que são, para criarem a civilização que criaram e à qual queremos substituir a nossa (GRAMSCI *apud* MOCHCOVITCH, 1992, p.5).

3.1. Intelectuais Orgânicos

Ao delimitarmos no ME nosso foco de pesquisa, visualizamos nos integrantes deste a realização de uma função dirigente e organizativa da sociedade em busca de encontrar uma identidade entre a nação e o povo, por meio da formação de uma consciência crítica que fosse coerente e unitária e não subordinada e submissa. Afinal, o ME estava ciente da necessidade de modificar a estrutura social para que pudesse alcançar seu objetivo principal, o da Reforma Educacional, por sua vez, tal função é definida por Gramsci⁷⁰ (1989), no papel do intelectual.

Quando Gramsci trata dos intelectuais, ele não destaca exatamente o movimento estudantil, porém ousamos abranger com sua definição nosso objeto de análise. Para Gramsci (1989, p.3-9), há dois aspectos imprescindíveis, para analisar os intelectuais, que são: o aspecto sociológico e o histórico. Por sociológico entende a função que o intelectual desempenha na estrutura social e sua atuação vinculada ao interesse de uma classe. E, por histórico, como essa função garante continuidade de determinada hegemonia dentro do processo histórico. Por estes dois aspectos o intelectual é definido por ter função de intelectual e não por ser intelectual. Ter função no sentido de que ele é funcionário da superestrutura, é um agente que representa a hegemonia, responsável pelo consenso ideológico das massas em torno da hegemonia do grupo dominante. Essa função não é a que foi posta pelo capitalismo com a divisão do trabalho em trabalho manual e trabalho intelectual.

⁷⁰ É preciso dizer que Gramsci como qualquer outro teórico está posicionado num contexto histórico definido, não sendo possível que todas suas categorias e conceitos sejam aplicados a outros momentos históricos. Porém, há categorias que são abrangentes e outras específicas, como as categorias mais abstratas que ele formulou no cárcere e que servem para explicar outros momentos históricos que possuam contradições e relações dialéticas, como no nosso caso.

Gramsci alarga a abrangência do termo intelectual para todos os homens, dizendo que todos os indivíduos possuem capacidade intelectual, porém muitos exercem atividades instrumentais que não exigem, ou demandam pouca capacidade, enquanto outros indivíduos desenvolvem atividades que necessitam de maior qualificação intelectual. Ao fazer esta abrangência, Gramsci quer destruir a neutralidade daqueles que dizem não estar vinculados a nenhuma classe. Pois a neutralidade é um mito herdado da tradição idealista e individualista. Quando determinado grupo não se posiciona politicamente na sociedade, está reforçando a dominação da classe no poder, ou seja, está em consenso hegemônico com ela. E disso o ME tinha clareza, como é possível ser percebido quando expressaram na Carta do Paraná, que as classes ou grupos sociais dos proletariados “[...] são essencialmente revolucionários [...]”, mas precisam ser conscientizados disso, pois ao nível que se encontram “[...] concebem qualquer reformulação parcial como um abrandamento das contradições reais existentes, o que em última análise apresenta a sustentação da classe dominante [...]” (CARTA DO PARANÁ, 1962).

Neste meio, o ME dos anos de 1960 pode ser classificado como um grupo de intelectuais que estão numa contra-hegemonia ou produzindo contracultura, sendo no campo político capazes de conscientizar sua própria categoria e assimilar a luta dos interesses dos trabalhadores, com o objetivo de chegar a uma concepção do mundo homogênea e autônoma, ao mesmo tempo em que destroem a falsa consciência formada pela classe dominante.

Porém, a questão dos intelectuais é muito mais complexa, pois pode haver transitoriedade entre eles: um intelectual tradicional pode ser convertido em orgânico tanto da classe dominante, quanto da classe proletária, assim como o orgânico pode deixar de sê-lo se tornando tradicional. Mais difícil ainda é classificar os indivíduos entre as categorias de intelectuais. Destacamos esta complexidade pelo fato de no próprio ME haver uma heterogeneidade entre seus integrantes, existindo momentos de apoio aos interesses da esquerda e em outros pendidos aos interesses da direita, até mesmo existir períodos em que houve apoio à ditadura civil-militar.

Para Gramsci (1991, p.14-9), o intelectual orgânico é o que tem função mais importante, pois é ele quem assume função organizativa e dirigente na sociedade, no campo político, social, econômico, cultural e filosófico. Cabe a ele elaborar uma filosofia coerente aos princípios e aos problemas de sua classe, organizar esse pensamento filosófico e transformá-lo em senso comum sem vulgarizar a filosofia.

Quando falamos em filosofia, submetemo-nos a uma concepção do mundo, e todos os homens possuem uma concepção do mundo, mesmo que inconsciente.

É por essa filosofia que pertencemos a um determinado grupo e partilhamos de modo coletivo de pensar e de agir. O indivíduo pelo fato de ser racional pode participar sem consciência crítica, ou seja, de modo mecânico, ao ambiente que está inserido, ou tornar-se crítico de modo unitário e coerente, elevando seu pensamento a um nível mais desenvolvido. Um dos problemas apontados por Gramsci é que no capitalismo o proletário não tem uma filosofia própria, assim necessitando tomar “emprestada” a filosofia de outra classe, o que o torna subordinado e submisso.

Como assevera Gramsci, para que exista uma filosofia unitária é preciso que os intelectuais estejam coerentes com o meio em que estão inseridos, compreendam os problemas que devem ser solucionados e tenham plena consciência de todo o processo histórico. Assim é que vemos na formação do ME não uma classe, mas uma categoria, ou seja, são indivíduos oriundos de classes distintas, como veremos adiante, a maioria da camada média social, lutando pelo mesmo ideal popular, que muitas vezes deixa de ser condizente com os interesses de sua classe econômica. Eles, como intelectuais, têm clareza de que pelo fato do homem ter consciência crítica, ele é capaz de modificar suas relações. É por este motivo que os estudantes têm em suas ações uma relação dialética entre o indivíduo e o coletivo, relacionando-se com os movimentos populares e culturais.

Os integrantes do ME buscavam agir como intelectuais capazes de realizar uma função organizativa e diretiva da cultura popular, ao defenderem o afloramento da identidade nacional do povo. Porém, como os estudantes expressaram “não se trata de criar cultura popular para a massa, mas sim com a massa popular, isto é, deve-se descobrir, no próprio meio popular, seu potencial cultural e valorizá-lo, dando-lhe um ponto de vista político [...]” (CARTA DO PARANÁ, 1962). Essa tarefa de orientar o proletariado para novas questões culturais era para os estudantes, enquanto intelectuais, uma preocupação em formar pessoas de visão ampla e complexa para a função de governar e serem governados em uma futura e nova sociedade com interesses coletivos e não individuais ou voltados a pequenos grupos, o que conotaria uma cultura desinteressada. Nesta direção, a cultura desinteressada assumiria um significado de cultura de ampla visão, profunda, coletiva e universal, que interessa a todos os homens, contrapondo uma cultura interesseira, individualista e de curta visão (NOSELLA, 2004, p.42-7).

Para os estudantes, assim como asseverava Gramsci, o trabalho e o conhecimento não poderiam estar descolados, porém não se trata de apenas relacionar escola e trabalho no sentido técnico, mas no nível de método, num sentido mais profundo, ou seja, não se trata de ter hortas ou máquinas na escola, por exemplo. O caso é que a escola deveria inspirar o espírito de laboriosidade, sua ética de solidariedade universal com interesses comuns entre todos, e uma lógica produtiva de organização entre diferentes funções, para um mesmo fim, centrado na liberdade concreta e universal do homem. A escola deveria ser unitária e estar “[...] capacitada a fornecer aos seus concluintes uma visão já correta e humanizada de sua própria atuação humana e social [...]” (CARTA DO PARANÁ, 1962). Logo, educando a partir da realidade viva e não de enciclopédias e ciência fria, isto é, educar para a liberdade concreta e historicamente determinada, sendo contra a liberdade individualista e parcial (NOSELLA, 2005, p.70-1).

Nesta concepção de ensino o mecanismo é de esclarecimento e reforço do que a vida já ensinou aos alunos, portanto, o princípio pedagógico era o exterior à escola, no sentido de que não é ela quem o cria, é a prática produtiva que constitui o primeiro momento formativo do novo homem, fazendo o trabalhador se identificar no mundo do trabalho de forma mais humanizada, elevando sua potencialidade operativa ao máximo grau. Levando-o a identificar-se e a atuar num princípio próprio de liberdade concreta e de autonomia universal (NOSELLA, 2005, p.73).

3.2. Os estudantes no movimento social

O ME na década de 1960 desenvolveu ações políticas e culturais respondendo ao contexto conflitante que envolvia questões sociais, econômicas, políticas, culturais, ideológicas e partidárias. Assumindo posição de defesa do nacionalismo econômico, o ME apoiava as reformas estruturais desejando melhorias das condições sociais, criando a partir de suas práticas e atuações políticas um movimento que no imaginário social refletia a ideia de unicidade, apesar de interiormente ser um grupo complexo, com ideologias heterogêneas, carregado de contradições e particularidades.

As especificidades e particularidades do ME são responsáveis por caracterizar e criar sua forma e conteúdo. Bringel (2009, p.102-4) apresenta como insígnias particulares do ME: o curto prazo das suas lutas, que dificulta a construção de uma identidade coletiva profunda, pois as lutas são marcadas pelo ritmo do ano

letivo acadêmico e pela dinâmica de transição de estudantes, que rompe com a sequência das ações coletivas (dependendo da conjuntura e da política pode existir lutas de médio ou longo prazo); a falta de uma organização concreta, pois pode contar com diferentes graus de estrutura e organicidade; a predominância de membros da camada média brasileira que o diferencia dos movimentos “populares”; a habitual convergência de militantes que atuam em outros movimentos sociais (negro, feminista, etc.) com as ações do ME; a variação ideológica interna, que pode fazer o movimento oscilar entre uma radical esquerda ou uma radical direita, fazendo com que nem todas as lutas sejam de caráter transformador; e as reivindicações que podem oscilar entre o caráter interno, defendendo apenas demandas que são imediatas aos estudantes, e entre o caráter externo, quando as lutas vão além das demandas internas, atingindo discussões de maior alcance político e social.

Considerando essas peculiaridades do ME e a necessidade de conceituá-lo, nos questionamos: podemos considerá-lo um movimento social? Para responder a esta pergunta precisávamos de um conceito do que vem a ser um movimento social e encontramos uma multiplicidade de explicações e interpretações para a problemática. A que nos pareceu mais completa foi a conceituação dada por Maria da Glória Gohn, que achamos necessária reproduzi-la para podermos posteriormente levantar nossa análise sobre o ME. Assim, movimentos sociais são,

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura sócio-econômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios⁷¹ e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política [...] (2011, p.251-2).

⁷¹ Litígio é um termo adorado por alguns estudiosos dos movimentos sociais para designar às pertinências pendentes às ações coletivas e aos movimentos sociais (GOHN, 2011, p.244).

Vejam os a partir desta conceituação que os elementos e as categorias básicas de um movimento social são: a existência de demandas e repertórios para a ação coletiva, que está relacionada à necessidade de existência de uma carência não atendida, que pode ser de ordem econômica, política, social e cultural; a composição do movimento que pode ser vista através da origem social de seus participantes ou do princípio que os unifica; a articulação interna entre as bases, as lideranças e as assessorias e a articulação externa com outros movimentos sociais que o assessoram. Acresça-se ainda a obtenção de uma força social conseguida através da análise do meio e das relações que se articulam e visam contribuir para uma mudança da ordem estrutural; a ideologia criadora da identidade do movimento que se expressa por meio dos códigos culturais; a cultura política que se constrói ao longo do desenvolvimento histórico do movimento e contribui para a configuração das práticas e dos procedimentos; a organização que pode ser formal ou informal estruturando um esquema hierárquico no interior do movimento; as práticas diretas ou indiretas, organizadas através de conselhos, reuniões, assembléias ou apresentações teatrais, acampamentos entre outros. Havendo também o projeto sociopolítico ou cultural que define as diretrizes das atividades para solucionar os problemas demandados; o cenário sociopolítico onde o movimento se desenvolve e age num processo de interação e busca por atendimento de suas demandas; a existência de opositores que querem conservar a sociedade do modo como se encontra; e as conquistas e derrotas que faz o movimento ter momentos de altos e baixos, de fluxo e de refluxo (GOHN, 2011, p.256-63). Mas então, retornamos a questionar, o ME da década de 1960⁷² apresenta essas características conceituais de um movimento social?

No caso da composição do movimento estudantil, neste período, a maioria de seus integrantes ainda era originária da camada média social⁷³, porém com relativa autonomia em relação a sua classe de origem, pois suas ações eram contrárias aos interesses desta, ao posicionarem-se como intelectuais capazes de defender a criação de uma identidade nacional do povo (PAIVA, 2011, p.22). Genericamente o

⁷² Ao delimitarmos o período de análise nos anos iniciais da década de 1960 estamos cientes das alterações que um movimento sofre na sua forma de mobilização, respondendo ao processo histórico vivenciado. Ou seja, o movimento estudantil na fase do regime político populista, é diferente dos movimentos da década de 1970 e dos anos de 1980, assim como diferente das décadas anteriores (GOHN, 2011).

⁷³ Desde o final da década de 1930, com a formação da UNE, que consideramos o início das atividades do ME, seus integrantes são oriundos da camada média social.

ME era tido como uma mera questão de conflito de gerações e de uma rebeldia infundada. Porém, não era qualquer rebeldia, mas a que aflorava quando os jovens tomavam consciência do processo de alienação do homem e percebiam a existência de problemas sociais no capitalismo, sentindo então necessidade de realizar algo para modificar a realidade e transformar a estrutura social (COSTA DE PAULA, 2003).

Segundo a direção do próprio ME brasileiro, num Informe da Diretoria da UNE, eles estavam agindo como um reflexo de sua classe de origem, visto que

[...] pela sua situação específica no regime capitalista, a classe média não tem perspectivas próprias, oscila entre a adequação ao sistema e a negação proposta pelas classes trabalhadoras. Com a crise econômica, a classe média no Brasil se viu jogada a proletarização e foram criadas condições para a radicalização estudantil, isto é, do m.e. [...] (UNE, s.d.⁷⁴, p.9)⁷⁵.

Assim, pela composição do ME, mesmo que a maioria de seus integrantes seja da camada média, ele pode ser considerado um movimento social, pois busca articular-se coletivamente com interesses externos a sua classe, respondendo a uma carência não atendida ou defeituosa, que produz questionamentos de ordem política, econômica, social e cultural, definindo então as demandas das lutas e o repertório das ações coletivas dos estudantes (GOHN, 2011, p.256).

A indicação da tomada de consciência que o jovem adquiria sobre as contradições da ordem capitalista, é precisamente a mais inevitável de se aludir. Sem tratar desta questão caímos no risco de diluir o ME, na particularidade que o compõe, interpretando-o como um ato de rebeldia e contestação natural derivado do fator biológico de desenvolvimento humano, resultante da carga hormonal que aflora no período da puberdade.

Justamente pelo fato dos jovens da camada média social possuírem condições de acesso ao conhecimento intelectual e às questões políticas, que estavam mais propensos a enxergar as contradições sociais. Esta visão crítica relaciona-se com o período em que estão posicionados na condição transitória de

⁷⁴ Este documento da UNE é impossível de ser datado, pois está incompleto na pasta da DOPS/PR, faltando as páginas finais. Pelo texto é definível que se trata de um documento posterior ao golpe civil-militar de 1964.

⁷⁵ UNE, União Nacional dos Estudantes. Informe da Diretoria da União Nacional dos Estudantes. s.d. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **União Nacional dos Estudantes - UNE**, pasta 2308, topografia 259, datada de 1963 a 1978.

estudantes, que buscam na universidade qualificação e conhecimento para desenvolver-se profissionalmente para posteriormente inserir-se no mercado de trabalho e responder a ideologia da ascensão social por meio dos estudos, onde adquirem maiores probabilidades de deparar-se com as contradições e complicações da sociedade capitalista. Deste modo, em contradição com sua classe de origem, eles passam a dedicar-se às lutas sociais e a buscar meios de conscientização da sociedade, atraindo mais apoio às suas causas, a fim de legitimar suas reivindicações e exercer influência política, ideológica e moral (COSTA DE PAULA, 2003).

Entretanto, se a juventude tinha acesso à educação, como foi exposto na LDBEN, que foi amplamente discutida na década de 1950 e homologada em 1961, por que o ME era formado em sua maioria por jovens da camada média sem envolver considerável número de estudantes da classe operária? O fato é que o sistema educacional do Brasil revela uma estrutura de afunilamento, onde em 1960, apenas 15% dos jovens matriculados no ensino primário chegaram a alcançar o ensino médio e somente 2% o ensino superior. Ou seja, a educação de nível médio e superior estava atendendo principalmente a camada média e parte da classe alta⁷⁶, enquanto os jovens trabalhadores estavam demasiadamente ocupados com sua sobrevivência (BOMENY, s.d.).

Estes números revelam uma das contradições existentes no sistema, e que foi enxergado pelo ME quando levantou a sua maior bandeira: a da reforma universitária, definindo então o repertório da sua ação coletiva, no objetivo de contribuir para o progresso do país. Como disseram os estudantes na Carta do Paraná, “[...] a reforma da universidade interessa fundamentalmente ao povo, pois somente para o povo o ensino superior é realmente um problema, tanto quanto não tenham as chamadas classes populares acesso à universidade brasileira [...]” (CARTA DO PARANÁ, 1962). Claro que a possibilidade de ascensão social pela educação como aponta Ridenti “[...] em tudo que tem de real e de ilusória, é requisito fundamental para a manutenção do domínio da ideologia burguesa no conjunto da sociedade [...]”. Mas, quando deixa de ser uma luta isolada e individualizada, assumindo um “[...] caráter coletivo, como foi o caso do movimento estudantil brasileiro nos anos 50 e 60 na briga pela reforma do ensino, já há um esboço de

⁷⁶ Jovens de classe alta geralmente iriam estudar em universidades no exterior.

ruptura com a ordem vigente [...]”. Pois, há em conjunto a procura por uma mudança do sistema escolar, mesmo que isto não implique uma ruptura do sistema capitalista (RIDENTI, 1993, p.144).

Contudo, de nada adiantaria mais acesso ao ensino superior nos moldes que estava posta a universidade a serviço das classes dominantes, não tendo nenhum compromisso com a região que estava inserida, e não servindo aos reais interesses de desenvolvimento do país, que de acordo com os estudantes, deveria fazer as injustiças e incorreções sociais ser reduzidas à medida que se progredisse a economia nacional (CARTA DO PARANÁ, 1962). Assim, a luta do ME pela reforma universitária era contra a desumanização e alienação presente na tecnicização do ensino, que atuando de acordo com os interesses da burguesia, estava servindo de instrumento de formação de operários qualificados para trabalhar em suas fábricas ou serviços de seus interesses, fazendo-os alienados e sem visão do conjunto da sociedade, individualizando-os e mecanizando-os. O que se queria era uma educação ministrada para dotar o homem de uma visão de conjunto das manifestações sociais, pois

[...] longe de se preocupar apenas com a formação de técnicos, deve voltar-se para o estabelecimento do homem consciente da realidade nacional. Entendemos essa como a concretização de uma personalidade enquadrada na situação histórica, apta a compreendê-la e nela atuar, transformando-a (CARTA DO PARANÁ, 1962).

De modo geral, a rebelião estudantil se produziu quase que simultaneamente em numerosas universidades de todos os países ocidentais, demonstrando uma uniformidade no sistema. A temática essencial que conduziu a rebelião teve dois princípios demandatários. A primeira exigência era o contato da universidade com as necessidades reais do contexto sócio-político, e a segunda era a visão da universidade como formadora de consciência crítica e humanizada, não apenas uma fábrica de especialistas preparados para responder ao interesse do capital, atuando no sistema de desenvolvimento industrial, mas capazes de lutar contra o subdesenvolvimento. A universidade começou a ser observada como integrante da realidade social, que estava carente de um sentido, que com a especialização fragmentada dos estudantes com vistas ao mercado de trabalho, impedia de se conhecer as autênticas necessidades da sociedade em que se viveria, freando o processo de progresso (CARANDELL, 1973, p.131-6). Poderemos mais adiante

observar que a base primária das lutas universitárias estava no divórcio que a classe dominante do sistema havia feito entre a ciência e a sociedade. Greves estudantis no estado do Paraná, decorrentes em 1962, em conformidade com as reivindicações nacionais, exigiam mais qualidade dos professores, melhoramento das estruturas universitárias, participação dos estudantes nos órgãos diretivos das escolas superiores, entre outros⁷⁷.

Nessa luta pela reforma universitária, desde seu início, os integrantes do ME sabiam da impossibilidade de ser alcançada nos moldes que desejaram e esboçaram na Carta do Paraná, enquanto as outras reformas de base (principalmente a reforma agrária) não fossem efetuadas, pois elas apresentavam o ponto essencial contra o subdesenvolvimento. Então, os estudantes planejaram uma articulação externa com os interessados nas outras reformas, configurando uma aliança entre operários, estudantes e camponeses, objetivando obter força social para contribuir para a mudança da ordem estrutural (CARTA DO PARANÁ, 1962).

Essa articulação externa era imprescindível principalmente pelo fato do ME não ter participação direta no processo de produção da economia, assim como eles mesmo admitem “[...] o estudante não tem condições por si só de colocar em xeque o regime, mas tem condições de ser uma força auxiliar no processo revolucionário, portanto a tarefa fundamental do movimento estudantil é a luta política [...]” (UNE, s.d., p.9)⁷⁸.

Na Carta do Paraná, em várias passagens, está explícita a preocupação desta aliança com o povo e com as demais reformas, prevendo-se a necessidade de mudanças na estrutura da sociedade, pois tal reforma não pretendia ser mera formulação de horários e currículos e sim uma luta para que a universidade atingisse sua missão revolucionária, voltada para o interesse coletivo da sociedade, de forma democrática (sem prevalecer à seleção dos universitários através de critérios econômicos, sociais, políticos e ideológicos). Assim, estando “[...] aberta a toda reformulação que se processe no dinamismo histórico [...]” e não admitindo a exploração do homem, tornando-o consciente humana e tecnicamente, sendo então evidente para a reforma a “[...] consciência de sua necessidade, com a participação

⁷⁷ DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Mensal. Maio 1962. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Seções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961 a 1963.

⁷⁸ UNE, União Nacional dos Estudantes. Informe da Diretoria da União Nacional dos Estudantes. s.d. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **União Nacional dos Estudantes - UNE**, pasta 2308, topografia 259, datada de 1963 a 1978.

do povo, promovido da condição de objeto a de sujeito [...]” (CARTA DO PARANÁ, 1962).

Para chegarem a pensar essas necessidades do ensino brasileiro foi necessário o estudo do contexto social, pois “[...] somente a partir de uma análise global da realidade brasileira é que se poderá perceber todas as implicações da educação com o restante do contexto” (CARTA DO PARANÁ, 1962). Assim, o ME ao desejar a reforma universitária e a mudança da dinâmica da sociedade, estava agindo articulado ao cenário sócio-econômico e político do país, respondendo contrariamente a situação internacional e nacional que se estruturava.

Na situação internacional havia a configuração de dois blocos em luta durante a guerra fria, era de um lado o “mundo livre” e de outro os “comunistas” (CARANDELL, 1973, p.32). O mundo estava bipolarizado “[...] organizado no Leste sob a hegemonia da URSS – que assumia a ‘missão’ de fazer avançar o socialismo – e no Oeste sob a hegemonia dos EUA – cuja ‘missão’ era combater o comunismo” (PAES, 2004, p.15). Os demais países sentiam a necessidade de se agrupar num desses dois grandes blocos de ideologias antagônicas⁷⁹, pois buscar assumir uma economia nacionalista era uma contradição, no momento em que a tendência era a expansão da internacionalização econômica, sobretudo no campo eletrônico e eletro-eletrônico, onde as multinacionais focavam a disponibilidade de mão-de-obra barata e o potencial do mercado (PAES, 2004, p.11-2). O ME criticava essa tomada de posição, visto que de nada serviria para reduzir a condição de subdesenvolvimento do país, pelo contrário, essa integração faria aumentar a concentração polarizada do capital, ou seja, aumentar a distância entre os países pobres e os países ricos, fazendo o Brasil cada vez mais dependente do capital externo, que por sua vez determinava grande parte das alienações internas, inclusive a alienação do ensino, ferrenhamente criticada pelo movimento.

Internamente, o governo pregou no período Vargas e Kubistchek a ideia do bem-estar social através do desenvolvimento econômico industrial, que era na concepção da classe dominante a intensificação da atividade econômica, e em nenhum momento a redução das contradições entre as classes sociais. Durante os anos de 1960 o país passava por crise financeira, ampliada pela dívida externa assumida pelo governo JK, desequilibrando a balança de pagamentos e a inflação,

⁷⁹ O muro de Berlim, na Alemanha, era um dos maiores símbolos do antagonismo ideológico e da bipolaridade.

que no governo Jânio Quadros e João Goulart fugiram do controle. Neste quadro o ME assumia uma posição nacional-progressista, visualizando um desenvolvimento capaz de corrigir as injustiças sociais e elevar o padrão de vida dos trabalhadores.

Dessarte, nos países subdesenvolvidos a necessidade de uma revolução surgiu por conta da miséria e das privações de consumo, respondendo principalmente a pressão exercida pelo imperialismo, responsável por mover os países à situação de pobreza (CARANDELL, 1973, p.15-6). Foi nos anos de 1960 que as teorias nacionalistas delimitaram no imperialismo o resultado da ação da exploração e da dominação, que causou a situação de subdesenvolvimento em algumas nações, como no caso do Brasil. Como disseram os estudantes brasileiros “[...] tal subdesenvolvimento é fruto, principalmente, da exploração do imperialismo internacional, que, apropriando-se da mais-valia nacional e de nossas riquezas, se enriquece à custa de nossa pauperização” (CARTA DO PARANÁ, 1962).

Alguns governos latino-americanos tentaram controlar a entrada do capital estrangeiro, defendendo um desenvolvimento nacionalista autônomo, como foi o caso do Brasil no governo Goulart. Essa luta pelo nacionalismo foi defendida pela maioria das esquerdas, onde as mais radicais visualizavam nela um trajeto para o socialismo, ainda mais vislumbrado após a revolução Cubana (1959) que instalou o primeiro governo socialista na América, gerando uma nova opção de luta através da teoria do foco revolucionário (PAES, 2004, p.15-6).

Deste modo, o ME idealizando a reforma universitária buscava interferir na ordem social estabelecida, objetivando alcançar uma estrutura social que fosse mais solidária, que refletisse as questões mundiais da guerra fria, da Revolução Cubana (1959), das lutas anticoloniais e sociais africanas (1961), dos partidos comunistas em ascensão e da ressignificação do sentimento nacionalista⁸⁰, projetando por meio de reivindicações e mobilizações transformar a realidade do país de forma mais equitativa. Como Gohn definiu no conceito de movimento, suas “[...] ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade [...]” (2011, p.251).

⁸⁰ Ressignificação do sentimento nacionalista, pois o sentimento nacionalista, não é novidade da época, como expõe Marilena Chauí, este foi significativamente explorado desde o descobrimento do Brasil através do “mito fundador”. Podemos dizer que tínhamos neste momento a “[...] elaboração de uma nova ideologia, o nacionalismo desenvolvimentista, feita pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), nos anos 50, no período da industrialização promovida pelo governo Kubitschek [...]” (CHAUÍ, 2010, p.35). Onde a ideia de nação esteve vinculada à consciência nacional das classes sociais, ou seja, na busca por uma identidade nacional. É nesta perspectiva que no final dos anos de 1950 e durante o governo de Goulart as ações culturais da esquerda enfatizavam o nacional-popular.

Neste cenário, a dinâmica de contestação não se resumia apenas aos jovens, era um movimento de toda a sociedade burguesa, o que facilitava para o ME agremiar mais indivíduos para somar à sua força social. O movimento mobilizava-se e projetava-se em debates e questões que estavam amplamente presentes na sociedade na época, não se limitando apenas a política educacional, discutiam as orientações econômicas, a ordem política, o nacionalismo e o desenvolvimentismo (SANFELICE, 1986, p.18). Apoiaram, por exemplo, no estado do Paraná, o movimento das Donas de casa, que exigia redução do custo de vida; incentivaram a formação de sindicatos entre os homens da lavoura; manifestaram-se em repúdio aos jagunços, dando apoio a reivindicação dos posseiros para solução dos problemas de terra no interior do Estado; cederam a Casa do Estudante, em Curitiba, para hospedagem dos participantes do interior ao II Congresso dos Trabalhadores, que aconteceu em março de 1962; uniram-se aos operários do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários do Paraná lutando para que as tarifas de ônibus fossem reduzidas, pois havia sido aumentada em comparação com o ano anterior em 35%, por culpa do aumento do petróleo, dos pneus, câmaras e acessórios em geral; entre outras ações⁸¹.

Nos acontecimentos políticos de nível nacional, os estudantes manifestaram-se em 1961, em defesa da legalidade da posse de João Goulart para presidente após a renúncia de Jânio Quadros, decretando rapidamente uma greve geral dos estudantes em repúdio ao golpe que os militares queriam ao impedir a posse de Jango e deslocando a diretoria da UNE do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul, que foi o Estado centro da resistência legalista liderada pelo governador Leonel Brizola.

A participação na Cadeia da Legalidade garantiu para o ME a expansão da sua ação político-ideológica e sua inserção na luta em favor das reformas de base defendidas pelo governo Goulart. A UNE, presidida por Aldo Arantes, ao transferir sua sede para o Palácio Piratini em Porto Alegre, irradiou para todo o país “[...] sua posição militante de resistência democrática e solidariedade irrestrita com a mobilização liderada por Brizola [...]”, que, por sua vez, retribuiu dando apoio estratégico as caravanas da UNE-Volante que começariam, em 1961, a percorrer

⁸¹ DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Mensal. Fev. 1962. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Seções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961 a 1963.

todo o país, “[...] viabilizando a nacionalização efetiva do movimento estudantil e o avanço da luta pela Reforma Universitária” (TRINDADE, 2011, p.130).

A organização do ME se estruturava de forma hierárquica e formalizada, onde a UNE era (e ainda é) a entidade máxima nacional de representação, que foi criada em 1937, reiteramos, após uma solenidade no I Conselho Nacional dos Estudantes, que aconteceu na Casa do Estudante do Brasil, que tinha formado desde 1932 um Conselho Nacional dos Estudantes para cumprir uma exigência estatutária e poder participar dos Congressos da *Confédération Internationale des Étudiants*, sediada em Bruxelas. Mas, oficialmente, a UNE foi reconhecida em 1938 no II Congresso Nacional dos Estudantes⁸², onde recebeu apoio de 82 associações universitárias e secundárias do país. Sem dúvida foi um dos Congressos mais proveitosos da história do ME, onde se elegeu a primeira diretoria da UNE (SANFELICE, 1986, p.11-2). Deste evento surgiu o primeiro Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira, após ouvirem e debaterem mais de 60 teses que pretendiam fazer do ME um instrumento de intervenção da realidade brasileira, porém a luta estudantil por reformas educacionais já vinha ocorrendo desde 1929, antes da fundação da UNE, onde através do Manifesto de Estudantes Universitários, denunciava-se “[...] a estagnação burocrática e escolástica da educação superior brasileira, o ensino dogmático e propunha uma universidade moderna, compatível com o momento histórico e a realidade social brasileira [...]” (TRINDADE, 2011, p.131-2).

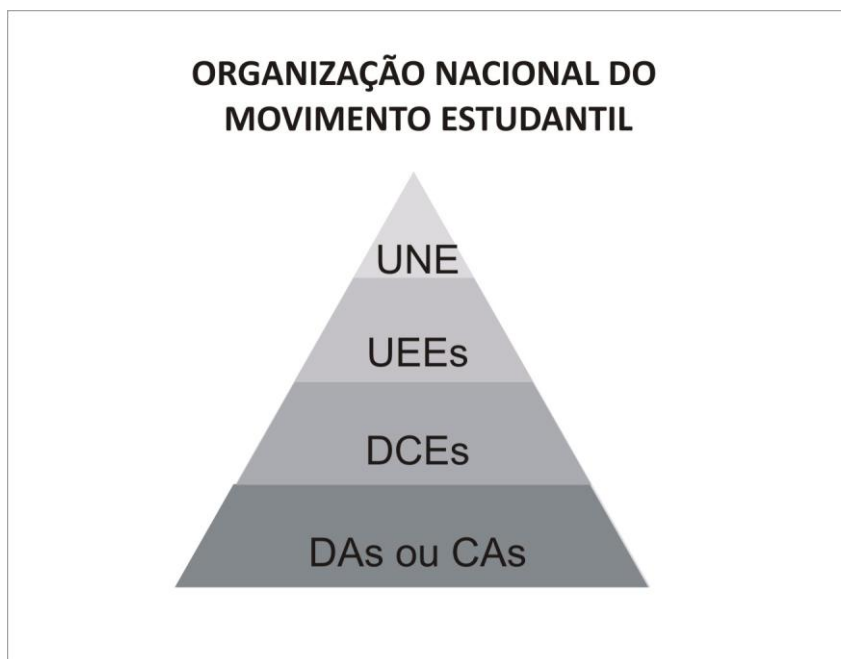
A gênese da preocupação com a reforma universitária estava no movimento pela Reforma Universitária de Córdoba⁸³, que aconteceu em 1918 causando impacto nas universidades do “[...] Chile, Bolívia, Uruguai, México e Cuba, além de influenciar a fundação da Ação Popular, no Peru, por Haya de Torre [...]” (TRINDADE, 2011, p.133). No Brasil, o ideário da reforma foi esparso e fragmentado, visto que o movimento universitário brasileiro era recente e pouco politizado, diferente de como se encontrava na década de 1960, quando aí sim acolheu o ideário com força total, principalmente após as lideranças da UNE, no ano de 1960, participarem do Seminário Latino-americano de Reforma Universitária,

⁸² O I Congresso Nacional dos Estudantes aconteceu no ano de 1910 em São Paulo, mas a UNE ainda não havia sido fundada.

⁸³ Os estudantes de Córdoba expressavam a necessidade da íntima relação com os operários e os partidários da Reforma Universitária, para que esta se efetivasse, e conseguiram melhorias na qualidade de ensino, democratização, demissão dos docentes catedráticos e participação discente nas decisões da universidade (TRINDADE, 2011, p.142-3).

onde aprofundaram seus conhecimentos sobre a Reforma Universitária de Córdoba e sua difusão em outros países latino-americanos.

Na década de 1960, o ME nacional se reestruturou, organizando e fundando vários DCEs e Diretórios Acadêmicos (DA), além de possuírem as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE). Por exemplo, no Estado do Paraná temos a UPE fundada no ano de 1939 (TRINDADE, 2011, p.138). A organização do ME ficou assim definida numa espécie de pirâmide, conforme a ilustração abaixo.



No topo está a UNE, sendo a entidade representativa do conjunto dos estudantes de todas as Instituições de Ensino Superior existentes no país. Logo abaixo as UEE, que são entidades representativas do conjunto dos estudantes de cada estado que possua mais de uma instituição de ensino superior. O conjunto de estudantes de cada instituição foi representado por um DCE. E cada curso ou um conjunto de cursos que possuem uma mesma base de formação no interior de cada instituição pode ter sua organização em Centros Acadêmicos (CA) ou DA.

Segundo um documento da UNE, provavelmente de 1963, pois parece ser a contracapa de uma publicação em forma de livreto sobre a reforma universitária e na folha anterior está definida a data, a organização e a prática articulatória interna da entidade nacional, se davam da seguinte forma:

[...] reúne mais de 100 mil universitários, através de cerca de 500 Diretórios ou Centros Acadêmicos e de 22 entidades estaduais.

Sua coordenação é complementada pelos Diretórios Centrais de Estudantes, nas Universidades, e pelas Executivas Nacionais, órgãos especializados por profissões ou escolas do mesmo ramo.

As decisões sobre sua orientação política, programa e a escola de sua Diretoria cabem ao Congresso Nacional dos Estudantes, em que votam 2 representantes de cada Diretório ou Centro Acadêmico.

A fiscalização sobre o cumprimento das decisões do Congresso é feita pelo Conselho, que reúne os Presidentes das Uniões Estaduais, dos Diretórios Centrais e das Executivas Nacionais⁸⁴.

Como podemos perceber há uma interligação entre todos os estudantes para com a UNE, que tinha o dever de defender o interesse da maioria. Quando anteriormente falávamos do deslocamento da diretoria da UNE para o Rio Grande do Sul para lutar em defesa da legalidade da posse de João Goulart, é preciso destacar que não foi somente a diretoria da UNE que para lá se dirigiu, vários representantes de todos os estados da federação também o fizeram, onde montaram um Conselho Extraordinário de Estudantes entre os dias 16 a 21 de setembro e produziram documentos com programas de ação para o ME, entre eles definiram suas expectativas quanto ao governo de Jango, escreveram a Declaração de Porto Alegre e também fizeram um Informe da UNE sobre a crise nacional (TRINDADE, 2011, p.145-8).

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, reiteramos, o ME teve a sede da UNE fechada pela polícia a mando do governador Carlos Lacerda. Porém, os estudantes não deixaram de manifestar-se, utilizando então o jornal “O Metropolitano” que era coordenado por estudantes cariocas (SANFELICE, 1986, p.19).

Esse jornal “O Metropolitano” foi uma das práticas de difusão das ideias do ME, que havia sido fundado pela UME, focando principalmente na ideia da cultura popular, que servia como um braço da luta política do ME⁸⁵. O pensamento estudantil sobre a instrumentalização da arte e da cultura como forma de transformação política não foi homogêneo entre os estudantes, porém foi a que mais ganhou força. Cacá Diegues, por exemplo, era contra essa visão: “[...] achávamos que a cultura não podia estar a serviço da política, que a cultura não podia ser

⁸⁴ UNE, União Nacional dos Estudantes. Livreto Reforma Universitária. 1963. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Nacional dos Estudantes - UNE**, pasta 2308, topografia 259, datada de 1963 a 1978.

⁸⁵ Ver mais sobre esse assunto em: TORRES, Carla Michele Ramos. **Em cena: O Teatro no Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE) 1961-1964**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008. Nesta pesquisa, ela discute os vários conceitos de cultura popular no interior do CPC da UNE.

instrumentalizada pela política, que a luta política não precisava de um braço cultural para se fazer” (DIEGUES, 2004, p.5). O interesse do movimento na cultura popular consistia em mostrar que o Brasil tinha capacidade de ser uma grande potência com sua própria identidade cultural, que no momento estava subjugada pela hegemonia da cultura estrangeira. “[...] Então, era preciso se libertar disso, e a forma de se libertar era se voltando para a criação popular, para a criação original do povo brasileiro [...]”, lutando contra o coronelismo cultural e mental, que inclusive persistia no interior da universidade (DIEGUES, 2004, p.4-5).

O diretor do jornal, Cacá Diegues⁸⁶, diz que a convicção tida pelos estudantes era,

[...] não só de que o Brasil ia ser um grande país, mas que precisava, do ponto de vista da economia, superar uma fase de subdesenvolvimento e, do ponto de vista cultural, precisava se descolonizar, se transformar num país que fosse para ele mesmo e que tivesse uma espécie de mensagem para o resto da humanidade mais generosa, mais humana, mais fraternal do que o que se conhecia até aquele momento. Uma tentativa de fugir à dualidade do mundo do pós-guerra, do mundo da Guerra Fria [...] (DIEGUES, 2004, p.4).

Entre os anos de 1961 e 1962, o diretor da entidade máxima dos estudantes (UNE), Aldo Arantes, solicitou a Diegues ajuda para fundar a Editora Universitária, que serviria para publicar livros de interesse da UNE, sendo então mais um meio prático de difusão da ideologia da contra-hegemonia do movimento. Entre as publicações era feita a revista “Movimento”, com tiragem em torno de 10.000 exemplares e geralmente em edição mensal (TORRES, 2008, p.20).

Como define Gohn, um ME tem dois modos de difundir sua ideologia, através de práticas formais, como “[...] reuniões, assembléias, petições burocráticas, abaixo-assinados, congressos, eventos, greves para discussões políticas ou socioculturais [...]” (2011, p.260), e pode-se dizer que o ME às realizava. Por exemplo, no ano de 1961 se reuniram na Bahia no I Seminário Nacional de Reforma Universitária, onde discutiram sobre: “[...] exame vestibular, programa e currículo, sistema de aprovação, administração da Universidade, autonomia e funcionamento da

⁸⁶ Cacá Diegues quando iniciou seu curso de direito na Pontifícia Universidade Católica (PUC) em 1959, foi convidado para participar do Jornal “O Metropolitano”, que estava em vias de iniciação, assumiu o cargo de redator-chefe, começou a frequentar a UNE, a UME e acabou eleito Presidente do DA Faculdade de Direito da PUC, o CA Eduardo Lustosa, ao mesmo tempo em que passou a ser o diretor do jornal.

universidade, realidade brasileira, mercado de trabalho, cátedra vitalícia, tempo integral e função da universidade [...]” (SANFELICE, 1986, p.31). No ano de 1962 através da movimentação da UNE-Volante, realizaram o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, no Paraná, onde deram continuidade às análises, debates e sugestões em torno da Reforma Universitária e agruparam-na no conjunto das reformas de base. Destes dois eventos apresentaram como resultado dois documentos de grande valor, que expressam o projeto do ME, a “Declaração da Bahia” e a já citada “Carta do Paraná”, mostrando que os estudantes tinham consciência de que parte dos problemas sociais era gerada pelo sistema capitalista, e que a reforma universitária fazia parte da reforma de base, pois previam através dela a:

[...] democratização do ensino, com amplo acesso da população em todos os níveis e a abertura da universidade para o povo e às classes trabalhadoras; as universidades deveriam estar a serviço do povo, para o crescimento nacional, tanto politicamente como culturalmente; extinção da cátedra vitalícia; substituição do vestibular, considerado elitista e discriminador; insistência nas verbas para a educação; participação dos estudantes nos órgãos colegiados (ARAUJO, 2007, p.105 *apud* PAIVA 2011, p.47).

Os estudantes visando a consecução de seus objetivos exigiram sua participação nos órgãos colegiados administrativos da universidade, assim, em 1962, defenderam esta ideia por meio da greve conhecida como a “Greve do 1/3”, que durou 85 dias de paralisação. Além de toda esta movimentação a entidade atuou a favor de outras reformas de base do governo, como a Reforma Tributária, a Reforma Bancária, a Reforma Agrária, entre outras (PAIVA, 2011, p.42-9).

No ano de 1963 realizaram o III Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Belo Horizonte focando a produção de soluções táticas para afastar os obstáculos legais à democratização da universidade, expuseram uma proposta de Emenda Constitucional, onde extinguiriam a vitaliciedade da cátedra e substituiriam a LDBEN. Neste evento produziram o documento de maior teoria tática, chamado “Luta atual pela reforma universitária” (SANFELICE, 1986, p.47).

Em janeiro de 1964, do dia 05 ao dia 12, os estudantes se reuniram em Florianópolis para a 1ª Reunião Ordinária da Gestão de 63/64, desta produziu-se um

informe especial com um plano de mobilização pela reforma universitária, que foi interrompido no mesmo ano com o golpe-civil militar⁸⁷.

O III Seminário, assim como o II que aconteceu no estado do Paraná, também foi resultado da UNE-Volante, que foi criada após a luta do ME em defesa da legalidade em 1961, que unida ao CPC⁸⁸ levava a proposta da Reforma Universitária para a massa estudantil visitando praticamente todos os estados da federação, e rejeitando o projeto da LDBEN aprovado em 1961. Através desta ação criticavam a universidade que estava alienada à realidade brasileira, funcionando como um apêndice da Europa e propuseram uma cultura nacional nas universidades brasileiras. Com auxílio do CPC foi possível realizar práticas de difusão informais através da arte do teatro⁸⁹, das encenações e das músicas.

A participação do CPC nas excursões às regiões brasileiras promovida pela UNE-Volante foi essencial, na medida em que o ME necessitava das apresentações de teatro realizadas pelo grupo do CPC para atingir e ampliar o público estudantil e propagar entre eles discussões políticas, que lhes eram de pouco interesse (TORRES, 2008, p.50-4).

De modo geral, todas essas ações do ME mostram sua identidade de caráter progressista e revolucionário assumido no início da década de 1960. É interessante ressaltar que o ME, em uma posterior análise, realizada após o golpe-civil militar, sobre o seu papel no início da década de 1960, se condena e diz que “[...] por mais violenta que fossem as palavras dos seus dirigentes o movimento estudantil na prática deu mais importância ao ‘contato de cúpula’ com os políticos dominantes do que com a aproximação direta com as áreas populares” (UNE, s.d., p.2)⁹⁰. Apesar desta colocação do próprio movimento, podemos dizer que suas ações foram as que lhe cabiam realizar de acordo com o contexto histórico que se estruturava, pois é preciso lembrar que possuíram uma grande gama de opositores que viam seu projeto da reforma universitária com caráter subversivo ou comunista. Os opositores,

⁸⁷ Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Nacional dos Estudantes - UNE**, pasta 2308, topografia 259, datada de 1963 a 1978.

⁸⁸ O CPC foi um órgão cultural que funcionou junto à sede da UNE, porém autônoma a esta, pois recebia auxílio financeiro do Serviço Nacional de Teatro e do Ministério da Educação, além do dinheiro das vendas de suas produções, como por exemplo, a produção em 1962 do disco LP “O Povo Canta”. Claro que com toda autonomia, recebeu fortes influências dos assuntos discutidos pelo ME.

⁸⁹ A luta pela reforma universitária é expressa pela peça “Auto dos 99%”, do CPC da UNE.

⁹⁰ UNE, União Nacional dos Estudantes. Livro Reforma Universitária. 1963. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Nacional dos Estudantes - UNE**, pasta 2308, topografia 259, datada de 1963 a 1978.

segundo a UNE, eram os grupos contrários ao verdadeiro desenvolvimento do país, que priorizavam apenas seus interesses de classe e não o avanço social e econômico da sociedade como um todo, assim,

desde sua fundação, 1937, a UNE vem lutando, não somente pelas reivindicações estudantis, mas igualmente pelos objetivos básicos das forças populares e democráticas do país.

Combatida pelos grupos que se opõem à luta pelo desenvolvimento do país e pela libertação de nosso povo, a UNE tem crescido e se fortalece a cada dia.

Da consciência que o move, da firmeza e independência que se baseia, do espírito de luta que o caracteriza, o movimento universitário retira os fundamentos de sua unidade. A UNE É UNIÃO⁹¹.

Um destes ferrenhos opositores foi o governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, que reiteramos, em 1961 mandou fechar a sede da UNE durante a Campanha da Legalidade e que depois do golpe civil-militar mandou incendiá-la. No dossiê da UNE encontramos um informe produzido pela entidade sobre uma campanha que estavam realizando, acreditamos que do ano de 1963, que cita o nome do governador Lacerda. A campanha se chamava “Quem será o Gorila de 63?”. Um fato cômico, mas de caráter político, onde acreditamos que os estudantes deveriam questionar o povo para eleger uma imagem pública que fosse a mais mal vista. Enquanto a campanha estava em andamento a UNE publicou: “Como era de se esperar, o ilícito governador da Guanabara tem merecido as preferências do eleitorado (dizem que foi preciso esta campanha da UNE para que pessoas de bem votassem em Lacerda) [...]”, além de Lacerda são citados outros como o governador de São Paulo Adhemar de Barros, que estava em segundo na votação, também aparece o nome de Amaury Kruehl, de Roberto Marinho e outros⁹².

Os opositores do ME e das reformas de base conseguiram dismantelar a reforma revolucionária prevista pela esquerda através do golpe de 1964, que fez o ME entrar em refluxo, com a destruição da sede da UNE e sua organização sendo largada à clandestinidade, mas, o movimento resistiu e no ano de 1968 teve seu ápice de força, marcando seu fluxo.

O ápice das ações jovens, de amplitude mundial, se deu neste ano de 1968, como por exemplo, o movimento do maio francês, onde jovens montaram

⁹¹ *Idem, Ibidem.*

⁹² *Idem, Ibidem.*

barricadas, reivindicavam outra moral e outra cultura social e grafitavam seus desejos de mudanças nos muros de Paris⁹³. No Brasil, neste mesmo ano, o ME mostrou sua força após o assassinato do estudante secundarista Edson Luís. E a história do ME brasileiro ganhou maior destaque pelas manifestações, como por exemplo, a realização da “Passeata dos cem mil” e do congresso estudantil realizado num sítio em Ibiúna, onde todos os líderes nacionais foram presos pela polícia, fato que somado ao Ato Institucional nº5 tornou quase impossível a reorganização e reestruturação do movimento (PAIVA, 2011, p.52-3).

O ano de 1968 é marcado pela atividade do movimento que foi fortemente combativa e ingressada nas lutas políticas. A expressão gerada neste ano simbolizou a grandeza da força da juventude, porém com uma valorização extremista que gerou o que Paiva (2011), citando Martins Filho (1987), chama de “mito do poder jovem”, que configurou o ME como um todo, numa espécie ideologicamente imutável, com conteúdo e objetivo permanentes, de jovens revoltosos em busca da revolução.

Depois deste período, as produções começaram a declinar, reduzindo às ações espetaculares, as manifestações relevantes e os escândalos. Este declínio não significou a morte do movimento jovem, sendo apenas uma fase de reorientação, de auto-exame e de reagrupamento, na busca por uma nova forma de organização que fosse realmente efetiva (CARANDELL, 1973, p.9-10).

3.3. Organização do movimento estudantil paranaense

De modo semelhante à macro estrutura do ME nacional, também se organiza o ME no estado do Paraná, inclusive, apenas dois anos após a criação da UNE, foi fundada a UPE, considerada a entidade máxima da organização estudantil do estado. Segundo a Constituição da UPE, elaborada e aprovada em agosto de 1962, que se encontra arquivada na DOPS/PR⁹⁴, temos o conhecimento que a mesma foi fundada no dia 16 de setembro de 1939, como um membro da UNE, para

⁹³ Mendel, com base num informe das Nações Unidas, afirma que durante o ano de 1968 foram constantes as manifestações estudantis em cinquenta países (CARANDELL, 1973, p.19).

⁹⁴ Encontramos a Constituição da UPE, em três dossiês, uma cópia está no dossiê da UNE, outra no dossiê do DCE livre da FUEL e outra no dossiê da UPE.

representar e coordenar “[...] corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior do Estado do Paraná”⁹⁵.

Ao buscarmos descrever o histórico do ME paranaense na década de 1960, e considerando a UPE a entidade máxima do Estado, entramos em contato com o atual presidente da UPE (gestão 2011-2013) questionando a existência de um histórico desta, que no mínimo abrangesse os nomes dos líderes do início da década de 1960, porém a entidade nada possui deste período ou de período anterior, nem mesmo atas de reuniões. Então achamos conveniente iniciar a montagem da estrutura do ME paranaense através dos documentos arquivados na DOPS/PR. Reiteramos, a primeira vista parece ser uma gama muito grande de entidades estudantis para ser escrita neste tópico, porém há poucas pastas sobre a organização estudantil no arquivo da DOPS/PR datadas no nosso recorte temporal, ou próximo a ele, descreveremos e analisaremos as mesmas no próximo capítulo.

Agindo em cumprimento às obrigações previstas na Constituição da UNE para as organizações estaduais, competia a UPE, além de manter a união entre os estudantes e atender os interesses particulares de sua classe, ou seja, os interesses diretamente envolvidos com questões educacionais, a discussão com os estudantes dos problemas nacionais de política e economia, “[...] no sentido de influir junto ao governo e à opinião pública do país” à defesa das “[...] nossas riquezas do subsolo e fontes de energia, pugnando, na medida do possível, na sua nacionalização e exploração em benefício do povo”, lutando “[...] contra a intromissão de domínio de estrangeiros, que atentem contra a soberania nacional e a democracia.” Deste modo, estando em consonância com as lutas dos trabalhadores, podemos perceber que a UPE buscava reunir força social, se articulando com os sindicatos trabalhistas do estado⁹⁶. E como diz Gohn, “[...] o conjunto das articulações nos dá o princípio articulatório que estrutura o movimento como um todo [...]” (2011, p.255).

A Aliança Operário-Camponesa-Estudantil é um exemplo concreto da articulação que os estudantes buscavam desenvolver com os trabalhadores. Como comentamos no primeiro capítulo, esta relação dos estudantes com os trabalhadores, formou no estado do Paraná a Campanha Pró-Legalidade, onde defenderam a posse de Jango e quando definido o parlamentarismo, no dia 04 de

⁹⁵ UPE, União Paranaense dos Estudantes. Constituição da UPE. 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Nacional dos Estudantes - UNE**, Pasta 2308, topografia 259, datada de 1963 a 1978.

⁹⁶ *Idem, Ibidem.*

setembro de 1961, realizaram uma passeata silenciosa nas ruas da cidade de Curitiba como forma de luto e encerramento da Campanha da Legalidade⁹⁷.

A relação entre ambos os movimentos, trabalhadores e estudantes, era mútua, visto que encontramos documentos nos dossiês sobre a UPE, onde os trabalhadores são solicitados para apoiarem os estudantes, se posicionando contrários às medidas que estavam sendo discutidas pelas autoridades educacionais do país, para privatização do ensino público das universidades estaduais e federais, mediante cobrança de anuidades. Aonde só os estudantes carentes, após processo de comprovação da não condição de pagar poderiam estar isentos. Segundo o documento, a cobrança de anuidades causaria dificuldades aos trabalhadores e ao povo, apesar de não prejudicar diretamente o trabalhador naquele momento, “[...] cria barreiras para os filhos destes [...]”, já que a cobrança iria aumentar as dificuldades dos filhos dos membros das classes populares de atingir os bancos universitários. Então a universidade seria fechada ao povo, tornando “[...] o ensino no Brasil ainda mais anti-democrático”. Assim, os estudantes, contrários a esse avanço desfavorável da escola pública, recorrem “[...] aos trabalhadores do Paraná, pedindo apôio e solidariedade, porque sabemos que o problema deixou de requerer a atenção apenas dos estudantes e atinge todo o povo [...]”⁹⁸.

Imprescindível era conscientizar a população dos acontecimentos políticos e este não era papel de incumbência somente da UPE, esta sempre buscava criar articulações externas e internas para ampliar o alcance de suas reivindicações. Encontramos por exemplo, um documento da UPE enviado à comissão organizadora do III Congresso Sindical de Trabalhadores do Paraná, no ano de 1963, solicitando que o congresso fosse transformado em Congresso Operário-Camponês-Estudantil do Paraná, visto que a UPE poderia colaborar e ajudar no que fosse possível, até mesmo com ajuda financeira⁹⁹. Buscar sempre estar em

⁹⁷ UPE, União Paranaense dos Estudantes; UPES, União Paranaense dos Estudantes Secundários, UCES, União Curitiba dos Estudantes Secundários; Sindicatos dos Trabalhadores. Manifesto ao Povo. Curitiba, 28 ago. 1961. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Campanha da Legalidade**, pasta 165, topografia 19, datada de 1961.

⁹⁸ UPE. Comunicação ao Comando Geral de Trabalhadores do Paraná. 18 fev. 1963. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2327, topografia 264, datada de 1963 a 1975.

⁹⁹ UPE. Carta à Comissão Organizadora do III Congresso Sindical de Trabalhadores do Paraná. 21 jun. 1963. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2327, topografia 264, datada de 1963 a 1975.

relações com os trabalhadores, parecia ser uma preocupação dos estudantes, visto que os mesmos debateram no XIX Congresso Estadual dos Estudantes, de 1963, temáticas como esta: “aliança entre operários, camponeses e estudantes”¹⁰⁰.

Para concretização destas alianças, os estudantes não lutavam apenas por melhorias educacionais, como no caso citado anteriormente, se posicionando contrariamente ao ensino pago, mas também, abraçando as reivindicações dos trabalhadores, como por exemplo, lutar por um salário justo e digno. Em um manifesto distribuído no dia dos trabalhadores, assinado pelos presidentes da UPE, do DCE da Universidade do Paraná (UP), do DCE da Pontifícia Universidade Católica, da UPES e por mais sete representantes sindicais, eles esclarecem, que lutam contra os que

[...] desejam tirar a pouca liberdade que dispõe o povo nos dias que passam. Porque liberdade mesmo não é somente andar por onde se queira e sim, poder ganhar o quanto mereça, sem passar dificuldades e apertos. Liberdade é poder ter contrato de trabalho que amanhã não vá servir ao patrão para mandar embora sem pagar a indenização¹⁰¹.

Para tanto, responsabilizam a cúpula dirigente do país “[...] formada por homens que só a si procuram beneficiar com o atual estado de coisas, e que não está, em absoluto, interessada em resolver os problemas imediatos do país, em particular os problemas cruciantes do trabalhador brasileiro”, e a influência e a predominância dos grupos estrangeiros que dominam negócios no país. Estando assim cientes que para resolver parte dos problemas sociais, como o “[...] aumento diário dos preços de gêneros de primeira necessidade [...]”, e a “[...] injustiça dos salários, anulados pela inflação [...]”, são necessárias as reformas de base, para acentuarem os interesses do povo, que é, segundo o documento, “[...] as massas operárias, os camponeses, os comerciantes e os bancários, as donas de casa, os estudantes e os patrões que estão do nosso lado”¹⁰².

¹⁰⁰ JORNAL, sem identificação. UPE: Congresso instala-se hoje. 1963. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, Pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

¹⁰¹ UPE, UPES, DCE e sindicatos. Manifesto aos trabalhadores, aos estudantes e ao povo. 1º maio 1963. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, Pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

¹⁰² *Idem, Ibidem.*

Dos quatro casos que citamos (passeata silenciosa de encerramento da Campanha da Legalidade de 1961; solicitação de apoio contra a cobrança de anuidades de 1963; Manifesto do dia do trabalhador de 1963; e apoio ao III Congresso Sindical dos Trabalhadores do Paraná de 1963), o documento de 1961 foi assinado pelo presidente da UPE em exercício, ou seja, Ronald Osti Pereira. Segundo a Constituição da UPE, o presidente é o responsável por “manifestar-se em nome da UPE, a respeito de problemas urgentes relacionados com altos interesses estaduais e nacionais e internacionais ou da classe universitária em particular [...]”¹⁰³.

Já os três documentos de 1963 foram assinados pelo vice-presidente de assuntos estaduais, nacionais e internacionais, Osvaldo Evangelista de Macedo. Ao consultarmos a Constituição da UPE, visualizamos que entre os cinco cargos de vice-presidente, que não possuem hierarquia entre si, mas diferentes competências, este é o cargo responsável especialmente por manter, efetivar e estruturar a relação da aliança operário-estudantil-camponês no âmbito estadual, incumbido de “[...] promover campanhas condizentes com o nome da UPE e a crescente participação dos estudantes nas lutas pela emancipação econômica nacional [...] e a promoção de contratos com as organizações estudantis e estudantes estrangeiros.” Supomos que este cargo foi criado com a elaboração da Constituição da UPE de 1962, deste modo, cabendo no ano anterior ao próprio presidente coordenar as ações da Aliança operário-estudantil-camponês¹⁰⁴.

Estes foram os únicos documentos, do nosso recorte temporal, que apresentam indícios do cargo de vice-presidente, porém, como dissemos, existem cinco destes cargos descritos na Constituição da UPE. Um deles é de vice-presidente de coordenação universitária, responsável por “[...] aproximar as entidades filiadas entre si e elas com a UPE, visando a unidade e a harmonia nos movimentos estudantis e a solidariedade de todas aos movimentos de cada uma”, que possui relação direta com os atributos do vice-presidente de assuntos do interior, responsável por “[...] organizar e supervisionar as sub-sedes do interior, promovendo a perfeita integração dos Diretórios e Centros Acadêmicos da UPE, coordenando para tal efetivação, tôdas as suas reivindicações junto à entidade”.

¹⁰³ UPE, União Paranaense dos Estudantes. Constituição da UPE. 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Nacional dos Estudantes - UNE**, Pasta 2308, topografia 259, datada de 1963 a 1978.

¹⁰⁴ *Idem, Ibidem.*

Outro é o vice-presidente de assuntos educacionais e culturais, responsável por “[...] questões referentes ao ensino e as reivindicações de natureza escolar, assim como das promoções culturais e artísticas da UPE, e a ajuda às entidades filiadas para a realização da mesma espécie”, e o outro, o vice-presidente de problemas assistenciais, responsável por buscar “[...] melhores condições sociais e econômicas para o estudante, como também a ajuda às entidades filiadas, no sentido da consecução dos recursos necessários ao seu funcionamento”¹⁰⁵.

Apesar de não encontrarmos nenhum documento assinado, ou identificado com uma estas atribuições, consideramos que estes cargos estiveram ativos no início da década de 1960. Estando mais visível o cargo do vice-presidente de coordenação universitária e do vice-presidente de assuntos do interior, ao depararmos com documentos que circulavam entre as entidades estudantis, apesar de em sua maioria serem assinados pelo presidente e pelo secretário-geral. Como exemplos, o Manifesto da UPE dirigido aos presidentes das entidades coordenadoras e representativas dos universitários brasileiros sobre a Greve Geral no Paraná, de 1962, manifesto dirigido aos estudantes e ao povo, sobre a necessidade de 1/3 de representação estudantil nos Conselhos Universitários e nas Congregações da universidade, panfletos da UPE explicando os motivos da greve, comício para esclarecimento dos motivos determinantes da greve estudantil, carta de estudantes de Direito solicitando apoio dos DCE e da UPE para apoiarem o veto de uma lei da OAB, carta de princípios elaborada em congresso estadual dos estudantes para representação do estado no congresso nacional, além de matérias de jornal comentando assuntos como greve dos estudantes da cidade de Londrina que estava sendo apoiada pela UPE.

Nestes documentos de circulação entre as entidades estudantis, há um enviado da UPE para os estudantes do estado, intitulado “esclarecimento a classe”, trata-se de um esclarecimento quanto aos motivos da greve de 1962 repudiando os boatos de alguns estudantes que, segundo o documento desconhecem a real gravidade da questão, criando uma situação embaraçosa para a UPE e para a UNE. Destacamos esse documento, pois o mesmo, ao enumerar os esclarecimentos à classe deixa claro a hierarquia existente no ME. Segundo ele, a greve foi decretada pela UNE e todas as entidades universitárias do país manifestaram total apoio,

¹⁰⁵ *Idem, Ibidem.*

inclusive a diretoria da UPE. Assim, suas entidades filiadas, ou seja, os DA devem cumprir as decisões, estando passível de suspensão ou expulsão da filiação da UPE caso não cumpra. E o documento continua:

que em tal eventualidade, o *único prejudicado será o próprio diretório*, porquanto perderá a representação nos *congressos estaduais* e nos *congressos nacionais*, ficando sem possibilidade de defender os interesses de seus associados nesses órgãos representativos da classe. 4 – Que na eventualidade de um Diretório ser desfiliado da U.P.E., perderão o direito de serem atendidos pelos órgãos assistenciais da Entidade, inclusive o *restaurante universitário*. (grifo do original)¹⁰⁶.

Se caso algum diretório eliminado fosse retornar a filiação deveria ser realizado um Congresso Extraordinário, que de acordo com a Constituição deveria ser dirigido pelo presidente da UPE e constituído dos líderes de bancada de cada DA ou CA participante. Assim, podemos observar a existência de uma relação hierarquizada no ME, como aponta Gohn (2011, p.260), existindo níveis interno e externo de articulações. Onde os DA ou CA são a unidade elementar da UPE, visto que eles são “[...] o órgão de coordenação e representação dos alunos de cada Escola Superior do Estado do Paraná, tendo por base todos os seus associados”¹⁰⁷.

Inclusive, os DAs ou CAs eram os responsáveis pelo Congresso Estadual Ordinário, que era considerado o mais alto órgão legislativo, deliberativo e eletivo da UPE, aonde todos os membros dos DAs ou CAs filiados a UPE deveriam participar. Segundo a Constituição da UPE, esse Congresso era formado por titulares, que são os representantes de cada DA ou CA, os colaboradores, que são a diretoria da UPE e mais dez elementos indicados por eles, e os participantes, que são todos os associados da UPE. Neste Congresso definiam-se teses, recomendações e propostas de organização apresentados por qualquer membro, discutia-se e votava-se sobre o programa mínimo administrativo da UPE e seu orçamento anual, definia-se a declaração de princípios que orientava os DAs e CAs, votava-se em deliberações de ações sobre os problemas nacionais e internacionais, vigiava-se as ações dos diretores da UPE e inclusive definiam-se as datas das eleições para

¹⁰⁶ UPE. Esclarecimento à classe. sem data. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, Pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

¹⁰⁷ UPE, União Paranaense dos Estudantes. Constituição da UPE. 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Nacional dos Estudantes - UNE**, Pasta 2308, topografia 259, datada de 1963 a 1978.

formar o Poder Executivo da UPE, que deveriam acontecer no mínimo vinte dias e no máximo vinte e cinco dias após a última sessão do Congresso Estadual Ordinário¹⁰⁸.

Tal Poder Executivo ou diretoria da UPE deveria ser formado por: presidente, cinco vice-presidentes, o de coordenação universitária, o de assuntos educacionais e culturais, o de problemas estaduais, nacionais e internacionais, o de problemas assistenciais, e o de assuntos do interior, secretário geral, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro geral, 1º tesoureiro, 2º tesoureiro e arquivista. Porém, não conseguimos identificar nos documentos arquivados na DOPS/PR a existência de todos estes cargos. Interessante destacar a existência do cargo de arquivista, que segundo a Constituição da UPE, deveria “manter organizados e arquivados os documentos da UPE correspondente a exercícios findo; manter organizado o serviço de fichário da UPE; arquivar a correspondência expedida e recebida pela UPE”. Esta função nos remete a considerar que na época existia um acervo documental do ME, que se perdeu no tempo, principalmente por conta da vigilância política que o movimento sofreu nos anos da ditadura civil-militar¹⁰⁹.

Apontamos anteriormente que a unidade elementar da UPE eram os DAs e os CAs, inclusive responsáveis pelo importante Congresso Ordinário anual, e assim nos questionamos: e os DCEs como se relacionam com a UPE? Encontramos no arquivo da DOPS/PR somente o manifesto “Aos trabalhadores, aos estudantes e ao povo”, que citamos anteriormente, que aponta indícios da relação da UPE com os DCEs, visto que possui assinaturas de seus presidentes. E na Constituição da UPE, encontramos a descrição que o DCE somente fazia parte do conselho de representantes do Poder Fiscalizador e Consultivo da UPE, que poderia indicar um representante para as votações que fossem necessárias, pois o conselho de representantes seria composto por:

- a) a Diretoria da UPE com um voto; b) os presidentes de Diretórios ou Centros Acadêmicos; c) um representante de Cada Diretório ou Centro Acadêmico; d) um representante dos Diretórios Centrais de Estudantes e da União Paranaense dos Estudantes Secundários¹¹⁰.

¹⁰⁸ *Idem, Ibidem.*

¹⁰⁹ *Idem, Ibidem.*

¹¹⁰ *Idem, Ibidem.*

Caberia a este Poder Fiscalizador Consultivo basicamente fiscalizar, processar e julgar as atividades administrativas e manifestações políticas da UPE, tendo em vista as diretrizes do Congresso e os imperativos do programa. Além destes dois documentos nada encontramos mais explicito e que sirva de exemplo concreto para o previsto na Constituição da UPE sobre sua relação com os DCEs.

Sabemos que a reunião de DA ou CA da mesma Universidade pode formar o DCE. Então, cada Universidade pode possuir um Diretório Central, que deve representar, coordenar e orientar o corpo discente da sua Universidade, além dos estudantes poderem contar com o DA ou CA de sua faculdade. Somente no estatuto do DCE da UFPR, sem data, mas aparentemente do final da década de 1970, início de 1980, que o DCE é apresentado como “[...] entidade filiada à União Nacional dos Estudantes (UNE) e à União Paranaense dos Estudantes (UPE), resguardando-se sua autonomia”¹¹¹.

Na década de 1960, os DCEs já existiam, inclusive, o DCE da UP foi fundado em 23 de abril de 1948¹¹². Sem possibilidade de análise da relação entre o DCE e a UPE, apresentamos através dos documentos da DOPS/PR a organização do DCE do início da década de 1960, como entidade paralela a UPE.

O DCE possuía mudança de diretoria anual, assim como a UPE, essa mudança pode ser observada através dos indivíduos que assinavam os documentos destas instituições, que variam de ano para ano. Supomos que as eleições da UPE aconteciam nos últimos meses de cada ano, da mesma forma que as eleições do DCE da UP, que é a única entidade que temos os dias das eleições, das posses e os nomes de todos os integrantes da diretoria. Tivemos conhecimento através de parte de uma ata do DCE, o primeiro documento que se encaixa no nosso recorte temporal sobre esta entidade, que as eleições para gestão 1962-1963 ocorreram no dia 19 de dezembro de 1962, porém só foi empossada 3 dias posteriores por conta das solenidades do Cinquentenário da Universidade do Paraná, que aconteceu no mesmo dia da eleição. E que as eleições da gestão 1963-1964 aconteceram no dia 30 de novembro de 1963, sendo a cerimônia de posse 14 dias posteriores¹¹³, mas

¹¹¹ JORNAL do DCE. Proposta de Estatuto do DCE-UFPR. Sem data. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Diretório Central de Estudantes – Livre da Universidade Federal do Paraná - UFPR**, pasta 747, topografia 84, datada de 1977 a 1982.

¹¹² *Idem, Ibidem.*

¹¹³ Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Diretório Central de Estudantes – Livre da Universidade Federal do Paraná - UFPR**, pasta 747, topografia 84, datada de 1977 a 1982.

porque foram arquivadas pela polícia partes de ata somente do DCE da UP? Notamos que ambos os documentos não são as atas em si, mas são cópias de seu registro no Tabelião de Notas, o que nos implica a suspeitar de uma relação da polícia política para com os cartórios. Porém, não é possível saber se foi o cartório que enviou o documento para a DOPS/PR ou se foram seus agentes os responsáveis por recolher o material.

Estes documentos nos permitem observar que para a tomada de posse havia um ritual a ser seguido, onde o presidente da gestão anterior fazia a abertura com um discurso, depois o presidente da nova gestão discursava e chamava todos os novos membros empossando-os e congratulando-os, e encerrava a sessão. Fazia parte da gestão 1962-1963, como presidente, João César Nicolussi; 1º vice, Danton Siqueira (que era o presidente até então, da gestão 1961-1962); 2º vice, Wilson Dias Flauzino; 3º vice, Polan Ricardo Pachnowski; Secretário Geral, Vânio Coelho; 1º secretário, Raimundo Quara; 2º secretário, João Paulo Noronha; Tesoureiro Geral, José Celso Sapia; e 1º Tesoureiro, Egon Torres Berg¹¹⁴. E da gestão 1963-1964, o presidente foi Silvano Pohl Moreira de Castilho, aluno de ciências econômicas; o 1º vice-presidente foi Gilberto Gomes do Amaral, aluno de direito; o 2º vice-presidente foi José Carlos Palimieri, aluno de engenharia civil; o 3º vice-presidente foi Pedro Adolfo Van Den Brule Matos, aluno de medicina; o secretário-geral foi Osvaldo da Silva Brito, aluno de filosofia; o 1º secretário foi Eucimar de Souza Bittencourt, aluno de odontologia; o 2º secretário foi José Soares, aluno de farmácia; o Tesoureiro-geral foi Fausto Reiner, aluno de engenharia química; e o 1º tesoureiro foi Ney Neto Mendes Ferraz, aluno de agroveterinária¹¹⁵.

Se atentarmos aos cargos citados em cada gestão, podemos observar que ambos são idênticos, deste modo questionamos da existência de uma constituição que rege as leis para o DCE, encontramos no mesmo dossiê o ante-projeto do estatuto do DCE, que estava sendo discutido e ainda para ser aprovado, impresso no Jornal “Boletim”, órgão de divulgação dos diretórios e da representação estudantil da UFPR, que estava divulgando o texto justamente para que os estudantes pudessem estudá-lo para possíveis alterações antes da votação da versão final,

¹¹⁴ 4º Tabelião Vitalício da Cidade de Curitiba. Registro de livro ata. 16 mar. 1963. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Diretório Central dos Estudantes - Universidade Federal**, pasta 748, topografia 84, datada de 1963 a 1982.

¹¹⁵ 8º Tabelião de Notas. Registro de livro ata. 14 dez. 1963. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Diretório Central dos Estudantes - Universidade Federal**, pasta 748, topografia 84, datada de 1963 a 1982.

porém tal jornal é do ano de 1976. Assim, a hipótese é da não existência de um regimento anterior, visto que o jornal explicita a confecção e elaboração de um projeto de estatuto e não a reformulação de um que possa já ter existido. Apesar do DCE da UP ter sido fundado no ano de 1948, como já comentamos, não encontramos nenhum vestígio de um estatuto anterior a 1976, assim como podemos deduzir que a UPE possuía um estatuto anterior ao de 1962, visto que em seu texto está definido que “O Congresso Estadual Ordinário será realizado pelos moldes da antiga Constituição da UPE”.

No dossiê do DCE da UP, organizado pela DOPS/PR temos principalmente documentos da gestão 1963-1964, aonde todos os documentos produzidos pelo DCE foram assinados pelo presidente Silvano e a maioria destes, também por seu secretário geral, Osvaldo. A maioria dos documentos foi encaminhada para o reitor da UP, visto que o DCE é um órgão interno de representação estudantil dentro da universidade. Interessante destacar que há dois documentos encaminhados do DCE diretamente ao presidente da república, João Felchior Marques Goulart e um diretamente ao MEC, o que comprova a autonomia existente do DCE para com a UPE, não existindo uma relação de burocracia hierárquica entre estas duas entidades.

Sobre os DAs ou CAs não foi possível verificar como se dava a organização por conta do reduzido número de documentos nas pastas da DOPS/PR.

CAPÍTULO 4

AS AÇÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL PARANAENSE

[...] a crise escolar que hoje se agudiza liga-se precisamente ao fato de que este processo de diferenciação e particularização [entre escola humanista e profissional] ocorre de um modo caótico, sem princípios claros e precisos, sem um plano bem estudado e conscientemente fixado: a crise do programa e da organização escolar, isto é, da orientação geral de uma política de formação dos modernos quadros intelectuais, é em grande parte um aspecto e uma complexificação da crise orgânica mais ampla e geral (GRAMSCI, 1989, p.117-8).

4.1. Estrutura arquivística dos dossiês sobre o Movimento Estudantil Paranaense

O ME paranaense, assim como o movimento a nível nacional, desenvolveu ações políticas e culturais focando na possibilidade de luta social e de transformação da organização da nação, o que o tornou um movimento passível de vigilância pela polícia política. Através desta vigilância, que resguardou fragmentos documentais produzidos na época, podemos de modo parcial, compreender e reestruturar sua ideologia, suas práticas articulatórias e suas ações de difusão.

Para análise destes documentos foi necessário num primeiro momento realizar um rastreamento. Para tanto, munidos do catálogo da DOPS/PR, que como já comentamos possui 2.378 dossiês, buscamos através dos títulos destes, os que de algum modo se remetessem aos estudantes, tais como os termos: estudantil, estudante, acadêmico e universitário. Deste modo, chegamos a quase 100 dossiês, com uma miscelânea de documentos que variam entre todos os níveis de organização estudantil, existindo pastas específicas sobre a UNE, a UPE, a UPES, os DCE, os DAs, os CAs, os encontros estudantis, as greves e as passeatas. Como nosso interesse está nas organizações estudantis de nível superior do estado do Paraná, reavaliamos nossa proposta e retornamos a fazer outro rastreamento para afunilar a quantia de documentos para análise.

Desta vez, considerando a organização estrutural do estado em forma piramidal, semelhante à estrutura da organização nacional que apresentamos no capítulo anterior, a UPE é a entidade máxima do Paraná, assim ilustrativamente

encontra-se no topo. Tendo como base os membros dos DAs ou CAs de cada faculdade ou de um grupo de faculdades. Assim, fizemos um segundo rastreamento na busca de pastas sobre a UPE, os DCE e os DAs ou CAs.

Sobre a organização máxima estadual, encontramos seis pastas, destas, quatro são intituladas UPE, uma UEE e outra, Diretório Estadual dos Estudantes (DEE), porém destas, somente duas da UPE possuem documentos que abrangem nosso recorte histórico, uma com documentos do ano de 1952 a 1966 e outra com documentos do ano de 1963 a 1975. Interessante frisar que a pasta da UEE, apesar de ter sido produzida pela DOPS/PR não trata do ME paranaense, e sim, dos ME de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo. A pasta DEE é relacionada ao novo órgão estadual criado após o golpe civil-militar, por meio da Lei nº 4.464 de 9 de novembro de 1964, também conhecida como Lei Suplicy, que substituiu as antigas organizações estaduais, como a UPE, e a organização nacional, a UNE, por novas organizações que respondessem diretamente aos interesses do governo ditatorial.

A UNE que já estava extinta por um decreto do marechal Castelo Branco logo após o golpe civil-militar, deveria ser renomeada por Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), porém os estudantes pouco usaram esta nomenclatura, mesmo na clandestinidade continuaram atuando em nome da UNE¹¹⁶. Acarretando em fevereiro de 1967 o fim do DNE já que este não conseguiu se tornar um órgão representativo dos estudantes, que o repeliram, não gerando qualquer resultado lucrativo para o governo do marechal Castelo Branco, responsável pela extinção da UNE e sua substituição pelo DNE (POERNER, 1995, p.256).

No estado do Paraná, segundo matéria do jornal Gazeta do Povo, arquivada na DOPS/PR, foi criado o DEE em agosto de 1965, em face da não adaptação da UPE a Lei nº 4.464 de 1964, porém a UPE não foi extinta e passou a atuar concomitantemente com o DEE. Neste mesmo jornal o acadêmico Herbert Pastor, presidente do DEE e vice-presidente do DNE, é intitulado “[...] presidente do órgão

¹¹⁶ JORNAL CORREIO DA MANHÃ. Integra da lei que extinguiu a UNE. 11 nov. 1964. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

máximo dos estudantes paranaenses [...]”, o que conduz ao rebaixamento da UPE, que “[...] deixou de ser oficial [...]”¹¹⁷.

Quatro meses após a criação do DEE, o presidente do Conselho de Representantes da UPE, o acadêmico Ardisson Nain Akel, se manifestou em entrevista para o jornal Correio do Paraná, alegando que a UPE como uma entidade que não apresenta qualquer tipo de provas que possa ser uma ameaça a segurança nacional, não deveria temer a Lei nº 4.464, pois a entidade não teria motivos para ser fechada e por isso não manifestaria qualquer tipo de repúdio a Lei. Como expõe o estudante, aparentando um discurso conservador, “[...] a UPE goza de situação privilegiada junto à classe estudantil nacional dada sua boa conduta em não permitir infiltração comunista em seus quadros, como anteriormente era comum [...]”¹¹⁸.

Porém, num manifesto aos estudantes do Paraná, assinado por comitês estudantis do DCE e da UPE, solicitando apoio de todos os estudantes para exigirem da polícia a liberação de 36 estudantes destas duas entidades que foram presos durante o 30º congresso da UNE, que se realizou em Sorocaba, encontramos a posição da UPE contrária a Lei nº 4.464, ao declarar que,

a UNE, entidade nacional de representação estudantil negou na prática o DNE – Diretório Nacional dos Estudantes – *órgão forjado pelo [sic] Ditadura de 64 que não corresponderia pelo caráter impopular do governo aos interesses da maioria dos universitários brasileiros*. A UNE – tem efetivamente, sido uma entidade representativa, conduzindo no fundamental, corretamente, o Movimento Estudantil em termos nacionais, penetrando na maioria das escolas, fazendo seus congressos, síntese, sistematização e continuidade das lutas dos estudantes, integrados na luta de todo o povo. (grifo nosso)¹¹⁹.

Esta posição contrária da UPE à Lei Suplicy condiz com o objetivo da criação da Junta Governativa Estudantil durante o Congresso Nacional dos Estudantes, em 24 e 25 de junho de 1964, ou seja, antes mesmo da existência da Lei Suplicy, os estudantes estavam se organizando para lutar contra a extinção da UNE e recuperar

¹¹⁷ JORNAL GAZETA DO POVO. Aumentada tensão na política estudantil. 17 abr. 1966. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

¹¹⁸ JORNAL CORREIO DO PARANÁ. Presidente da UPE não é contra o fechamento de entidades estudantis. 12 dez. 1965. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

¹¹⁹ UPE, DCE, Comitê de Divulgação e Propaganda e Comitê Central de Mobilização. Aos Estudantes do Paraná. Sem data. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2327, topografia 264, datada de 1963 a 1975.

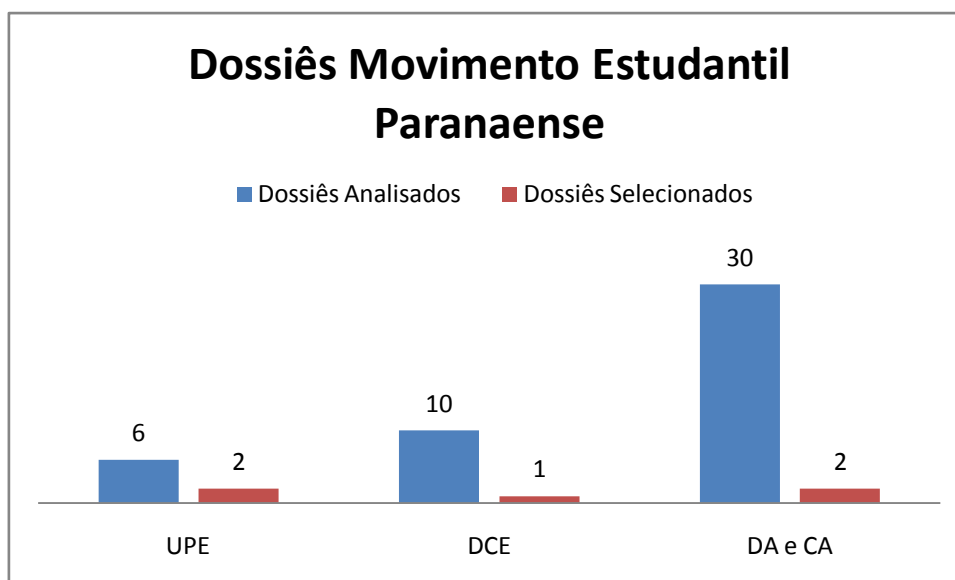
sua sede. Desta Junta fez parte o presidente da UPE da gestão 1963-1964, Ronaldo Antonio Botelho, juntamente com o presidente da UME, da União dos Estudantes de Pernambuco e da UEE de Minas Gerais (POERNER, 1995, p.236-7).

Podemos observar a variação na posição da entidade paranaense, destacando a heterogenia do movimento. Como aponta Paiva (2011, p.27-9), o ME não é homogêneo e não tem sempre em sua atuação reivindicações progressistas e transformadoras, ou seja, não há conteúdos e conceitos permanentes que possam ser atribuídos aos estudantes. Eles assumem novas formas e novas reivindicações de acordo com as necessidades que estabelecem.

Retornando ao rastreamento, sobre os DCEs existem dez pastas, que variam entre os DCE da UP, da Universidade Católica e da Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL), mas somente uma das pastas, nomeada por “DCE da Universidade Federal” contempla o nosso recorte temporal, contendo documentos que variam do ano de 1963 a 1982. As demais pastas possuem documentos, em sua maioria, da década de 1970. Interessante frisar que apesar da UP ter sido federalizada no dia 4 de dezembro de 1950, o termo Federal nos documentos da DOPS/PR, só é acoplado à UP após a instauração do golpe civil-militar, assim, todos os documentos anteriores a 1964 tratam deste DCE como sendo da UP (UFPR).

Sobre os DAs e CAs estão catalogados exatamente trinta dossiês, mas apenas dois abrangem nosso recorte temporal, que são pastas com materiais sobre o, e do, “Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná” com documentos do ano de 1953 a 1972 e sobre e do, “Centro Acadêmico Hugo Simas”, que têm documentos variando do ano de 1948 a 1975. Apesar das outras pastas não tratarem sobre o nosso período, podemos observar através delas a existência de vasto número de organizações estudantis, praticamente todas as áreas de conhecimento possuíam uma organização, ou seja, há DA abrangendo cursos das ciências sociais aplicadas (economia e direito), das exatas e da terra (química), da saúde (medicina, farmácia e odontologia), das agrárias (agronomia e veterinária), das ciências humanas (sociologia, filosofia e teologia), e da lingüística, letras e artes (música e belas artes).

Assim, selecionamos cinco dossiês do ME que possuem documentos que se enquadram no nosso recorte temporal: dois da UPE, um do DCE da Federal, um do DA de Engenharia e um do Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS), conforme ilustramos abaixo.



Analisando a produção dos documentos contidos nestes dossiês observamos que somente 4,6% foram produzidos pela polícia política, sendo 95,4% produzidos pelo ME e arquivados pela DOPS/PR. Questionando a baixa produtividade da DOPS/PR nestes dossiês, observamos que um dos documentos contido nestas pastas foi produzido pelo departamento da DOPS intitulado “Seção de Controle”. Retornando ao catálogo do arquivo público encontramos um dossiê nomeado por “Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Seções de Controle”, que possui alguns relatórios mensais e quinzenais do período de 1961 a 1963. Estes relatórios descrevem alguns fatos ocorridos na situação política e acontecimentos de agitações de caráter social, como movimentos sindicais e estudantis. Deste modo, reunimos aos cinco dossiês sobre o ME, também este dossiê.

Acreditamos que poderíamos encontrar mais informações do ME entre os dossiês da DOPS/PR, tais como “DOPS – documentos anexados às fichas individuais”, “DOPS – documentos antigos”, “DOPS – informantes”, “DOPS – inquéritos”, “DOPS – radiogramas expedidos”, “DOPS – relatórios”, “DOPS – telegramas expedidos”, entre outros 138 dossiês deste nível, porém considerando nosso tempo de pesquisa e as dificuldades encontradas para organizar os documentos, analisaremos somente o dossiê DOPS – Seções de Controle, ampliando para 16,2% a produção da polícia política sobre o ME paranaense entre os seis dossiês seleccionados, tendo consciência que não esgotaremos as informações contidas no Arquivo Público sobre o ME paranaense do nosso recorte temporal.

Nos dossiês selecionados temos documentos anteriores e posteriores ao golpe. Interessante ressaltar que nenhum apresenta documentos do ano de 1960. Assim, não somente pelo fato do nosso recorte temporal iniciar com o governo João Goulart, mas pela inexistência de documentos do ano anterior, é que nosso trabalho inicia analisando documentos de 1961 até o ano de 1964.

Até mesmo os documentos do ano de 1961 são escassos, não sendo possível analisar as ações do ME neste ano, pois só temos quatro documentos dele. Um dos documentos é do mês de abril, sendo uma solicitação de reforço policial para o dia do trote, encaminhada ao Chefe de Polícia assinada pelo presidente da UPE e pelo presidente da comissão de trote¹²⁰. Outro, do mês de setembro, é uma informação também enviada ao Chefe de Polícia, comunicando a realização de uma passeata silenciosa como encerramento da Campanha da Legalidade, enviado em nome da Aliança Operário-Estudantil¹²¹. E os outros dois são relatórios da DOPS sobre os representantes dos DAs do Paraná que irão para o Congresso da UNE e sobre o apoio do ME as reivindicações das Donas de Casa¹²².

A escassa documentação arquivada sobre a UPE no acervo da DOPS/PR do ano de 1961 nos remete a pensar porque encontramos somente estes quatro documentos: Será que a UPE não realizou ações que estimulassem a sua vigilância? A DOPS ainda não via o ME paranaense como uma ameaça à Segurança Nacional? Existe alguma relação entre a falta de documentação com o governo de Jânio Quadros? Neste período ainda era genuína a preocupação com os movimentos sociais? O governo Goulart foi mais merecedor de vigilâncias políticas e sociais?

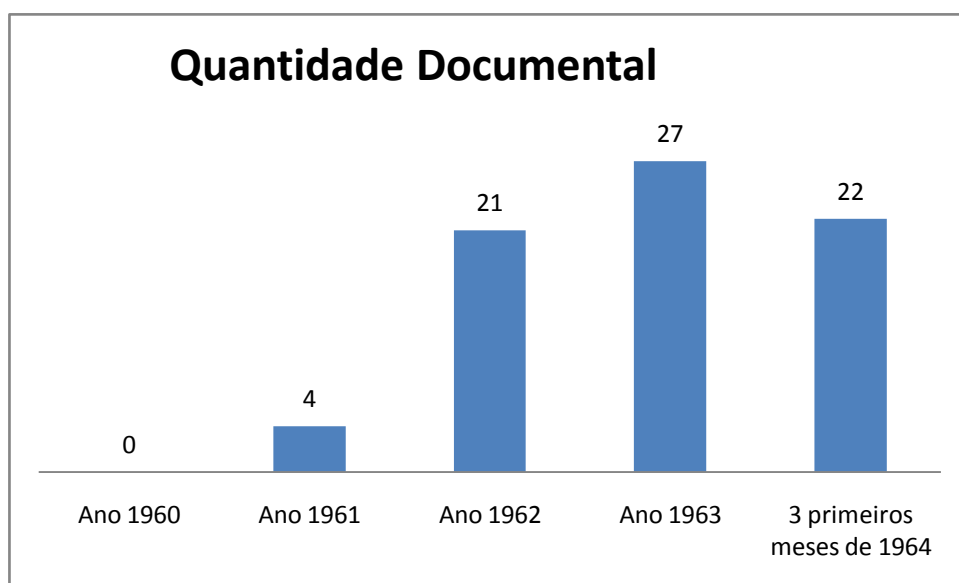
Claro que o governo Goulart foi um grande expoente para o aumento da vigilância, pois como já descrevemos, foi um governo carregado de tensões que desde a posse do presidente, considerado por alguns civis e militares um elemento subversivo por seu histórico de aproximação com as classes trabalhadoras, que representava uma ameaça à segurança nacional (FACHEL e DOMINGUES, 2011,

¹²⁰ UPE. Solicitação ao Chefe de Polícia do Estado. 15 abr. 1961. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

¹²¹ ALIANÇA OPERÁRIO-ESTUDANTIL PRÓ LEGALIDADE. Comunicação ao Chefe de Polícia do Estado. 3 set. 1961. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

¹²² *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Secções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961 a 1963.

p.9). Sendo necessária ainda maior vigilância da sociedade civil, visto que a herança da guerra fria foi a guerra revolucionária, onde inicialmente todos eram considerados inimigos do estado. Assim, nos anos de 1962, 1963 e 1964 a quantia documental arquivada vai gradativamente aumentando em grande proporção, como podemos analisar no gráfico abaixo.



Além, desta característica do contexto social e cultural daquele momento histórico é preciso considerar que os documentos de um arquivo não registram todos os fatos, pois os fatos não foram passíveis de serem todos registrados. Como aponta Artières (1998, p.10) *apud* Silva Catela (2002, p.202) grande parte das condutas sociais e individuais são registradas em papéis, agendas, cartas, receitas, impressos, imagens ou qualquer outro suporte para escrita, porém, acontecem a uma velocidade grande e com técnicas diversificadas, variando de lugar, de hora e até mesmo de humor, não sendo todos os documentos conservados, mas apenas uma parte ínfima deles, e que podem então ser usados, por pesquisadores, como vestígios do passado.

Apenas com os quatro documentos que citamos do ano de 1961 não podemos especificar a vigilância do ME no Estado do Paraná neste período, mas assegurar que a nível nacional o ME, neste ano, já era passível de vigilância. Num documento produzido pelo CENIMAR em 1965, intitulado “porquê a União Nacional

dos Estudantes era subversiva”, há um viés histórico da instituição retornando a acontecimentos relacionados ao ano de 1961¹²³.

No mês de maio de 1961, aconteceu o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em Salvador na Bahia, sendo segundo os militares, um dos primeiros indícios de que o ME nacional era uma entidade subversiva e merecedora de vigilância, pois estava pretendendo além da reforma universitária, uma revolução brasileira de esquerda. Os estudantes, de acordo com este documento do CENIMAR eram “manobrados por agentes comunistas internacionais” para ampliação da força revolucionária, onde estariam obedecendo cegamente e usando a reforma universitária apenas como “um mero retoque de fachada”, conseguindo inclusive apoio de movimentos da juventude católica¹²⁴.

Do ano de 1962 encontramos uma gama maior de documentos arquivados, talvez pelo fato de que naquele ano a capital curitibana recebeu a segunda edição do Seminário Nacional de Reforma Universitária. Este seminário foi o primeiro que contou com a participação da equipe da UNE-Volante, constituída da diretoria da UNE e de membros do CPC. Como um órgão cultural, o CPC, que funcionou junto à sede da UNE, recebeu fortes influências dos assuntos discutidos pelo movimento estudantil.

Sendo este um dos motivos para existir arquivado na pasta sobre a UPE duas peças teatrais assinadas pela equipe do CPC e pela UNE, além dos escritores, datadas do mês de fevereiro e março do mencionado ano. Uma é de Oduvaldo Vianna Filho, intitulada “Brasil – versão Brasileira,” e outra de Arnaldo Jabôr, “A história do Formiguinho e sua Porta ou Deus ajuda os Bão”, ambas do mural “Miséria ao alcance de todos”¹²⁵. Porém, estas não foram as únicas peças teatrais encenadas durante o Seminário. Segundo Arantes (*apud* CALDAS, 2003, p.73-4), uma das peças encenadas se chama “Auto dos 99%”, porém ela não se encontra entre os documentos do ME paranaense. Deste modo, questionamos, porque apenas duas peças foram arquivadas? Buscando mais informações sobre isto visualizamos o dossiê intitulado “Centro Popular de Cultura”, nele encontramos a peça “Auto dos 99%” adaptada pelo CPC do Paraná e outras produzidas por este

¹²³ CENIMAR, Centro de Informações da Marinha. Porquê a União Nacional dos Estudantes era Subversiva. 10 ago. 1965. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

¹²⁴ *Idem, Ibidem.*

¹²⁵ Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

movimento para os teatros de títeres. Mas, o questionamento ainda permanece: qual a seleção realizada pela polícia política para arquivar estas três peças apresentadas durante o II Seminário Nacional de Reforma Universitária em pastas separadas? Talvez, se ainda fosse mantida a organização policial no acervo arquivístico da DOPS/PR poderíamos ter uma resposta para este caso. Porém, a reorganização em ordem alfabética realizada no arquivo após a passagem do acervo para o DEAP impossibilita analisarmos o processo de pensamento da polícia política.

Além disto, o II Seminário definiu como uma das táticas do ME a greve do $\frac{1}{3}$, que exigia a participação de estudantes nos órgãos colegiados, para criar um equilíbrio nos conselhos universitários, onde $\frac{1}{3}$ seria composto de estudantes, $\frac{1}{3}$ de professores e $\frac{1}{3}$ de professores recém-eleitos (SANFELICE, 1986, p.40). Por este fato encontramos, do ano de 1962, doze documentos que remetem a greve no estado do Paraná¹²⁶.

A UPE, para difusão de suas ideologias, contou com um jornal, chamado “Flâmula”, encontramos apenas um exemplar deste nas pastas da DOPS/PR, do ano de 1962. Pelas informações contidas no jornal, ele circulava uma vez por semana, todas as segundas-feiras, para tanto, possuía uma equipe de direção, coordenada por Vicente de Paula Ataíde. Como também existem dossiês sobre jornais, verificamos se existe algum sobre o Jornal “Flâmula”, mas não encontramos nenhum resquício, e assim, mais uma vez questionamos: porque apenas o jornal de 14 de maio de 1962 foi arquivado pela polícia política?

Somente no ano de 1963, começam a aparecer recortes de jornais de circulação popular entre os cinco dossiês que selecionamos, tais como, “Tribuna Popular”, “Diário do Paraná”, “Última Hora”, e outros sem identificação, apontando para indícios de acentuação das vigilâncias sobre o ME. Além dos jornais, existem, deste mesmo ano, espécies de cartas endereçadas ao reitor da Universidade do Paraná, Flávio Suplicy, ao Ministro da Educação e Cultura, Júlio Sambaqui, ao Banco Nacional de Minas Gerais e à comissão organizadora do III Congresso Sindical de Trabalhadores do Paraná, ora solicitando apoio financeiro, ora informando decisões do ME, ou prestando contas. Também é deste ano o manifesto intitulado “Aos trabalhadores, aos estudantes e ao povo” que foi distribuído no dia 1º de maio falando sobre a crise brasileira.

¹²⁶ *Ibidem*.

No ano de 1963 houve grande movimentação no estado do Paraná para enviar 80 estudantes paranaenses, representantes de 33 diretórios e centros acadêmicos, para o XXVI Congresso Nacional dos Estudantes, também chamado de XXVI Congresso da UNE, que ocorreu na cidade de Santo André. Os estudantes do Paraná elaboraram junto a sua bancada uma Carta de Princípios que seria levada para discussão neste Congresso, e também indicou o nome do acadêmico João Cesar Roxo Nicolussi, presidente do DCE da UP para concorrer a vice-presidência da UNE que seria votada ao final do evento. Além disto, também ocorreu no estado o XIX Congresso Estadual dos Estudantes, ou o XIX Congresso da UPE, nele foram discutidas questões sobre os problemas assistenciais, de ensino e de reforma, fatos que estavam presentes na Carta de Princípios do Paraná, e também foram apresentadas as chapas que concorreriam a presidência da UPE e dos DAs¹²⁷.

O ano de 1964 possui maior volume documental em proporção aos anos anteriores, visto que analisamos os documentos de apenas três meses, chegando até o golpe civil-militar, sendo em sua maioria materiais produzidos pelo DCE da UP de circulação interna entre os estudantes e de informes e pedidos ao reitor da universidade, porém, os estudantes não deixaram de se envolver com a política. No dia 31 de março manifestaram-se junto aos trabalhadores contra o golpe e no dia 1 de abril solicitaram à Casa dos Estudantes o empréstimo de um alto falante para esclarecer o povo do golpe deflagrado contra as instituições democráticas.

Os documentos posteriores ao golpe apontam para além da vigilância a ênfase na repressão policial, visto que encontramos um relatório da UPE reclamando a prisão do seu presidente, Ronaldo Antônio Bortelho e duas cartas do DA de Engenharia encaminhada ao delegado solicitando que um de seus colegas presos seja tratado dignamente como pessoa e pondo-se a disposição da polícia para qualquer informação.

Delineados os dossiês que utilizamos para analisar o ME paranaense, vamos avançar especificamente para o conteúdo dos documentos, que de modo parcial sugere a possibilidade de um apontamento sistemático da ideologia e do projeto sócio-político desenvolvido com o objetivo de efetivar o desejo da democratização universitária.

¹²⁷ Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

4.2. Ideologia e projeto sócio-político e cultural do Movimento Estudantil Paranaense

Atuando como um movimento social no conceito de Gohn (2011) e ao mesmo tempo mantendo suas características específicas e particulares, definidas por Bringel (2009), o ME paranaense alinhou-se às reivindicações e ideologias do movimento de âmbito nacional. Segundo Gohn (2011, p.258), através da análise dos discursos e mensagens contidos na produção material e simbólica de um movimento social, podemos captar sua ideologia. Deste modo avaliamos os documentos do ME arquivados no Acervo da DOPS/PR e destacamos que a ideologia, – o “[...] significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas [...]” (GRAMSCI, 1991, p.16) –, do ME estadual entre os anos de 1961 a 1964 foi à democratização da Universidade, que segundo ele, somente seria possível através da Reforma Universitária.

Os estudantes, representados pela UPE, visualizaram na Reforma Universitária a existência de uma filosofia coerente aos seus princípios e problemas, como vemos neste manifesto sem data, ao qual supomos ser de 1962,

Empunhando a bandeira da *Reforma Universitária* e lutando na prática para a conquista de justas reivindicações, a classe universitária encontra resistência por parte dos dirigentes das Universidades, interessados em manter a atual estrutura universitária, anacrônica e caduca. Chegamos à conclusão que só através da unidade de luta do movimento estudantil em torno de reivindicações concretas, poderemos iniciar a *Reforma Universitária*, nosso objetivo supremo. (grifos do original)¹²⁸.

A reforma universitária era o “objetivo supremo”, ou seja, o significado mais alto da filosofia do ME, sendo, segundo o que expõe o editorial do jornal Flâmula, uma reivindicação justa e honesta por significar a elevação do padrão de ensino no estado¹²⁹. Reivindicação que, segundo o ME, ninguém deve

¹²⁸ UPE, União Paranaense dos Estudantes. Manifesto da União Paranaense dos Estudantes aos Presidentes das Entidades Coordenadoras e Representativas dos Universitários Brasileiros: GREVE GERAL NO PARANÁ. Sem data. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

¹²⁹ Jornal Flâmula. Editorial. 14 maio 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

[...] se atreve[r], nos dias atuais, a negar a necessidade imperiosa e inadiável de uma Reforma Universitária. Para a própria sobrevivência da nação, as suas escolas precisam formar os profissionais que o desenvolvimento nacional está a exigir. Para a afirmação do seu próprio conceito de país democrático, o Brasil precisa abrir as portas das suas Universidades, aos que agora, inútilmente, lutam por uma oportunidade de habilitar-se para melhor servi-lo¹³⁰.

Neste período estava ocorrendo um aprofundamento da visão crítica dos estudantes sobre a universidade brasileira, não se restringindo apenas a seus interesses particulares, mas a uma necessidade da nação e de seu desenvolvimento. Como aponta Poerner (1995, p.177), as ações estudantis estavam se caracterizando como um instrumento de manutenção da ordem social vigente, ganhando cada vez mais força e clareza de suas reivindicações ao participarem dos debates sobre a LDBEN. Através dos arquivos da DOPS/PR podemos analisar que os estudantes participavam de palestras e discussões que envolviam a LDBEN. Num recorte de jornal do Diário do Paraná de 1963, a convite do CAHS o professor, Antônio Cesarino Junior, da Faculdade de Direito de São Paulo, estava na cidade de Curitiba pronunciando diversas palestras, tecendo críticas ao sistema de ensino, brasileiro e alertando que a LDBEN, como uma nova legislação do ensino, trazia grande progresso à educação, porém não dispensava a luta pela reforma do sistema, que precisava do empenho de todos, professores e estudantes, para colocar em prática novas maneiras de aproveitamento dos estudos¹³¹.

Cinquenta dias após o pronunciamento do professor Cesarino Junior, os estudantes definiram na Carta de Princípios elaborada para ser apresentada pela bancada paranaense no XXVI Congresso da UNE, que a LDBEN deveria ser reformulada, respondendo aos preceitos que foram estabelecidos durante o III Seminário Nacional de Reforma Universitária, que havia ocorrido no mesmo ano em Belo Horizonte¹³². Neste seminário, o ME a nível nacional, elaborou o documento chamado “Luta atual pela reforma universitária” registrando uma solução tática, definida pelos estudantes como “[...] a melhor forma de condução imediata da luta

¹³⁰ UNE; UPE; DCE da UP; *et. al.* Manifesto aos estudantes e ao povo. 9 jun. 1962. *In:* Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

¹³¹ JORNAL Diário do Paraná. Sem título. 1 jun. 1963. *In:* Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Centro Acadêmico Hugo Simas - CAHS**, pasta 189a, topografia 22, datada de 1948 a 1975.

¹³² JORNAL sem identificação. Carta de Princípios da Bancada da UPE: Apoio a todas as reformas. 20 jul. 1963. *In:* Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

pela Reforma Universitária [...]”, a proposta se resumia na luta pelo envio e aprovação para o Congresso Nacional, de um projeto de Emenda à Constituição e de um substitutivo da LDBEN, os quais formulados pelos estudantes consubstanciavam pontos fundamentais para a imediata Reforma Universitária (LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1963). Esta tática era uma continuação da tática estabelecida por Jango, que os estudantes adaptaram para contemplar a reforma universitária. No primeiro semestre do ano de 1963, Jango já havia proposto mudar a Constituição para efetivar a reforma agrária.

Os estudantes paranaenses ao fazerem tal registro na Carta de Princípios assumiam que estavam ideologicamente em consonância com as decisões e discussões da UNE, registradas na “Luta atual pela reforma universitária”, com interesse de afastarem os obstáculos jurídicos para alcançarem a democratização da universidade. Assim como expôs o documento do III Seminário Nacional de Reforma Universitária:

[...] não surpreende que a conclusão clara seja: a necessidade de um projeto de lei que afastasse os obstáculos jurídicos a democratização da Universidade e associe a luta do movimento estudantil às lutas pelos principais projetos de Reformas de base, e ao mesmo tempo vinculasse as forças populares à luta pela Reforma Universitária (LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1963).

O ME paranaense tinha consciência que existiam medidas concretas dificultando as condições para a eficácia de sua ideologia. Como aponta uma nota oficial da UPE, citada num recorte de jornal no Arquivo da DOPS/PR, “[...] continuam reagindo e procurando impedir a sua consecução [das reformas] aqueles elementos e grupos ligados a interesses antinacionais, defendendo os seus privilégios antidemocráticos”, sendo preciso que, estudantes e trabalhadores, unam-se e somem forças para efetivar as “[...] reformas de base e as medidas que ainda se fazem necessárias para a liberação econômica do Brasil e para uma verdadeira justiça social”¹³³.

Os estudantes, não estavam apenas criando a ideologia da democratização da universidade, mas também formulando uma estratégia política para difundir sua concepção do mundo à massa, assumindo posição de dirigentes e organizadores da

¹³³ JORNAL Última Hora. UPE: “A luta pelas reformas exige participação de todos”. 25 ago. 1963. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

sociedade (MOCHCOVITCH, 1992, p.18). Assim sofriam vigilância das polícias políticas, alegando em relatório interno, que a reunião dos estudantes em Belo Horizonte, “[...] foi a oportunidade que todos os líderes da esquerda esperaram para entrarem em contato direto e assim elaborarem um plano de luta contra o govêrno, partindo do formidável potencial, que são os universitários”¹³⁴.

Mas, para atingir o objetivo, que segundo a polícia era contrário aos interesses do governo, quais eram as mudanças que o ME nacional considerava fundamental que estivessem contidas na LDBEN? De acordo com o documento do Seminário, “Luta atual pela Reforma Universitária”, existiam quatro pontos principais no substitutivo da LDBEN, que eram: o fim da cátedra vitalícia, que deveria ser substituída pelo regime de carreira do professor; a extinção do vestibular, substituindo-o por exames de classificação, e não eliminatórios, não existindo mais o caráter seletivo sócio-econômico no mesmo; um novo planejamento administrativo para distribuição e aplicação das verbas universitárias; e a participação estudantil nos órgãos colegiados na proporção mínima de $\frac{1}{3}$.

O ME nacional desde os Seminários anteriores, sobre a reforma do ensino e da universidade, apontava a preocupação em formular orientações políticas para definir suas ações, porém, somente no Seminário de 1963 efetivamente apresentou um projeto sócio-político e cultural formal, que drasticamente teve suas ações interrompidas com o golpe civil-militar de 1964. Segundo Sanfelice (1986, p.47), a UNE havia previsto encaminhar as propostas, da Constituição e da LDBEN, ao Congresso Nacional somente no início do ano de 1964, pois sabendo que enfrentaria grandes resistências para suas aprovações, trabalharia neste período para angariar força social, levando suas propostas para discussões nos diversos setores sociais, preparando a todos por diversos meios disponíveis para a “grande luta”.

Deste modo, efetivando o papel dos estudantes, enquanto intelectuais organicamente ligados a sua classe, como aponta Mochcovitch (1992, p.18), posicionando-se como os responsáveis por articular uma reflexão entre o bom senso e a filosofia da práxis, levando as massas à tomada de consciência e a homogeneização de uma concepção do mundo que lhe seja autônoma, é que o ME

¹³⁴ DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório. Sem data. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2327, topografia 264, datada de 1963 a 1975.

nacional definiu que deveriam ser, “[...] utilizadas todas as formas de luta: as assembléias, os abaixo-assinados, as manifestações de apoio, os contatos, os telegramas, os manifestos, os panfletos, as passeatas, os comícios, até os remédios mais extremos, quando se tornarem necessários”, para mobilizar todos para uma participação ativa (LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1963). Mas o ME já não estava fazendo uso de todas essas formas de luta anteriormente?

Nos documentos da DOPS/PR, encontramos todas essas formas de luta, sendo utilizadas pelo ME nacional e estadual desde o início dos anos de 1960, porém, ainda não possuíam um projeto tático elaborado. Como dissemos anteriormente, os MEs, antes deste documento nacional, “Luta atual pela Reforma Universitária”, não possuíam um claro e específico projeto sócio-político e cultural que respaldasse teoricamente suas lutas¹³⁵. Assim, após a elaboração de tal projeto nacional, hipoteticamente a produção de materiais da UPE, para ser utilizados como ações de luta, deveriam ter seu auge no final do ano de 1963 e início de 1964, considerando que deveriam desencadear maior vigilância da polícia política. Mas, curiosamente, esses materiais se tornam mais escassos no Acervo da DOPS/PR neste período, dando espaço a documentos de circulação interna do DCE da UP.

De acordo com um relatório sem assinatura, mas supostamente produzido pela DOPS/PR, visto que tem um carimbo da mesma, a reunião dos estudantes em Belo Horizonte, não acarretava maiores problemas para o estado, pois os “elementos” universitários do Paraná que estiveram presentes em Belo Horizonte não tinham “[...] projeção acentuada junto às bases, daí terem sentido dificuldades de articulação desde o início [...]”. Ainda, segundo este relatório, o próprio movimento estudantil paranaense se prejudicava, pois emitia textos com diferentes objetivos que contribuíam para criar confusão,

no plano estadual os Diretórios passaram a lançar manifestos com textos diferentes e objetivos – o que é mais importante, também diferente, contribuindo para lançar confusão às bases [...] o resultado, como tive oportunidade de verificar nas faculdades e na UPE foi o desencanto geral¹³⁶.

¹³⁵ O movimento estudantil desenvolveu antes deste documento outros dois de suma importância, que foram a “Declaração da Bahia” e a “Carta do Paraná”. Porém, nestes documentos não apresentam soluções táticas para concretizar sua ideologia.

¹³⁶ DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório. Sem data. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2327, topografia 264, datada de 1963 a 1975.

Assim, a polícia política mostrava desacreditar as lutas do ME paranaense, podendo ser este um dos motivos para o baixo volume documental arquivado. Este não foi o único relatório da DOPS/PR que encontramos que desacredita as ações do ME paranaense. Em outro, produzido um ano antes, no período da greve do 1/3, de 1962, a DOPS/PR revela que o movimento grevista estava enfraquecido, visto que os acadêmicos não estavam aderindo com força, apesar dos esforços dos dirigentes da UPE em dinamizar a greve com o enterro simbólico do reitor da UP, e, além disso, “os resultados obtidos com o serviço do Alto-Falante, que visavam esclarecer o povo, foi negativo”¹³⁷.

Apesar desta falta de documentação para analisarmos como o ME paranaense estava trabalhando para responder ao projeto sócio-político cultural nacional, teorizado na “Luta atual pela reforma universitária”, temos condições de extrair dos documentos anteriores suas propostas. Segundo Gohn, os projetos estão implícitos nas formas e propostas de solucionar os problemas que demandam, sendo “[...] projetos construídos mais no plano das ideologias e não projetos formais, esboçados segundo etapas que abordam um problema, possuem objetivos, justificativas, hipóteses, metodologias, cronogramas etc. [...]” (2011, p.261).

Claro que o ME paranaense ainda não previa alterar a LDBEN e a Constituição, antes de ser pensado o projeto nacional “Luta atual pela reforma universitária”, mas projetava acelerar o processo histórico brasileiro e concretizar as reformas de base. Por exemplo, o diretor literário do jornal Flâmula, o estudante Romão Silva, era o responsável de no mês de junho de 1962, efetivar o I encontro paranaense de literatura universitária “dando cumprimento às programações reformistas e que digam respeito à melhoria do padrão universitário paranaense e brasileiro [...]”, onde os intelectuais universitários participariam concreta e ativamente da “[...] fase de transição por que atravessamos [...]” acreditando na possibilidade de

[...] acelerar ainda mais o panorama histórico brasileiro, pois que a influência dos intelectuais moços tem a determinante positiva de levar politização e conscientização aos estudantes menos

¹³⁷ DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Mensal. Maio 1962. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Seções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961 a 1963.

apercebidos do desenvolvimento enfrentado pelo Brasil, bem como do estudantes partícipe desse processo¹³⁸.

Pois, para os estudantes, assim como para Gramsci, tomar consciência é possuir uma reflexão inteligente sobre as razões dos fatos e sobre os melhores meios de transformá-los de servidão a uma reconstrução social (NOSELLA, 2004, p.47). Como definem em outra matéria no mesmo jornal, é de real importância, que se “[...] atinja os objetivos da reforma universitária, devendo desenvolver o programa de ensino nos moldes ditados pela citada reforma, a u.n.e. batalha no sentido de uma politização e conscientização nos novos universitários”. Assim, o I encontro paranaense de literatura universitária que só aconteceria um mês depois da publicação deste jornal estudantil, deveria servir como meio de mobilização e conscientização da camada estudantil. Não temos material comentando sobre como foi a realização do encontro literário, mas neste mesmo jornal temos resquícios de sua proposta.

Nas páginas finais deste jornal existe uma coluna intitulada Cultura Literária que traz diferentes contos, histórias e versos, mas todas carregadas com a mesma moral, a de ter consciência política. O primeiro conto, escrito pelo diretor do jornal, Vicente de Paula Ataíde, se chama “duas horas”, onde um trabalhador ervateiro conta sua história, na busca de entender o motivo de trabalhar para os outros. Ele explica como se sente, questiona o mundo, a vida, o sentido de viver para trabalhar e dar satisfação aos patrões e finaliza comparando o frio que faz no interior de sua casa, com a falta de ação dos homens por mudanças sociais, que desejam e pensam em mudanças, que querem se livrar da exploração, mas ficam em silêncio e não socializam suas ideias para colocá-las em prática: “[...] o inferno desta casa fria é a quietude de todos os lados. Se conversa só no fundo da cabeça. Não quero acreditar em mim mesmo. Mas eu gostaria de fugir. Fazer fugir os outros, que são pobres diabos [...]”¹³⁹.

Outro texto é um verso com o título “Novos Rumos”, que também fala da necessidade de reunir forças para lutar pelos que sofrem, para que um dia tenham

¹³⁸ Jornal Flâmula. Flâmula lançará em julho: encontro de literatura universitária. 14 maio 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

¹³⁹ Vicente de Paula Ataíde. Duas horas. In: Jornal Flâmula. 14 maio 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

novos rumos.¹⁴⁰ Outro texto conta a “História do Zé”, que seguiu o mesmo caminho de seu pai e durante a vida toda foi um exemplar funcionário de uma fábrica, que mal conseguia sustentar sua família, assim viveu e morreu na miséria, sem dinheiro até mesmo para comprar um caixão, que teve de ser feito pelos vizinhos¹⁴¹.

No sentido de conscientizar os estudantes, os intelectuais universitários paranaenses estavam aparentemente maleáveis para trabalhar com diversos meios de propagação da cultura. Pela arte buscavam produzir reações críticas, pois segundo o estudante Sérgio Rubens Sossela, na matéria “Apontamentos Críticos”, toda e qualquer obra, seja ela “[...] um conto, novela, poesia, romance, ensaio, história ou teatro” é passível de análises. Quanto mais desenvolvida a cultura e a sensibilidade do olhar analítico, mais considerações podem ser estabelecidas com a obra analisada, tais como:

[...] situando-a na história; classificando; distinguindo o gênero a que pertence; mostrando implicações psicológicas; estudando o certo ou o errado no manejar dos personagens; medindo e pesando a estrutura; o colorido; o ambiente; a relação e afinidade entre as palavras do poema; o conteúdo psicológico das palavras-motrizes; a sinceridade da obra histórica; denunciando a falsa cultura; apontando valores novos [...]¹⁴².

Sendo assim, num contexto de articulação entre a cultura e a política, o ME paranaense incorporou a arte como um meio de comunicação para promover a conscientização popular para uma possível transformação social. De acordo com Caldas, tal processo foi resultado dos debates sobre a função social da arte que giravam no campo do nacional-popular no final da década de 1950, que tinham como objetivos estar “[...] empenhados na busca das raízes da cultura brasileira, da libertação nacional, no avanço pela superação do imperialismo e dos supostos resquícios feudais nas relações de trabalho no campo” (CALDAS, 2003, p.27).

Podemos dizer, com base em Caldas (2003), que as propostas para solução das demandas do ME, nos anos iniciais de 1960, apoiavam-se na relação entre arte,

¹⁴⁰ R.S. Novos Rumos. *In*: Jornal Flâmula. 14 maio 1962. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

¹⁴¹ Jornal Flâmula. História do Zé. 14 maio 1962. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

¹⁴² Sérgio Rubens Sossela. Apontamentos Críticos. *In*: Jornal Flâmula. 14 maio 1962. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

educação e política, usando como instrumentos de comunicação com o povo, com os trabalhadores e com suas bases, a literatura, o teatro político e a alfabetização popular, objetivando uma unificação social para atingir a reforma universitária e a ideologia da democratização da universidade. Como assevera Toledo:

o movimento estudantil – através de sua representação maior, a UNE e as UEEs – teve atuação destacada nessa nova modalidade de agitação política e debate cultural. Além de defender a reforma universitária, o ME buscava associar-se aos demais movimentos de orientação nacionalista e reformista; através de caravanas que percorriam o país, eram exibidas peças teatrais e divulgadas músicas que debatiam o subdesenvolvimento, as reformas de base, a revolução, o imperialismo etc. (2004).

Encontramos poucos indícios nos dossiês da DOPS/PR sobre o uso político que o ME paranaense possa ter feito do teatro e da alfabetização popular. Como comentamos no primeiro tópico deste capítulo, nos arquivos da DOPS/PR tivemos acesso a três peças teatrais apresentadas no II Seminário Nacional de Reforma Universitária, uma arquivada no dossiê do CPC e outras duas no dossiê da UPE, porém, não foi possível através dos arquivos da DOPS/PR analisar como tais peças foram utilizadas pelo ME paranaense. Mas, como já apresentou Caldas em sua dissertação de mestrado, intitulada “Centro Popular de Cultura no Paraná (1959-1964) encontros e desencontros entre arte, educação e política” do ano de 2003, o teatro no Paraná foi utilizado numa dimensão educativa para discutir os problemas sociais e mobilizar o povo para lutar por mudanças.

Não temos clareza se o ME paranaense fez uso dessas peças ou se as deixou a cargo somente do CPC do Paraná, que apesar de contar com participação de estudantes não é considerado um ME, mas um movimento cultural que supostamente serviu de apêndice à UPE. A peça “Auto dos 99%”, contida no dossiê do CPC provavelmente tenha sido apresentada pelo CPC do Paraná, considerando a necessidade de a adaptarem, após ter sido inaugurada pela primeira vez no II Seminário Nacional de Reforma Universitária, que aconteceu em Curitiba em 1962, visto que em sua página inicial possui a informação que foi escrita pela equipe de redação do CPC da UNE e adaptada pelo CPC do Paraná¹⁴³.

¹⁴³ Equipe de redação do CPC da UNE e adaptada pelo CPC do Paraná. Peça Auto dos 99%. 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Centro Popular de Cultura**, pasta 212, topografia 24, datada de 1963 a 1964.

Segundo Caldas (2003, p.76), a peça original, nos moldes escritos pela redação do CPC da UNE, foi apresentada duas vezes durante o II Seminário, uma no auditório da reitoria da UFPR e outra no Teatro Guaíra, sendo a peça que expressou o conteúdo fundamental do seminário da reforma universitária, criticando que 99% da população encontrava-se a margem do ensino superior. Assim, definia-se a programação do Seminário, destacada por Caldas, com base em um informe da imprensa:

Ontem à noite apresentou-se, às 20 horas no Colégio Estadual do Paraná, o Centro Popular de Cultura e a UNE Volante. Após exposição geral sobre o que fazem, foram apresentados dois filmes pelo CPC: “Arraial do Cabo” e “Cinco vezes favela”, e ainda apresentada a Canção do Subdesenvolvido. Para a sexta feira, às 20h30hs, no auditório da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, está programada a apresentação de peças do CPC aos participantes do Seminário, e líderes sindicais de Curitiba, especialmente convidados. As peças serão “Auto dos 99%” e a “Miséria ao alcance de todos”. No sábado acontecerá a apresentação pública das peças no teatro Guaíra (SEMINÁRIO da Reforma Universitária..., 1962 *apud* CALDAS, 2003, p.76).

Como vemos, o “Auto dos 99%” não foi a única peça apresentada, também havendo a apresentação da “Miséria ao alcance de todos”, que de acordo com a capa da peça intitulada “A História do Formiguinho e sua Porta ou Deus ajuda os Bão”, é um mural de peças teatrais, ao qual também faz parte a outra peça teatral arquivada pela DOPS/PR chamada “Brasil – versão brasileira”. Estas duas histórias da “Miséria ao alcance de todos”, são voltadas para questões políticas nacionais, não só de interesse dos estudantes, mas de toda população.

A história do Formiguinho é uma excelente crítica à necessidade da Reforma Agrária que como mostra a peça, só se concretizaria com a união e luta da população, já que ela não é do interesse das forças jurídicas e legislativas, nem da burguesia brasileira e do capital internacional. E “Brasil – versão brasileira” aponta dois empecilhos das mudanças sociais, criticando o envolvimento de empresas estrangeiras no Brasil e as atitudes extremistas e incertas dos sindicalistas que se nomeiam comunistas, apenas por lutarem contra algo que eles não sabem definir, pois não têm objetivos claros e definidos, como deve ter um verdadeiro

comunista¹⁴⁴. Estas duas peças foram encenadas no II Seminário Nacional da Reforma Universitária, não só para conscientizar os estudantes, mas também os trabalhadores que estavam presentes. Podemos observar no excerto acima, extraído da dissertação de Caldas, que também se fez presente, durante o Seminário, os líderes sindicais e outros indivíduos especialmente convidados para assistir a apresentação.

A participação dos trabalhadores, para o ME, estava além da questão de desenvolver o princípio de articulação externa e ampliar força social para suas reivindicações estudantis. A tarefa de orientar o proletariado para novas questões culturais era para os intelectuais universitários, assim como expõe Gramsci, uma preocupação em formar pessoas de visão ampla e complexa para a função de governar em uma futura nova sociedade com interesses coletivos e não individuais ou a pequenos grupos (NOSELLA, 2004, p.42). Assim, a classe operária deveria ser sua aliada natural de luta, pois

[...] não se tratava mais de estabelecer vínculos aéreos e ideais entre o estudante e o povo. Não se tratava mais de uma vanguarda que, desligada da realidade estudantil, ligava-se à realidade popular *em nome* dos estudantes. Tratava-se de incorporar todo um movimento, cem mil universitários, à consciência da luta popular, ligado a ela por compromissos concretos da própria situação estudantil. Tratava-se de perceber que a missão do universitário frente ao povo está, de início, na própria universidade (LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1962, grifo do original).

Neste sentido está imbricada a cultura desinteressada, que os universitários recebem, como responsável pela função processual de transformação social, visto que ela assume significado de cultura de ampla visão, profunda, coletiva e universal, interessando a todos os homens e cooperando para que novos grupos e novos indivíduos se incorporem ao processo hegemônico, garantindo a concretização de uma concepção do mundo, incontestável para renová-la (JESUS, 1989, p.18). Deste modo, os MEs, nacional e estaduais, num manifesto dirigido aos estudantes e ao povo, em 1962, afirmam a importância da educação:

Foi em nossas Faculdades, apesar de tudo, nessas muitas oficinas de tédio e superficialismo, que aprendemos dos mestres, hoje

¹⁴⁴ Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

voltados contra nossas reivindicações, o sentido comunitário da Universidade; professores e alunos identificados na tarefa comum da elaboração cultural, da pesquisa científica, da habilitação técnica, da conscientização social [...]¹⁴⁵.

Rebelando-se para defender uma universidade para o povo, o ME tinha a convicção de conscientizá-lo e lutar com ele para melhorar a realidade brasileira, que fosse capaz de sustentar sua independência econômica e política.

Neste sentido, o DCE da UP no final do ano de 1963 solicita ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) auxílio financeiro especial para desenvolver ações sociais incentivando a Campanha de Cultura Popular e Alfabetização, com conferências, cursos e impressos em geral¹⁴⁶. Este documento foi o único nos dossiês do Arquivo da DOPS/PR analisados, que aponta indícios do ME estar envolvido com a alfabetização. Ao mesmo tempo em que é fundamental por ser um vestígio da relação dos estudantes com esta questão, ele nos instiga a compreender como o movimento paranaense atuou para este objetivo. Porém, seria necessário desenvolver um trabalho de resgate da memória dos ex-militantes da entidade, ao qual não foi possível neste momento. Também existe no dossiê do CPC uma cartilha intitulada “Uma Família Operária” produzida em Belo Horizonte, no ano de 1962, mas também não traz nenhum indício de ter sido utilizada pelo ME paranaense, ou pelo CPC do Paraná¹⁴⁷.

O ME paranaense além de se preocupar com o projeto cultural, como mostramos alguns vestígios de sua existência, também estava buscando conscientizar politicamente suas bases, fortalecendo o princípio articulatório interno. Para tanto, fez uso de práticas de difusão da ideologia voltadas para politização dos estudantes principalmente através de congressos, reuniões, greves, manifestos, panfletos e jornal.

¹⁴⁵ UNE; UPE; DCE da UP; *et. al.* Manifesto aos estudantes e ao povo. 9 jun. 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

¹⁴⁶ DCE da UP. Encaminha plano de aplicação de auxílio solicitado. 24 dez. 1963. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal**, pasta 748, topografia 84, datada de 1963-1982.

¹⁴⁷ CPC. Cartilha Uma Família Operária. 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Centro Popular de Cultura**, pasta 212, topografia 24, datada de 1963 a 1964. Esta cartilha é um livro didático de alfabetização, com frases e ilustrações condizentes com a realidade do contexto de vivência de homens trabalhadores. Apresenta textos como este: “olhem para este barraco. É o barraco de Tomé e Ana. O barraco é de adobe. O chão do barraco é de taco? Não. O chão do barraco é de terra.”

4.3. Práticas de difusão, demandas, princípio articulatório interno e cenário sócio-político do movimento estudantil paranaense

Um movimento social para difundir sua ideologia necessita além de força social externa, fortalecer as articulações com suas bases. Realizando um reagrupamento entre as categorias de análise apontadas por Gohn (2011, p.255), ousamos dizer que para isso, o movimento precisa ter três elementos que se aglutinem e justifiquem seu repertório de ações coletivas, são eles: bases demandatárias, lideranças e articulação interna. Transportando estes elementos para o ME, temos nas bases demandatárias as necessidades e carências dos estudantes, responsáveis pela mobilização destes para a luta e a supressão da demanda. Nas lideranças temos os representantes do movimento, que são os estudantes que tomam a frente da luta, atuando como veículos de expressão e portadores das mensagens e ideologias do movimento. Na articulação interna está a força motriz para as práticas do movimento, visto que as reivindicações não são lutas estabelecidas pelos líderes para benefício próprio, mas para melhoria das condições da camada estudantil.

Para politizar a camada estudantil, os líderes do ME paranaense desenvolveram táticas diversas. Encontramos no arquivo da DOPS/PR uma gama de materiais produzidos pelo ME que apontam a preocupação com a conscientização de suas bases. O documento mais antigo é do ano de 1961, onde a UPE solicita ao Chefe de Polícia do Estado que providencie policiamento especial para o dia do trote, especificando que seria um movimento filantrópico.

Questionamo-nos como ocorria o trote naquela época e encontramos especificações da programação do trote, que era considerado pelo jornal Flâmula, do ano de 1962, a maior festa universitária. Curiosamente no período, este evento era carregado de caráter político, envolvendo calouros, veteranos e a população local. Eram organizados, pela UPE e pelos DAs, desfiles dos calouros pelas ruas da cidade de Curitiba, que competiam entre seus diretórios, ganhando notas de uma comissão que avaliava “[...] crítica, grupo, carro, caracterização masculina, caracterização feminina, [e] conjunto [...]”¹⁴⁸, para no dia posterior durante o baile do calouro ganharem prêmios, como troféus e medalhas. Era uma espécie de evento

¹⁴⁸ Jornal Flâmula. Maior festa universitária do ano: trote geral do calouro. 14 maio 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966

que lembra a organização do Carnaval, reunindo uma multidão para prestigiar, porém, o caráter cômico e irônico do desfile era necessariamente desenvolvido sobre os problemas políticos e sociais do estado, da nação e de assuntos internacionais. Segundo a matéria

[...] as críticas foram perfeitas. Desenhos e dizeres afins numa proporção exata da situação universitária e seu estado de revolta contra os poderes opressores ou não condizentes com o desejo reformista e revolucionário que vive em todo espírito estudantil. Por isso mesmo o trote geral do calouro é medida vitoriosa, e quem o adota, diretório ou centro acadêmico, vive a intensidade do instante de transição porque passa o Brasil [...] ¹⁴⁹.

Como vemos, o caráter político do trote baseava-se na ideologia da reforma universitária, apontando a preocupação do ME conscientizar as suas bases. Era uma atividade que buscava permitir ascender os mais novos universitários para a concepção do mundo da luta estudantil, de modo coerente e homogêneo, que não fosse ocasional e desagregado. Preparando os estudantes, assim como Gramsci assevera que deveriam ser preparados os trabalhadores, para uma participação ativa e consciente da produção histórica do mundo, que fosse uma concepção do mundo unitária, dando possibilidade de atingirem um pensamento mais desenvolvido (MOCHCOVITCH, 1992, p.14).

Esta reivindicação do ME para a efetivação da reforma universitária era resultado dos embates e conflitos sociais do período histórico. Dois dias antes do referido trote, no dia do trabalhador, Jango havia discursado em favor da reforma agrária propondo “[...] a revisão do *Artigo 141* da Carta de 1946 que condicionava as desapropriações de terra à ‘prévia indenização em dinheiro’ [...]” (TOLEDO, 2004, grifo do autor). Fato que gerou indignação dos setores conservadores reacionários, tais como as entidades ruralistas, a alta hierarquia da Igreja católica, os partidos liberais conservadores (União Democrática Nacional e setores majoritários do Partido Socialista Democrático) e a grande imprensa, que contrários a revisão da Constituição se posicionavam contra a reforma prevista por Jango, considerando-o um radical, que queria abolir a propriedade privada e iniciar a comunização do país, apesar do interesse de Jango em nenhum momento ter sido este (TOLEDO, 2004).

¹⁴⁹ *Idem, Ibidem.*

Segundo Toledo, Jango entendia que com as reformas sociais era possível fazer o capitalismo industrial no Brasil alcançar um nível superior de desenvolvimento, pois seria possível

[...] – com as reformas sociais – consolidar o capitalismo industrial brasileiro e torná-lo mais humano e patriótico. Ou seja, nos anos 60, o mito de um *capitalismo nacional e civilizado* – tal como ainda hoje aparece no debate ideológico – era alimentado por Goulart e por alguns setores progressistas e nacionalistas (TOLEDO, 2004, grifo do autor).

A visão dos movimentos com orientação nacionalista e reformista, assim como o ME, reivindicava o alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro. Porém,

em síntese, as classes dominantes e suas elites ideológicas e repressivas, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças etc. [...] (TOLEDO, 2004).

O pronunciamento de Jango no dia do trabalhador de 1962, aliado a outros acontecimentos do período, contribuiu para polarizar ainda mais a sociedade brasileira. Como por exemplo, em fevereiro de 1962, quando ele apoiou a iniciativa do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, para desapropriar os bens de uma companhia telefônica internacional, buscando ampliar o controle do capital estrangeiro no país, e incentivando estudos para implantação da Eletrobrás, e principalmente quando em junho de 1962 ele indicou para Primeiro Ministro San Tiago Dantas, oficializou um governo politicamente mais ofensivo (SKIDMORE, 1982, p.267; CPDOC).

No ano de 1962 o ME nacional e estadual, no início do mês de abril, após encontrar-se no II Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Curitiba, se mostrou mais polarizado ao inserir seu objetivo, da reforma universitária, no movimento mais global da revolução brasileira, enquadrando-a como uma reforma, assim como as demais, indispensável. Afinal, apesar de não ser uma reforma de base transformadora da infra-estrutura social, era a responsável por formar a consciência crítica necessária para que o país pudesse prosseguir no seu desenvolvimento econômico e social. Para tanto, encontraram como tática para

perseguir seu objetivo o levante da Bandeira do $\frac{1}{3}$, que exigia participação de estudantes nos órgãos colegiados de administração da universidade,

[...] essa participação era reivindicada na base de um terço, conforme decisão do Seminário de Curitiba, e deveria ser regulamentada pelos estatutos das faculdades e universidades, uma vez que já estava assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [...] (POERNER, 1995, p.182)

Porém, esbarrando na resistência das autoridades e na recusa de sua reivindicação, a luta evoluiu para a Greve do $\frac{1}{3}$, esta conseguiu alcançar um marco histórico do movimento, paralisando os estudantes a nível nacional por cerca de três meses (SANFELICE, 1986, p.39-40).

Segundo Poerner (1995, p.182), a greve geral nacional decretada pela UNE, foi instaurada após a data estipulada pela entidade máxima nacional para que as faculdades entregassem seus estatutos reformados para o Conselho Federal de Educação. De acordo com as datas dos documentos arquivados na DOPS/PR esta greve no estado do Paraná teve início no final do mês de maio de 1962.

Os estudantes paranaenses não estavam esperando o aval da UNE para iniciar mobilizações através de greves, desde abril o estado estava vivendo as greves estudantis, que reivindicavam qualidade e melhoria das instalações de ensino. No dia 27 de abril, estudantes do curso de engenharia química realizaram assembléia com sua classe, o que mostra a consciência de organização interna do movimento, para debater as irregularidades do corpo docente da faculdade. Durante esta assembléia decretaram greve geral, até que “[...] as autoridades competentes regularizem a situação dos professores em geral. O que mais se critica são os professores catedráticos que não comparecem as aulas e as incapacidades dos assistentes e contratados [...]”¹⁵⁰.

No mesmo período no curso de odontologia os estudantes estavam ameaçando deflagrar greve geral caso não fossem atingidas suas reivindicações. Eles exigiam “[...] a aceleração das reformas das novas instalações. Melhores equipamentos para os laboratorios e contra o excesso de abuso cometido pelo professor de Tecnica Operaria [...]”. Porém, a diretoria estava se mostrando

¹⁵⁰ DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Mensal. Abr. 1962. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Seções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961-1963.

intransigente e de acordo com o que a polícia política observava era “[...] provável que deflagrem greve geral”¹⁵¹. Assim ocorreu, no dia 30 de abril a greve foi deflagrada¹⁵².

Também estava ameaçando greve a faculdade de farmácia, porém não sabemos quais eram as reivindicações. Segundo relatório da polícia a diretoria desta faculdade já estava propensa a atendê-los. O anseio da polícia política para todas estas movimentações é perceptível quando dizem em relatório mensal que: “se a greve da Engenharia Química perdurar e se os estudantes de odontologia deflagrarem a greve, poderá ocorrer a deflagração geral dos universitários do Estado se o Conselho Universitário (UPE) assim o decidir”¹⁵³.

No mês seguinte, no dia 14 de maio foi a vez da Faculdade de Medicina deflagrar greve para reivindicar a desocupação dos andares do Hospital Universitário que estava sendo ocupado por organizações não condizentes com atividades hospitalares¹⁵⁴.

Ao que parece, as greves estudantis eram de grande preocupação da polícia política que estava vigilante a cada movimentação e decisão que os estudantes tomavam. No entanto, a vigilância não era um privilégio do ME. Através das informações dos relatórios, percebemos que a polícia política estava observando toda e qualquer movimentação no estado que em algum momento necessitasse ser controlada com a intervenção policial.

Para o editorial do jornal Flâmula não era de se espantar a frequência dos protestos estudantis devido a quantia de irregularidades presentes nas faculdades paranaenses, assim anunciam,

não nos podemos espantar com a frequência que se estão sucedendo as movimentações de protesto em nosso estado. Em nossa capital estamos assistindo às articulações da engenharia

¹⁵¹ *Idem, Ibidem.*

¹⁵² DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório DOPS. Reunião do conselho permanente da união paranaense dos estudantes. 18 maio 1962. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

¹⁵³ DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Mensal. Abr. 1962. *In*: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Seções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961-1963.

¹⁵⁴ DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório DOPS. Reunião do conselho permanente da união paranaense dos estudantes. 18 maio 1962. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

química, da odontologia, da farmácia e da faculdade de direito de Curitiba¹⁵⁵.

Pois se analisados com profundidade os acontecimentos, percebe-se que “[...] a relação de causalidade não está nas reivindicações [...]”, mas nos “[...] problemas decorrentes daquela estrutura” universitária¹⁵⁶. De fato, neste período, a polícia política não estava intitulado as atitudes reivindicatórias do ME paranaense como ações de cunho comunista. Assim podemos ver no início de um relatório policial do dia 18 de maio de 1962: “Os universitários da Universidade do Paraná, devido as irregularidades concernentes ao corpo docente, há algum tempo que se movimentam para sanar essas irregularidades”. Em momento algum fez críticas negativas a essas ações estudantis¹⁵⁷.

Neste relatório, a polícia aparenta concordar com as reivindicações estudantis ao considerar incompetentes os professores nomeados: “[...] os academicos da Escola de Química, deflagraram a greve devido as irregularidades das nomeações de professores contratados por ‘apadrinhamento’ os quais são incompetentes, além disso os professores catedráticos não comparecem as aulas”. Porém, não deixa de fazer registros nominais de alguns estudantes que participaram do Conselho Permanente organizado pela UPE, no dia 17 de maio. Indicando que durante o conselho havia infiltração policial registrando todos os acontecimentos da noite. O relatório da polícia sobre esta reunião detalha a hora que iniciou a reunião, o tempo de intervalo que foi dado durante a reunião, o número de estudantes presentes, o nome do vice-presidente da UPE que estava dirigindo a reunião, quais foram os estudantes que manifestaram sua opinião para os demais e quais eram as propostas de cada um deles¹⁵⁸.

Desta reunião que inicialmente era para discutir a greve das Faculdades já mencionadas, surgiu pela primeira vez nos documentos da DOPS/PR a reivindicação dos estudantes por $\frac{1}{3}$ de participação nos órgãos colegiados, além das reivindicações particulares da cada faculdade. Assim registra o relatório:

¹⁵⁵ Jornal Flâmula. Editorial. 14 maio 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

¹⁵⁶ *Idem, Ibidem.*

¹⁵⁷ DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório DOPS. Reunião do conselho permanente da união paranaense dos estudantes. 18 maio 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

¹⁵⁸ *Idem, Idibem.*

[...] como reivindicação [sic] os academicos exigem de que sejam atendidos as reivindicações [sic] dos estudantes de odontologia, engenharia química e medicina, além disso exigem também a regulamentação da participação de um terço (1/3) de estudantes no Conselho Técnico Administrativo das Faculdades já prevista na Lei de Diretrizes Bases de Educação.

Como este Conselho foi um momento de intervenção da UPE nos assuntos imediatos das Faculdades, é notável que a questão da greve do $\frac{1}{3}$ foi trazida para os diretórios estudantis paranaenses neste momento, pela UPE, que dando continuidade as greves no estado já estava partilhando das reivindicações nacionais da UNE. Em manifesto da UPE aos presidentes das Entidades Coordenadoras e Representativas dos Universitários Brasileiros, sem data, mas pelo teor podemos dizer que foi escrito no dia do Conselho Permanente, a UPE explica que analisou e enumerou os seguintes motivos das greves das faculdades no Paraná,

- 1- Incompatibilidade dos alunos com a direção da escola;
- 2- Situação de revolta dos alunos contra os maus professores e catedráticos inéptos;
- 3- Insuficiência de material de prática de aprendizagem, laboratórios, etc.;
- 4- Horários de aula absurdos, condicionados sempre às conveniências dos professôres;
- 5- Inexistência de um critério na formação do corpo docente nas faculdades, sendo contratados professôres sem ser aferida a sua capacidade didática e quase sempre por injunção do catedrático;
- 6- Descaso dos responsáveis pelos órgãos diretivos das faculdades no trato das reivindicações estudantis¹⁵⁹.

Após análise, a UPE percebeu que todos estes problemas revelam a contradição existente no sistema educacional brasileiro. E baseando-se nas reflexões sobre a realidade das Universidades durante o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, considerou como reivindicação prioritária da greve geral a

[...] *Participação de $\frac{1}{3}$ de estudantes nos CTAs, Congregações e Conselhos Departamentais das Universidades*, e também a participação na referida proporção nas comissões encarregadas da

¹⁵⁹ UPE, União Paranaense dos Estudantes. Manifesto da União Paranaense dos Estudantes aos Presidentes das Entidades Coordenadoras e Representativas dos Universitários Brasileiros: GREVE GERAL NO PARANÁ. Sem data. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

reformulação dos estatutos da Universidade e regimentos internos das faculdades. (grifo do original)¹⁶⁰.

Basicamente, a reivindicação do $\frac{1}{3}$ era a transformação dos problemas de cada faculdade numa espécie de macro problema, pois segundo o manifesto, quando atendida a reivindicação macro, os estudantes terão influência nas “[...] decisões dos órgãos diretivos e, conseqüentemente, nos destinos da comunidade universitária, da qual constituem parte integrante e principal”. Assim, esses problemas individuais de cada faculdade poderiam ser resolvidos com mais facilidade. Como expressa a UPE num panfleto sobre a greve geral, após enumerar os seis pontos dos motivos das greves das faculdades, que citamos anteriormente, “para a solução destes problemas pleiteamos a participação de $\frac{1}{3}$ dos alunos nos: CTAs, Congregações e Conselhos Departamentais das Universidades”¹⁶¹.

Somente quinze dias depois da deflagração de greve geral no Paraná foi decretada pela UNE greve geral nacional, ou seja, no dia 1º de junho (POERNER, 1995, p.182). Durante o período da greve geral o ME paranaense esteve sempre alimentando sua reivindicação, e buscando esclarecer sua classe sobre a necessidade de união para a luta. Assim, no dia 4 de junho organizou uma palestra sobre a reforma universitária com o convidado professor, Álvaro Vieira Pinto, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e Diretor do ISEB. Há dois documentos nas pastas da DOPS/PR solicitando o auditório do Teatro Guaíra para realização desta palestra, mas não há nenhum registro da DOPS relatando como foi a palestra. Uma das solicitações foi enviada ao Superintendente do Teatro Guaíra e outra para o delegado da DOPS/PR. Nesta, a UPE informa ao delegado, tratado por Vossa Excelência, que “[...] o movimento grevista é pacífico e está [ilegível] nas mais justas reivindicações da classe estudantil universitária do Paraná”¹⁶².

No dia 18 de junho a UPE enviou nova solicitação a DOPS/PR, desta vez pedindo permissão para realizar um comício no dia 22 para esclarecer aos estudantes e ao povo os motivos determinantes da greve, ao qual a DOPS liberou

¹⁶⁰ *Idem, Ibidem.*

¹⁶¹ UPE, União Paranaense dos Estudantes. Panfleto: Porque Estamos em GREVE. Sem data. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

¹⁶² UPE. Solicitação a DOPS. 23 de maio de 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

sua realização. Certamente pelo fato, como já dissemos anteriormente, de desacreditar das ações do ME, visto que registrou em relatório que o comício não foi eficiente, pois pouco chamou atenção da população. Segundo este relatório “compareceram a concentração pouco mais de 100 acadêmicos e na hora de maior assistência, na praça General Ozorio havia pouco mais de 200 pessoas, sendo que trinta eram elementos da Polícia Civil”¹⁶³. Assim, três dias após o comício, a UPE enviou a DOPS/PR um agradecimento à eficiente cobertura policial.

Não há relatos no Acervo da DOPS/PR sobre o final da greve geral no estado do Paraná, mas o importante é relatar que os objetivos pleiteados pelos estudantes foram alcançados, sendo um resultado positivo parcial e regional da luta do ME nacional. Como diz Poerner, ao retratar o movimento a nível nacional,

Embora sem alcançar seus objetivos iniciais, a greve do um terço não pode ser considerada um fracasso total, pois, no seu decurso, contribuiu, sem dúvida, para aumentar a consciência política do estudante e para sensibilizar a opinião pública em torno dos problemas da universidade no Brasil. Falharam, todavia, os seus organizadores, [...] o que resultou, em conjunto, no enfraquecimento da atuação política estudantil, mesmo se computados os sucessos parciais ou regionais da greve, como o obtido no Paraná, cuja universidade adotou a proporcionalidade de um terço de representação estudantil na composição de seus órgãos colegiados (POERNER, 1995, p.183-4).

Mesmo com esta vitória, o ME paranaense não deixou de lutar pela reforma universitária, que era seu objetivo supremo. De acordo com os arquivos da DOPS/PR o ano de 1963 foi marcado por dois congressos, o nacional e o estadual, e o III Seminário Nacional da Reforma Universitária, que conduziram o movimento estadual a debater e formular a Carta de Princípios da Bancada Paranaense e definiram a nível nacional a tática de luta, que foi expressa no documento “Luta atual pela Reforma Universitária”, que já analisamos no tópico anterior, e como vimos tinha o objetivo de ser posto em prática no início do ano de 1964, porém foi interrompido com o golpe civil-militar. Interessante destacar que no ano de 1963 os relatórios da DOPS/PR, que comentam sobre vigilâncias ao ME reduziram de sete

¹⁶³ DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Mensal. Maio 1962. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Seções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961 a 1963.

em 1962 para um em 1963. Sendo o documento que comenta sobre o III Seminário Nacional da Reforma Universitária, como já o citamos anteriormente¹⁶⁴.

Nos quatro primeiros meses do ano de 1964 a polícia política não arquivou muitos documentos da UPE, porém arquivou uma gama documental do DCE da UP. Assim temos cinco solicitações encaminhadas ao reitor Flávio Suplicy para que pagasse as passagens e desse ajuda de custo para membros do DCE fazerem parte do I Conselho Ordinário da UNE, que ocorreu em Florianópolis de 5 a 12 de janeiro, do I Seminário Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, que se realizou na Universidade Rural do Brasil, nos dias 17 a 24 de janeiro, do I Encontro Nacional de Executivas e Diretórios Centrais de Estudantes, no Rio de Janeiro, e para um evento de engenharia em Porto Alegre. Em outras três solicitações, também para o reitor, onde pedem dinheiro para recepção do Dr. Toledo, representante da Petrobrás, para o frete do transporte dos móveis do DCE para a nova sede, e para aquisição de um fogão para o restaurante do DA Nilo Cairo (Faculdade de Medicina da UP).

Há uma solicitação encaminhada ao presidente João Goulart pedindo que ajude a manter o restaurante universitário. Uma solicitação para que um estudante seja dispensado do trabalho para ajudar no planejamento da ocupação do novo prédio do DCE. Uma solicitação para a Casa do Estudante emprestar um auto-falante e nove solicitações para estudantes membros do Conselho de Representantes do DCE justificarem por escrito sua falta na reunião do Conselho que se realizou no dia 28 de fevereiro¹⁶⁵.

Este Conselho de Representantes do DCE foi organizado no palácio dos estudantes, para discutir os motivos do reitor da UFPR, Flávio Suplicy, ter convidado o professor Darcy Ribeiro, que como comentamos no primeiro capítulo era chefe da Casa Civil da Presidência da República e reitor da Universidade de Brasília, para proferir a aula inaugural da UFPR em 1964. Nesta reunião os estudantes destacaram os seguintes fatos:

I – que o Sr. Prof. DARCY RIBEIRO é homem engajado e integrado no processo de libertação [sic] nacional, sendo representante das aspirações, – das posições e pensamento nacionalistas do povo [sic] brasileiro;

¹⁶⁴ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal**, pasta 748, topografia 84, datada de 1963-1982.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

- II – que a Universidade é, também, objeto de reforma estrutural no encaminhamento do processo de libertação nacional e de desenvolvimento cultural e educacional do País;
- III – que a Reitoria da UP, por atos e palavras, tem adotado, até aqui, uma orientação frontalmente contrária àquilo que o estudante brasileiro entende como REFORMA UNIVERSITÁRIA;
- IV – que os Universitários da Universidade do Paraná, são radicalmente contrários à permanência no poder do Reitor FLÁVIO SUPPLY DE LACERDA. (grifo do original)¹⁶⁶.

Segundo os estudantes, o reitor é um conservador e retrógrado, e escolheu Darcy Ribeiro, por este ser engajado no processo de desenvolvimento nacional. Assim, Suply ficaria bem visto aos olhos dos “poderosos da república”, para então conseguir ser escolhido mais uma vez como reitor da UFPR. Assim, deliberam que devem denunciar à classe universitária a “[...] intenção politicante do convite formulado pela Reitoria [...]”, e apontam:

- I – está próxima a indicação da lista tríplice da qual será escolhido o próximo Reitor, por nomeação do Presidente da República;
- II – está o Sr. Reitor mal colocado ante a Presidência da República, por suas posições retrógradas e contrárias ao desenvolvimento autônomo da Cultura Nacional;
- III – aparentando tomar posições coerentes com os anseios populares, convidou um Professor notabilizado pelas boas progressistas posições como as do Sr. DARCY RIBEIRO;
- IV – com isto pretende engodar o Ministério da Educação e a Presidência da República, com vistas a ser reconduzido a Reitoria da UP. (grifo do original)¹⁶⁷.

Os estudantes decidiram que seriam contrários ao reitor, porém, não teriam nada contra Darcy Ribeiro, apenas repudiavam a manobra política do reitor e sua mistificação. Assim, enviaram uma nota de esclarecimento e informativa para o próprio Darcy Ribeiro, e outra para o presidente João Goulart. Tal atitude, apesar de ser um fato específico da UP, não deixou de estar em consonância com as reivindicações estaduais representadas principalmente pela UP. Como vemos na declaração dos estudantes, eles estavam preocupados com a luta pela ideologia do movimento como um todo, ao destacarem a defesa pela reforma universitária. Luta que, segundo eles, estaria mais distante se o reitor conservador permanecesse no

¹⁶⁶ DCE da UP. Reunião Conselho de representantes do DCE. 28 fev. 1964. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal**, pasta 748, topografia 84, datada de 1963-1982.

¹⁶⁷ *Idem, Ibidem.*

poder da Universidade. De fato, Suplicy seria alçado à Ministro da Educação dos militares golpistas, justamente por seu compromisso político.

E, assim, a luta do ME estadual perdurou, mesmo sendo carregada de embates e divergências internas. No dia em que iniciou o golpe militar, 31 de março de 1964, com a movimentação das tropas de Minas, os estudantes, juntamente com movimentos de trabalhadores e partidos políticos já se manifestavam contra o golpe e denunciavam,

a crise nacional, deflagrada pelos governadores Magalhães Pinto Adhemar de Barros, Ildo Menegheti, Ney Braga e Carlos Lacerda, após os pronunciamentos do Presidente João Goulart nos comícios dos dias 13 e 30 de março, é uma crise de luta aberta contra as reformas de base que, agora, começam a ser efetivadas pelo Governo Federal. Só após êstes atos é que as reformas passaram da teoria à prática; só após êles é, que as forças da reação passaram ao ataque contra o Governo do Presidente João Goulart¹⁶⁸.

A continuação desta história foi a traumática instauração da ditadura civil-militar que durou 21 anos, perseguindo o ME, os professores e extinguindo a UNE.

¹⁶⁸ Comando Geral dos Trabalhadores, Frente de Mobilização popular, D.C.E, UPES, Deputados Luiz Alberto Dalcanalle, Leo Naves Barcellos, Walter Peicoits, Waldemar Daros, pela bancada do PSB. CONTRA O GOLPE. 31 de março de 1964. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal**, pasta 748, topografia 84, datada de 1963-1982.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizando o desenvolvimento das ações políticas, culturais e sociais do ME paranaense, as quais se demonstraram possíveis de serem cotejadas no período que compreende o recorte temporal desta pesquisa, do ano de 1961 a 1964, podemos afirmar que elas foram importantes lutas reivindicatórias para os interesses da camada estudantil e também para a população, principalmente quando o ME buscou articular a almejada reforma universitária com as reformas de base. Segundo os estudantes, essa, do mesmo modo que as reformas infra-estruturais eram indispensáveis para eliminar os obstáculos existentes à promoção e desenvolvimento econômico e social do país. Afinal, através da democratização da educação, que fosse voltada para as questões sociais, era possível formar a consciência crítica necessária à população para progredir nas suas lutas emancipatórias.

A importância das lutas desenvolvidas neste momento pode ser percebida pelo simples fato do ME ter sido alvo de vigilância da polícia política desde períodos considerados democráticos. Lembremos que a função da DOPS era manter a ordem política e social e garantir a segurança pública, baseada na doutrina de segurança nacional elaborada pela ESG que por sua vez, preconizava a preocupação com a guerra subversiva ou revolucionária, que poderia ser desencadeada com os conflitos internos geralmente inspirados numa ideologia que aos poucos buscava controlar a nação para atingir o poder. Considerando que o ME possuía uma ideologia e que para concretizá-la buscava ampliar força social, este era considerado pela polícia política um foco de ameaça à hegemonia burguesa, portanto, passível de vigilância.

Como todas as atividades de controle e prevenção da DOPS dependiam de seu acervo arquivístico para funcionar, pois sua base era o gerenciamento de informações, através de três princípios fundamentais, investigar, censurar e reprimir, seu arquivo continua sendo essencial para compreender as vigilâncias exercidas sobre os movimentos que em algum momento apresentaram necessidade de neutralização, mesmo após a Delegacia ser desativada. Assim, o Acervo da DOPS/PR, desde 1991 em poder do DEAP/PR, atualmente aberto a consulta sem qualquer tipo de restrição, mostrou-se imprescindível para podermos durante esta pesquisa recuperar a história do ME no período pré-ditatorial, visto que nem mesmo a entidade máxima do estado, a UPE, conhece sua história deste período.

Apesar do Arquivo da DOPS/PR ser fragmentado e limitado, pois seus agentes arquivavam o que lhes convinham para conhecer o vigiado e posteriormente, se necessário, utilizar provas para incriminações jurídicas, ele é uma interessante faceta de análise do universo da vigilância e do universo dos vigiados. Contudo, se os documentos foram produzidos pela própria Delegacia porque não é possível compreender todo o universo da vigilância? Buscamos explicar no decorrer da pesquisa que o Arquivo DOPS/PR além de sofrer com o filtro policial quando arquivava e selecionava os materiais produzidos pelo movimento vigiado, não foi transferido na íntegra para o DEAP, gerando um desconhecimento atual de cerca de 23% de seu material. Além disso, o arquivo perdeu sua organização inicial quando o DEAP/PR criou uma nova forma de arquivar e nem todas as atividades de vigilância foram registradas. Assim, afirmamos que este arquivo é uma faceta destes dois universos, carente de novas análises e pesquisas.

Aparentemente, ao falar das atividades exercidas pela DOPS temos a impressão de que este era um setor organizado e coerente aos seus princípios. Porém, nos materiais que manuseamos para desenvolver tal trabalho, percebemos que sua função primordial, a armazenagem de informações, não era totalmente ordenada. Como dissemos, os dossiês possuem em seu interior documentos duplicados, ou em pastas trocadas, com grandes períodos temporais sem qualquer tipo de informação sobre a entidade vigiada, aqui no caso, o ME. Isto acarreta dizer que a DOPS/PR não era um órgão tão bem estruturado, apesar de ser complexo.

Assim, mesmo com estas dificuldades, este fundo documental é fonte privilegiada de investigação histórica dos fatos ocorridos com o ME paranaense no período pré-ditatorial, sendo também gerador de ações pedagógicas, não só pelo conteúdo dos arquivos, como também pela manobra de arquivamento e filtros de seleção pelos quais passavam os mesmos. Esta documentação possibilita conhecer a vigilância em períodos considerados democráticos, a ocultação de documentos, a relação entre a polícia política e o movimento estudantil, as reivindicações estudantis, a organização política, social e cultural dos movimentos, as ideologias da polícia e do movimento sob vigilância, entre outros.

No arquivo, estão canalizadas identidades sociais e relações entre indivíduos e organizações que precisam ser desveladas e trazidas à tona, pois elas implicam a reconstrução de memórias e de identidades de entidades sociais e coletivas, como o movimento estudantil paranaense, sendo possível, através do arquivo, capturar

sentidos que se condensam em determinado tempo e se manifestam em determinado momento histórico. Ele é um lugar de enigmas, carregados de poderes e representações de mundo, que merece ser mais explorado, recuperando a história da nação. Para que sirva, como diz Gramsci, como um meio de conhecer o passado, pensar o presente e projetar um futuro coerente, pois o homem conhecendo sua história mesmo que genericamente, ele pode tornar-se consciente e ter capacidade de modificação.

Esta pesquisa além de trabalhar com esta documentação dos arquivos da DOPS/PR, que são pouco pesquisadas no estado do Paraná, foi um grande desafio principalmente por conta do recorte temporal e do baixo interesse por pesquisas deste período, acarretando um escasso material tanto sobre o contexto nacional e mais ainda sobre o contexto estadual.

Apesar das limitações, conseguimos mostrar o crescimento da politização do ME paranaense que mesmo possuindo uma organização heterogênea, com ideias divergentes e diversas, conseguiu definir nestes anos iniciais da década de 1960 seu “objetivo supremo”, ou seu ideal comum, o da melhoria das condições universitárias, o acesso, a qualidade do ensino e da estrutura docente e também da estrutura física dos estabelecimentos.

Reivindicações que foram pouco prejudicadas com as mudanças do ano letivo acadêmico e com as dinâmicas de transações anuais da diretoria da UPE, visto que nos quatro anos (1961-1964) sempre manteve a sua luta ideológica na defesa da reforma universitária, evoluindo até o desenvolvimento de uma tática de luta nacional, teorizada no documento produzido no III Seminário Nacional de Reforma Universitária, “Luta atual pela reforma universitária”. A entidade paranaense conseguiu garantir a sequência do seu princípio articulatório interno e externo, ao buscar a conscientização política e social e as práticas de difusão de sua ideologia, sendo eficiente na união de força social, capaz de responder as demandas educacionais e sociais desenhadas no cenário sócio-econômico e político. Deste modo, sua identidade não pode ser considerada afetada pela variação e oscilação entre posições de esquerda e direita que existiram no caráter interno da instituição. Em relação as demandas, mesmo quando imediatas aos estudantes, como no caso das defendidas principalmente pelo DCE da UP, neste período, não se sobressaíram às discussões de maior alcance político e social, apesar do movimento estadual não ter desenvolvido um claro e específico projeto sócio-político e cultural.

Fato é que as reivindicações do ME e sua tática de luta foi interrompida com o golpe civil-militar, que basicamente estancou o debate político que estava se desenvolvendo na sociedade durante o governo Jango, desde seu início foi carregado de tensões, centralizando-se em torno das reformas sociais e políticas. Interrompeu também um rico debate que estava se processando num nível político, ideológico e cultural, através do ME e também de partidos políticos, associações de classe, movimentos culturais, de alfabetização, entre outros.

Claro que de modo algum esgotamos aqui a história do ME do início da década de 1960. Como afirmamos, o próprio arquivo investigado tem suas limitações. Portanto, são necessários novos estudos no arquivo e também em novas fontes. Esperamos com este estudo contribuir com uma parte inicial para a reconstrução da história da UPE neste período e que ela seja completada por novas pesquisas a partir das diversas lacunas existentes, como a organização, as ideologias imbuídas em cada gestão, às influências existentes nas tomadas de decisões, nos discursos, e assim por diante.

Esperamos que o ME ao recuperar sua história, recupere suas articulações e atinja novas conquistas baseadas nas necessidades e demandas deste novo período histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Maria Aparecida de. O DEOPS/SP em busca do crime político. *In*: AQUINO, M. A. de; *et. al.* **Em busca do crime político**. Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. Coleção Dossiês Deops – São Paulo: radiografias do autoritarismo republicano brasileiro. Volume 4.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: SP, Edusc, 2005.

BOMENY, Helena. O sentido político da educação de Jango. *In*: CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **A trajetória Política de Goulart**: na Presidência da República. [s.d.]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_sentido_politico_da_educacao_de_Jango>. Acesso em 06 de jun. 2012.

BRAGA, Suely. Vice-presidente pela primeira vez. *In*: CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **A trajetória Política de Goulart**: na Presidência da República. 2004. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJK/Vice_Presidente_pela_primeira_vez>. Acesso em 06 de jun. 2012.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. 8ªed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Economia Brasileira: Uma introdução Crítica**. 4ªed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. **ECCOS – Revista científica**. Vol.11. Nº1. Fev./Jun., 2009. P.97-121. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/715/71512097006.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2012.

BRUM, Argemiro J.. A Crise de 1961 a 1964. *In*: **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 75-93.

CARANDELL, José Maria. **La Protesta Juvenil**. Barcelona: Salvat, 1973.

CALCIOLARI, Sílvia. **Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)**. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 2006.

CALDAS, Ana Carolina. **Centro Popular de Cultura no Paraná (1959-1964): encontros e desencontros entre arte, educação e política**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

CARPI, Lúcia; CAMPOS, Jéssica Moura. Política, Ciência e “Higiene Social”. *In: DOPS: A lógica da Desconfiança*. 2ªed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado, 1996. P.28-31.

CASTRO, Celso Corrêa Pinto de. Os militares e o governo João Goulart. *In: CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. A trajetória Política de Goulart: na Presidência da República*. [s.d.]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_militares_e_o_governo_JG>. Acesso em 10 de jun. 2012.

CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 8ªed. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina**. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COSTA DE PAULA, Gil César. Um referencial teórico para interpretação do movimento estudantil brasileiro. *In: Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás: Movimentos Estudantis*. v.30, n.11, nov. 2003. (p.2471 – 2485).

CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Anos de Incerteza (1930 - 1937): Polícia política**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/PoliciaPolitica>>. Acesso em 6 fev. 2012.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. 7ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

DIEGUES, Carlos José Fontes. Cacá Diegues: depoimento [27.10.2004]. **Projeto Memória do Movimento Estudantil**. Entrevista concedida a Carla Siqueira. Disponível em: <<http://www.mme.org.br/main.asp?View=%7BD8F61CAF-FA6F-480C-B5B8-2B7E57510000%7D&Team=¶ms=itemID=%7B80252FA7-3450-480B-9F22-A9B6ECCD8BAD%7D%3B&UIPartUID=%7BD90F22DB-05D4-4644-A8F2-FAD4803C8898%7D>>. Acesso em 24 jun. 2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUTRA, José Carlos. A Revolução de 1964 e o Movimento Militar no Paraná: a visão da Caserna. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 22, p.195-208, jun. 2004.

FACHEL, Claudio; DOMINGUES, Camila (org.). **Os 50 anos da legalidade em imagens**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital. Diretoria de Jornalismo. Porto Alegre: CORAG, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. As reformas de Base. *In*: CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **A trajetória Política de Goulart**: na Presidência da República. 2004. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base>. Acesso em 09 de jun. 2012.

FIUZA, Alexandre Felipe. **Entre um Samba e um Fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9ªed. São Paulo: Loyola, 2011.

GOMES, Carlos Alberto Ferreira. **Planejamento e Industrialização em Regiões Periféricas: As Ideias da CEPAL no projeto paranaense de desenvolvimento**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 9ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GURGEL, José Alfredo Amaral. **Segurança e Democracia**: “Uma reflexão política sobre a doutrina da Escola Superior de Guerra”. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, J. Olympio, 1975.

HELLER, Milton Ivan; DUARTE, Maria de Los Angeles González. **Memórias de 1964 no Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência Democrática: A repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Desafios e rumos da política educacional**. *In*: CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **A trajetória Política de Goulart**: na Presidência da República. 2004. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Desafios_e_rumos_da_politica_educacional>. Acesso em 06 de jun. 2012.

IPÓLITO, Verônica Karina. **É permitido proibir: o DOPS e a repressão aos comunistas no norte do Paraná (1945-1953)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

JESUS, Antônio Tavares de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez: Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1989.

LONGHI, Carla Reis. O SNI e seus tentáculos: representações de um projeto de sociedade. In: AQUINO, M. A. de; et. al.. **Em busca do crime político**. Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. Coleção Dossiês Deops – São Paulo: radiografias do autoritarismo republicado brasileiro. Volume 4.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001.

MARTINS, Carlos Estevam. Carlos Estevam Martins: depoimento [13.06.2005]. **Projeto Memória do Movimento Estudantil**. Entrevista concedida a Angélica Muller e Ana Paula Goulart. Disponível em:
<<http://www.mme.org.br/main.asp?View=%7BD8F61CAF-FA6F-480C-B5B8-2B7E57510000%7D&Team=¶ms=itemID=%7B5D2611AA-301C-4319-9BC9-BB57C187AE6B%7D%3B&UIPartUID=%7BD90F22DB-05D4-4644-A8F2-FAD4803C8898%7D>>. Acesso em 05 jun. 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ofício das Sombras. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. [s.d.]. p.55-70.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1992.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 3.ed. rev. e a atual.. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. O aparato repressivo na particularidade do estado republicano: as delegacias de polícia política. **Revista Arquivo do Estado de São Paulo**. Nº39. Dez. de 2009. Disponível em:
<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao39/materia02/>>. Acesso em 02 de jul. de 2012.

PÁDUA, Mônica; GAMA, Marcília. DOPS - do recolhimento ao acesso: o caso de Pernambuco. In: **Quadrilátero**: revista do arquivo público do distrito federal. Brasília, v.1, p.27-40, mar./ago. 1998.

PAES, Maria Helena Simões. **A Década de 60: Rebeldia, contestação e repressão política**. 4ª edição. São Paulo: Ática, 2004. Série Princípios.

PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves de. **A UNE e os Partidos Políticos no governo Lula (2003-2010)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011.

PAULA, Christiane Jalles de. **O segundo mandato na vice-presidência e a crise sucessória**. In: CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **A trajetória Política de Goulart: na Presidência da República**. 2003. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJanio/O_segundo_mandato_e_a_crise_sucessoria>. Acesso em 06 de jun. 2012.

PEDREIRA, Waldecy Catharina Magalhães. Recolhimento do Acervo das polícias políticas do Rio de Janeiro. In: **DOPS: A lógica da Desconfiança**. 2ªed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado, 1996. P.18-21.

PEREIRA, Márcia Guerra; FIGUEIREDO, Míriam Beatriz Collares; REZNIK, Luis. A Reconstituição do Acervo. In: **DOPS: A lógica da Desconfiança**. 2ªed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado, 1996. P.22-27.

POERNER, Artur José. **O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 4 ed. ilustrada, rev, ampl. e atual. São Paulo: Centro de memória da Juventude, 1995.

POMARI, Luciana Regina; PRIORI, Angelo. DOPS, trabalhadores rurais, comunistas e anticomunistas. **Revista espaço acadêmico**, nº128, jan. 2012.

RIDENTI, Marcelo. A esquerda armada nos meios intelectuais. In: **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993. P.115-164.

RONCAGLIO, Cynthia; SZVARÇA, Décio Roberto; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Os arquivos da DOPS do Paraná. In: **Quadrilátero**: revista do arquivo público do distrito federal. Brasília, v.1, p.27-40, mar./ago. 1998.

SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **O Plano Trienal e a política econômica no presidencialismo**. In: CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **A trajetória Política de Goulart: na Presidência da República**. [s.d.]. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plan_o_trienal_e_a_politica_economica>. Acesso em 09 de jun. 2012.

SCHELESENER, Anita Helena. **Hegemonia e Cultura: Gramsci**. 2ªed. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. **Encontros e Desencontros do Movimento Estudantil Secundarista Paranaense. (1964-1985)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011.

SILVA CATELA, Ludmila da. El Mundo de Los archivos. *In*: SILVA CATELA, Ludmila da; JELIN, Elizabeth. (comps.) **Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdad**. Madrid: siglo veintiuno de españa editores. Set. 2002.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica do desenvolvimento. *In*: FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano**. Tomo III. 3ªed. São Paulo: Difel, 1986.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. 7ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SKIDMORE, Thomas. As Origens da Revolução de 1964. *In*: **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 8ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOMBRA, Luiz Henrique. Departamento Federal de Segurança Pública: Ruptura ou permanência? *In*: **DOPS: A lógica da Desconfiança**. 2ªed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado, 1996. P.37-41.

SOUZA, Miliandre Garcia de. **Do ARENA ao CPC: o debate em torno da arte engajada no Brasil (1959-1964)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: O golpe contra as reformas e a democracia**. Revista Brasileira de História. vol.24 n.47. São Paulo, 2004.

TORRES, Carla Michele Ramos. **Em cena: O Teatro no Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE) 1961-1964**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.

TRINDADE, Helgio. A Legalidade e o Movimento Estudantil Brasileiro. *In*: **Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História**. Porto Alegre. V.18, n.33, p.129-164, jul. 2011.

UFPR. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/porta.ufpr/linha-do-tempo/>>. Acesso em 01de dez. 2012.

XAVIER, Marília. Antecedentes Institucionais da polícia política. In: **DOPS: A lógica da Desconfiança**. 2ªed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado, 1996. P.31-36.

WERNECK VIANNA, Luiz. **A classe média na política brasileira**. Agosto 2008. Disponível em: <<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=974>>. Acesso em 11 dez. 2012.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

Lei Federal Nº 38 de 4 de abril de 1935. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>>. Acesso em 10 de maio 2012.

Lei Nº 4.024 de 2 de dezembro de 1961. Disponível em: <<http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em 29 de maio de 2012

Lei Estadual Nº 4.615 de 9 de julho de 1962. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=11282&codItemAto=121687>>. Acesso em 16 jun. 2012.

Emenda Constitucional nº4 de 2 set. 1961. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=4&tipo_norma=EMC&data=19610902&link=s> Acesso em 12 dez. 2012.

Decreto Lei Nº 17.905 de 27 de fevereiro de 1945. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2239403/dou-secao-1-05-03-1945-pg-3>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

Decreto Lei Nº. 2.311 de 23 de dezembro de 1983. Disponível em: <<http://www.paranaprevidencia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=189>>. Acesso em 24 fev. 2012.

Decreto Nº 22.332 de 10 de janeiro de 1933. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22332-10-janeiro-1933-501608-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04 de jul. de 2012.

Decreto Lei Nº 177 de 15 de março de 1937. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ – E. U. DO BRASIL. Ano 7. Nº1594. Curitiba, 20 de março de 1937.

Decreto Estadual Nº. 577 de 11 de julho de 1991. Disponível em: <<http://200.189.113.39/sesp/legsesp.nsf/abdc1a1c48eed83a83256d7c0064aac9/245bc7fd3219bed0032569890074236b?OpenDocument>>. Acesso em 12 abr. 2012.

Decreto Lei Nº 8.159 de 4 de outubro de 1991. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em 03 de jul. de 2012.

Decreto Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em 12 dez. 2012.

Decreto Lei nº 6.378, de 28 de março de 1944. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6378-28-marco-1944-389489-publicacaooriginal-1-pe.html>> . Acesso em 12 dez. 2012.

Decreto Nº 4.884, de 24 de abril de 1968. Disponível em:
<<http://www.policiacivil.pr.gov.br/arquivos/File/OS%2005-07.pdf>>. Acesso em 12 dez. 2012.

Lei Nº4.464, de 9 de novembro de 1964. Disponível em:
<<http://www.iusbrasil.com.br/legislacao/128637/lei-4464-64>>. Acesso em 12 dez. 2012.

Lei Nº 785, de 20 de agosto de 1949. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L785.htm>. Acesso em 12 dez. 2012.

REFERÊNCIAS PRIMÁRIAS

Carta do Paraná. 1962. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A.. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. XXXIX – XCIX.

Dossiê **Asilados políticos**, pasta 42, topografia 6, datada de 1957 a 1982.

Dossiê **Campanha da Legalidade**, pasta 165, topografia 19, datada de 1961.

Dossiê **Centro Acadêmico Hugo Simas - CAHS**, pasta 189a, topografia 22, datada de 1948 a 1975.

Dossiê **Centro Popular de Cultura**, pasta 212, topografia 24, datada de 1963 a 1964.

Dossiê **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Radiogramas Expedidos**, pasta 818, topografia 98, datada de 1962-1967.

Dossiê **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Secções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961-1963.

Dossiê **Diretório Central de Estudantes – Livre da Universidade Federal do Paraná - UFPR**, pasta 747, topografia 84, datada de 1977 a 1982.

Dossiê **Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal**, pasta 748, topografia 84, datada de 1963-1982.

Dossiê **individual Walmor Marcelino**, nº XX. Topografia XX.

Dossiê **União Nacional dos Estudantes - UNE**, pasta 2308, topografia 259, datada de 1963 a 1978.

Dossiê **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952-66.

Dossiê **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2327, topografia 264, datada de 1963 a 1975.

Dossiê **Teatro Popular do Paraná**, pasta 2247, topografia 249, datada de 1960-1961.

Luta atual pela reforma universitária. 1963. *In*: FÁVERO, Maria de Lourdes de A.. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p.CI – CXXXIV.

Mensagem enviada a Assembléia Legislativa. Curitiba, 1961. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1961_Governo_MFN_1663.pdf>. Acesso em 16 de jun. 2012.

Mensagem enviada a Assembléia Legislativa. Curitiba, 1962. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1962_Governo.pdf>. Acesso em 16 jun. 2012.